

**DE ASSALARIADOS A ASSENTADOS: AS TRAJETÓRIAS
DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO
SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PILÕES - PB**

Graciete Dias Ponte

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

GRACIETE DIAS PONTE

**DE ASSALARIADOS A ASSENTADOS: AS TRAJETÓRIAS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO SÃO
FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE PILÕES-PB**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Soledad Etcheverry Orchard.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P813d Ponte, Graciete Dias

De assalariados a assentados [dissertação] : as trajetórias dos agricultores familiares do Assentamento São Francisco no município de Pilões- PB / Graciete Dias Ponte ; orientadora, Maria Soledad Etcheverry Orchard. - Florianópolis, SC, 2011. 165 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia política. 2. Trabalhadores assalariados. 3. Assentamentos rurais. 4. Agricultores familiares. 5. Trajetórias. I. Orchard, Maria Soledad Etcheverry. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

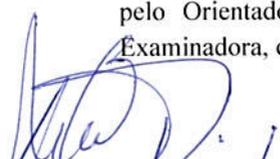


Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppqsp@cfh.ufsc.br

“De Assalariado a Assentados: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no município de Pilões-PB.”

Graciete Dias da Silva

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.



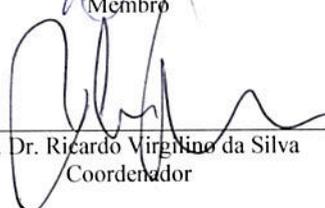
Prof.ª Dr.ª Maria Soledad Echeverry Orchard
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Maria José Reis
Membro



Prof.ª Dr.ª Márcia da Silva Mazon
Membro



Prof. Dr. Ricardo Virgíneo da Silva
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) NOVEMBRO DE 2011.

Fone (48) 3721-9253

Fax: (48) 3721-9098

<http://www.sociologia.ufsc.br/>

Nossas vidas, quer o saibamos ou não e quer o saudemos ou lamentemos, são obras de arte. Para viver como exige a arte da vida, devemos, tal como qualquer outro tipo de artista, estabelecer desafios que são difíceis de confrontar diretamente; devemos escolher alvos que estão muito além de nosso alcance, e padrões de excelência que, de modo perturbador, parecem permanecer teimosamente muito acima de nossa capacidade de harmonizar com o que quer que estejamos ou possamos estar fazendo. Precisamos tentar o impossível. E, sem o apoio de um prognóstico favorável fidedigno, só podemos esperar que, com longo e penoso esforço, sejamos capazes de algum dia alcançar esses padrões e atingir esses alvos, e assim mostrar que estamos à altura do desafio (Zygmunt Bauman)

*Ao meu esposo, Daniel, pelo amor
e pelo incentivo constante.*

Agradecimentos

O término de um trabalho evidencia que este não se realiza sozinho, pois é tecido pelas contribuições de muitas pessoas. Por isso, quero manifestar meus agradecimentos:

A Deus, pela força obtida em todos os momentos para enfrentar todos os obstáculos que surgiram nesta longa caminhada.

Aos meus pais, Maria e Milton, pelo carinho e por sempre me apoiarem em todas as fases da minha vida.

Ao meu esposo, Daniel, pelo amor e apoio incondicionais dados em todos os momentos dessa jornada e por sempre estar presente em todos os momentos da minha vida.

À minha Orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Soledad Etcheverry Orchard, pela forma competente como conduziu esta orientação e por toda a amizade e apoio concedido nesta fase.

Aos meus Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, especialmente à Prof^ª. Dr^ª. Márcia Grisotti, ao Prof. Dr. Paulo Freire, ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, à Prof^ª. Dr^ª. Júlia Guivant, pelo aprendizado e os conhecimentos adquiridos em sala de aula, que foram de muita riqueza.

À Banca de Qualificação, formada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Ignez Paulilo e a Prof^ª. Dr^ª. Cíntia Muller, cujas sugestões e críticas foram valiosas para o desenvolvimento deste trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª. Márcia Mazon, pelas sugestões de livros muito úteis para este trabalho.

À Banca de Defesa, formada pela Prof^ª. Dr^ª. Márcia da Silva Mazon e Prof^ª. Dr^ª. Maria José Reis, pelas críticas e contribuições que foram fundamentais para a versão final da Dissertação.

Às funcionárias do programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Albertina e Fátima, pela atenção, gentileza e por estarem sempre disponíveis em contribuir em todos os momentos.

À Simone, pela amizade e conversas partilhadas durante as aulas e em momentos de descontração.

À Educadora Márcia Amaral, da Associação SEDUP, pela ajuda nos contatos para a realização das visitas a campo.

À Maria de Fátima, pela colaboração no transporte para a pesquisa de campo.

À Francisca pela ajuda nas visitas a campo.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento São Francisco, por terem me recebido de forma tão calorosa em suas casas e terem aceitado participar dessa pesquisa e por compartilharem suas histórias de vida e trajetórias de luta por melhores condições de vida no campo.

A Capes, pela bolsa concedida durante o Mestrado o que viabilizou a realização dessa pesquisa.

Resumo

O presente trabalho aborda as trajetórias dos atuais agricultores familiares no Assentamento São Francisco, no município de Pilões- PB, que antes de assumir esta situação social foram trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria, na qual viviam na condição de moradores. A Usina Santa Maria empregava cerca de quatro mil e quarenta trabalhadores e se constituía como o maior empreendimento agrícola da região do Brejo Paraibano. A partir da década de 1990, a crise do PRÓ-ALCOOL e do setor sucroalcooleiro, culmina com o fechamento desta usina, gerando desemprego em massa. Diante dessa situação, colocou-se para esses trabalhadores - apáticos diante de tantos anos de submissão - e para as entidades locais, o desafio de encontrar soluções para viabilizar o problema do desemprego. Deu-se assim início à luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria. Em 1997, suas terras são definitivamente desapropriadas para fins de Reforma Agrária e assim os ex-assalariados podem agora ser incorporados como trabalhadores assentados. Tendo este cenário por base, o presente estudo coloca como objetivos: investigar o processo de transição desses trabalhadores para a nova condição de assentados; identificar os desafios enfrentados por eles nesse processo; indagar sobre suas expectativas de trabalho e de vida enquanto agricultores familiares. Concluiu-se que o assentamento representou uma mudança radical na vida desses trabalhadores, pois o acesso a terra possibilitou a conquista da liberdade que não possuíam na época em que trabalhavam na Usina Santa Maria. No entanto, os desafios enquanto agricultores familiares assentados, sem apoio substancial por parte do poder público para viabilizar sua inserção sustentável no mercado, parece comprometer o próprio projeto de inserção social e laboral desses trabalhadores e de suas famílias. Assim, esses atores sociais se debatem, por um lado, entre a esperança que traz a conquista da terra e da liberdade, com o correlato desenvolvimento da sua percepção política com relação aos seus direitos e, por outro lado, com a frustração nas expectativas de futuro pela recriação da sua trajetória de pobreza. Diante dos entraves da comercialização da sua produção, o circuito vicioso parece somente ser interrompido com o sonho da melhor educação para seus filhos.

Palavras chave: trabalhadores assalariados, assentamentos rurais, agricultura familiar, trajetórias, transições.

Abstract

This work addresses the current trajectories of family farmers seated in the São Francisco settlements of city of Pilões - PB, that before taking this social situation they were employees of the plant Santa Maria and lived there as residents. The Santa Maria plant employed about four thousand employees, and is constituted as the largest agricultural enterprise in the region of Brejo Paraibano. From the 1990s, the crisis of program PROÁLCOOL and industry producers of alcohol, culminating with the closing of this plant generating mass unemployment. Given this situation, workers and local institutions have the challenge of finding viable solutions to the problem of unemployment. The way found was the fight for the expropriation of the lands of Santa Maria plant. In 1997 their lands are definitely released for Agrarian Reform and so the former employees can now be incorporated as settled workers. With this reality, this study aims: to investigate the transition of workers to the new condition of settlers; identify the challenges faced by them in this process, and ask about their expectations of work and family life as farmers. It was concluded that the settlement represented a significant change in the lives of workers, therefore, access to land made possible the achievement of freedom that did not have when they were working in plant Santa Maria. However, the challenges as farmers settled without effective support from the government to make possible their sustainable integration in the market, seems to affect the project of social inclusion and employment of these workers and their families. Thus, these social actors question on the one hand, between the hope that brings the conquest of land and freedom, with the related development of their political perceptions with respect to their rights and, on the other hand, are faced with the frustration of expectations the future by recreating the its trajectory of poverty. Given the barriers to the sale of its production, the vicious circuit seems to only be broken with the dream of better education for their children.

Keywords: wage workers, rural settlements, agriculture, family, trajectories, transitions.

Lista de Figuras

Figura 1.1: Usina Santa Maria (Acervo da Associação SEDUP).....	34
Figura 2.1: Vista Parcial do Assentamento São Francisco (Foto da autora)	61
Figura 2.2: Mapa de localização do município de Pilões- PB e regiões “limítrofes” (Google Earth, 2011 acesso em 13/06/11).	63
Figura 2.3: (a) Centro de Pilões- PB; (b) Igreja Matriz (Foto da autora).	64
Figura 4.1: Reunião com os trabalhadores e entidades (Acervo SEDUP).	108
Figura 4.2: Curso de formação (Horticultura) para os trabalhadores assentados (Acervo SEDUP).....	111
Figura 4.3:Produção da banana no assentamento São Francisco (Foto da autora)	122

Lista de Siglas

APRA- Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural
AIA- Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social
AGROENGE- Agropecuária e Engenharia S/A
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CEBS- Comunidades Eclesiais de Base
CNAL- Conselho Nacional do Álcool
CNS- Conselho Nacional de Seringueiros
CENAL- Comissão Executiva Nacional do Álcool
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CODH- Centro de Orientação dos Direitos Humanos
CODEFAT- Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAP- Conselho Nacional de Áreas Protegidas
EMATER- Empresa de Assistência e Extensão Rural
FGV- Fundação Getúlio Vargas
FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador
GESPAC- Gestão Participativa
INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IAA- Instituto do Açúcar e Álcool
MST- Movimento dos Sem-Terra
INTER- Instituto Jurídico das terras Rurais
LILA- Liga dos Latifundiários
MST- Movimento dos Sem-Terra
MTE- Ministério do Trabalho e Emprego
MABS- Movimento de Atingidos por Barragens
ONGS- Organizações Não- Governamentais
PIS- Programa de Integração Social
PASEP- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNA- Programa Nacional de Álcool
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROCERA- Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PROBEX- Programa de Bolsa de Extensão
SEDUP- Serviço de Educação Popular
USIAGRO- Usina e Agropecuária
ULTAB- União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UDR- União Democrática Ruralista
UFPB- Universidade Federal da Paraíba

Sumário

Introdução.....	17
Caminhos metodológicos da pesquisa.....	20
Capítulo 1.....	25
A constituição dos engenhos de açúcar e das usinas e o contexto histórico do PROÁLCOOL no Brasil e na Paraíba.....	25
1.0 A constituição dos engenhos de cana-de-açúcar.....	25
1.2 A categoria dos moradores	28
1.3 A formação e expansão das usinas	30
1.4- A Usina Santa Maria	34
1.5 O PROÁLCOOL no Brasil.....	36
1.5.1 O PROÁLCOOL na Paraíba.....	39
Capítulo 2.....	44
Os assentamentos rurais e o processo de Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba.....	44
2.0 Os assentamentos rurais no Brasil	44
2.1 A categoria de assentado	50
2.2 A Reforma Agrária no Brasil.....	51
2.2.1 A Reforma Agrária na Paraíba.....	56
2.3 Características do assentamento e município pesquisado.....	61
2.3.1 O Assentamento São Francisco- PB	61
2.4 Localização e aspectos geográficos do município de Pilões-PB	63
2.4.1 Contexto de formação e aspectos econômicos e sociais do município de Pilões	64

Capítulo 3.....	67
A Construção da categoria da agricultura familiar e o processo de assistência técnica e crédito rural.....	67
3.0 A categoria da agricultura familiar	68
3.1 O processo da assistência técnica.....	73
3.2 O crédito rural para a viabilidade da agricultura familiar	79
Capítulo 4.....	84
A categoria das trajetórias e o Processo das transições.....	84
4.0 De assalariados a assentados: o desafio de uma transição na trajetória de trabalhadores rurais em Pilões – PB.....	84
4.1 A hierarquia nas relações de trabalho	88
4.1.1 As relações de trabalho na Usina Santa Maria.....	94
4.1.2 O Processo de falência da Usina Santa Maria.....	98
4.1.3 A desapropriação das terras da usina	102
4.2 A transição para a agricultura familiar.....	108
4.3 O papel das entidades no assentamento	116
4.3.1 O Serviço de Educação Popular (SEDUP):	117
4.4 Os desafios da agricultura familiar: a assistência técnica e acesso ao crédito rural.....	118
4.5 A comercialização dos produtos no assentamento.....	122
4.6 O papel das associações na vida dos agricultores familiares	125
4.7 O trabalho coletivo.....	128
4.8 A agricultura familiar hoje e sua continuidade: o projeto dos filhos	131
4.9 O assentamento e o projeto para o futuro.....	134

Conclusões.....	141
Referências Bibliográficas.....	147
Anexos.....	155

Introdução

No início da década de 70, ocorre a implantação de um “novo modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura” no Brasil. No contexto da “agroindústria canavieira”, houve políticas de fortalecimento para esse setor que resultaram na “oferta de condições favoráveis da comercialização do açúcar no mercado exterior, propiciando recursos financeiros para o processo de concentração industrial e do aumento da interdependência entre agricultura e indústria” (NEVES, 1997 p.37-38).

O processo de implantação das usinas em todo o país se consolida com a instituição de programas: “Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), posteriormente denominado Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e do Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL (1975)”. Na esteira desses programas, houve a difusão de uma diversidade de “planos de financiamento”, com destaque para o PROÁLCOOL, uma vez que através dele foi oferecida a “garantia de mercado para o produto e condições favorecidas de prazo e juros subsidiados” (NEVES *op.cit.*, p.38).

O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) foi instituído em 1975 com o objetivo de tornar o álcool uma “fonte alternativa de energia capaz de substituir as importações de petróleo realizadas pelo Brasil” (MENDES FILHO, 1983 p.61). Dentre outros objetivos do programa, estavam inseridos uma maior aptidão para o processo produtivo, diminuição das desigualdades de renda, desenvolvimento da “renda interna”, difusão de “bens de capital”, oferta de empregos, melhoria nas “condições ambientais”, entre outros (LOPES, 1987 *apud* CARVALHO, 2007).

Na década de setenta, na região da Paraíba – a qual será a área alvo do nosso estudo –, havia engenhos e usinas onde existiam trabalhadores assalariados que viviam nas propriedades na condição de moradores (SILVA, 1993 *apud* Aragão & MALAGODI, 2001 p.3). Com a implantação do Proálcool, foram fortalecidas a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande e a Usina Santa Maria, no município de

Areia. A Usina Santa Maria deu início ao processamento da cana em 1932 e, com o auxílio desses programas na década de 1970, pôde expandir sua produção instituindo destilarias anexas de álcool por meio dos subsídios do Estado. O menor volume produzido por essas destilarias anexas correspondia a 6,3 milhões de litros de álcool, o que na época foi considerado baixo (DANTAS s.n.t *apud* ARAGÃO & MALAGODI, 2001 p.6). Essa usina possuía terras nos municípios de Pilões e Areia que correspondiam a 3.452 hectares, segundo cadastro do INCRA. Localizada na região de Areia, dispunha de um forte potencial produtivo, sendo responsável em promover a geração de emprego e renda na região. A crise do PROÁLCOOL, na década de 90, gera a falência da usina, desencadeando desemprego de forma generalizada entre os trabalhadores (SEDUP, 2004 p.13).

Tendo como pano de fundo essa transição de modelo na agroindústria açucareira, os correspondentes programas que a acompanharam e a sua posterior crise, assim como as soluções demandadas pelos trabalhadores para enfrentá-la, é que desenvolvemos o foco de análise dessa pesquisa. Trata-se, nessa perspectiva, de investigar o processo de transição laboral dos trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria que perderam seus empregos em 1993 em função da falência desta, assim como as trajetórias seguidas depois por eles, como assentados, para a sua adaptação à nova modalidade de trabalho: a agricultura familiar.

A falência da usina, que provocou o desemprego em massa entre os trabalhadores, fez com que estes, juntamente com o apoio das entidades locais, empreendessem a luta pela desapropriação das terras, seguidas da implantação dos assentamentos de Reforma Agrária.

Após o longo processo de luta pela terra, que foi estimulado pelas entidades que acompanham os trabalhadores, em 1997, as terras da Usina são desapropriadas, criando-se 12 projetos de Assentamentos de Reforma Agrária implantados nas regiões de Areia, Pilões e Serraria. Dentre eles, destacamos o Assentamento São Francisco, local onde foi realizada nossa pesquisa de campo. Esse assentamento localiza-se no município de Pilões, no brejo paraibano, e conta com 35 famílias, sendo que atualmente há apenas 28 famílias, em virtude de ter havido

abandono de lote por parte de certos agricultores. O assentamento possui uma área de aproximadamente 432 hectares de terra.

Os assentamentos rurais constituem-se em “unidades de produção agrícola, que por meio de políticas governamentais visam o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO, 1996 p.7-8). O processo de “conquista da terra” confere a esses trabalhadores uma série de dificuldades e “expectativas de produção econômica, e nessa perspectiva, o assentamento deve ser compreendido como um espaço social e geográfico de continuidade da luta pela terra” (BERGAMASCO, *op.cit.*, p.56).

A chegada ao assentamento constitui um desafio para os assentados, afirma LEITE *et al.*, (2004, p.8), principalmente quando os trabalhadores não viviam na área, pois tudo no lote estaria por fazer, inclusive o local de moradia. Esta etapa na vida dos trabalhadores exige que se adaptem a uma nova realidade, agora como agricultores rurais. Sustentando esta perspectiva, é importante refletir sobre as trajetórias vividas pelos trabalhadores para a sua adaptação na transição à agricultura familiar. Entendemos que esse processo não foi exclusivo de um grupo singular de trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar que se transformaram em agricultores familiares num assentamento rural, mas constitui o desafio de muitos trabalhadores que passaram e ainda passam por condições semelhantes no meio rural brasileiro. Trata-se de transformações que se entrelaçam intimamente com as políticas institucionais para o campo, com as formas de organização das relações de produção na propriedade rural e com as possibilidades de sobrevivência ditadas pelo mercado.

Esta Dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos: o primeiro capítulo aborda como se constituíram os engenhos de cana-de-açúcar e sua importância econômica para a região da Paraíba, bem como enfatiza o processo de substituição dos engenhos pelas usinas e da sua expansão através dos incentivos do Proálcool.

O segundo capítulo fará uma abordagem sobre os assentamentos rurais no Brasil, sobretudo, sobre sua importância na promoção da geração de renda das famílias assentadas, assim como trata das questões

relativas ao processo de luta dos trabalhadores rurais pela garantia dos seus direitos na terra conquistada. Será também abordado sobre como se deu o processo de luta pela Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba.

O capítulo três dará enfoque à agricultura familiar, assim como à assistência técnica e ao crédito rural. Traçando um breve percurso histórico sobre a visibilidade política da agricultura familiar, remeteremos ao debate da sua própria categorização, assim como às políticas públicas associadas a ela. Isto é, ao processo de assistência técnica e aos critérios de concessão de crédito rural.

No último capítulo, faremos uma abordagem teórica sobre o conceito de trajetórias e transições para logo a seguir construir uma análise a partir dos dados empíricos coletados na pesquisa de campo realizada no assentamento São Francisco, no município de Pilões- PB. Neste ponto, são esboçadas as trajetórias dos trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria, considerada um dos maiores empreendimentos agrícolas da região que passou por um processo de falência. Além disso, registra-se a luta dos trabalhadores que, ao perderem seus empregos, se viram diante da exclusão social e, para romperem com esse processo, empreenderam a luta pela desapropriação das terras da usina. Será enfatizado, finalmente, o processo de transição dos trabalhadores para a adaptação à vida nos assentamentos rurais e à agricultura familiar.

Caminhos metodológicos da pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram seguidos três passos. Em primeiro lugar, procurou-se fazer uma revisão bibliográfica bastante exaustiva dos temas a serem tratados; em um segundo momento, realizou-se uma Pesquisa de campo exploratória para fazer o pré- teste do roteiro de entrevista junto aos trabalhadores e trabalhadoras e fazer um reconhecimento da área a ser estudada, onde foram também estabelecidos vários contatos com atores sociais chave; em um terceiro momento, foram aplicadas entrevistas aos trabalhadores e aos representantes de entidades que estiveram e/ou estão envolvidas nesse processo de transição laboral e de vida.

Com relação à revisão bibliográfica, para a abordagem sobre a constituição dos engenhos de açúcar e das Usinas foram utilizados autores como Vera Ferlini, Afrânio R. Garcia Júnior, Emília de Rodat Fernandes Moreira, Manuel Correia de Andrade, Emília Moreira e Ivan Targino, Gildásio Álvares Mendes Filho, Delma Pessanha Neves, entre outros. Para a abordagem sobre os assentamentos rurais no Brasil e na Paraíba e sobre o processo de Reforma Agrária partimos da análise teórica de Leonilde Servolo de Medeiros, Sônia Maria Bergamasco, Sérgio Leite, Eric Sabourin. A análise sobre a agricultura familiar no Brasil e os distintos conceitos a que foi sujeita foi apoiada em autores como Hugues Lamarche, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Sérgio Schneider, Carlos E. Guanziroli, Eric Sabourin etc. Além dessas abordagens já citadas, foi dada ênfase à categoria das trajetórias e transições, tendo sido utilizada a literatura produzida por Glen Elder, Maria Soledad E. Gomes, Claude Dubar e José de Souza Martins.

Para a abordagem de nossos sujeitos de pesquisa fez-se uso de entrevistas semiestruturadas, resguardando um roteiro básico de temas, mas preservando um espaço importante à livre expressão de nossos entrevistados. A escolha do método qualitativo tem o objetivo de aprofundar significativamente o conhecimento acerca do problema de pesquisa, na medida em que a realidade, por sua complexidade, vai além da possibilidade de interpretação imediata. Autores como Minayo (1994) apontam que trabalhar com dados qualitativos privilegia a busca dos significados das ações humanas. Tendo em vista o objeto de estudo proposto, que é compreender os acontecimentos, seus significados e sua influência em uma determinada realidade desde o ponto de vista dos próprios atores dessa trama social, requer o registro cuidadoso das suas percepções para garantir o êxito do estudo.

Foram privilegiadas nesta pesquisa as técnicas de entrevistas semiestruturadas que, segundo BONI e QUARESMA (2005), possibilitam ampliar o número de informações dos entrevistados, uma vez que essas técnicas promovem uma relação mais aberta entre ambos, conforme ela cita.

As técnicas de entrevista aberta e semiestruturada têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda

sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista, maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (SELLTIZ *et al.*, 1987 *apud* BONI e QUARESMA, 2005).

Para a realização da pesquisa de campo foram feitas viagens ao Assentamento São Francisco, no município de Pilões- PB, nos meses de Julho e Setembro de 2010. No total, foram feitas vinte visitas ao assentamento, apesar de que em certos momentos não ter sido possível ter acesso ao assentamento São Francisco, em virtude das estradas não estarem propícias. As fortes chuvas nesse período do ano potencializam a precariedade da estrada que dá acesso ao assentamento. Foram realizadas dez visitas às entidades locais, como por exemplo, ao SEDUP (Serviço de Educação Popular) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no município de Guarabira; à UFPB (Universidade Federal da Paraíba) campus de Areia; ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) no município de Pilões. Nossas visitas às entidades locais nestas comunidades visaram fazer uma revisão das trajetórias dos trabalhadores assalariados no contexto da usina, sobre o seu processo de crise, sobre sua luta pela desapropriação das terras, assim como sobre o processo de transição ao

assentamento rural que estes atores vivenciaram. Estas entidades tinham informações valiosas, pois acompanharam efetivamente os trabalhadores rurais em todo o processo de transição.

Para compor a amostra da pesquisa foram entrevistados vinte trabalhadores, sendo dezessete homens e três mulheres, que hoje são agricultores familiares, e todos são ex-assalariados da Usina Santa Maria. Também foram entrevistados seis representantes das entidades que desenvolvem trabalhos com os assentados, entre eles entrevistamos a Educadora do SEDUP, a Representante da CPT, o Presidente do Sindicato do município de Pilões - PB, um Professor de Agronomia da UFPB Campus Areia e dois Técnicos da EMATER-PB.

O acesso ao assentamento e aos entrevistados da pesquisa se deu em virtude da minha inserção durante a Graduação no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba, na participação no Projeto de extensão vinculado ao PROBEX (Programa de Bolsa de Extensão) durante três anos no Assentamento Redenção e Veneza. Nesse contexto, desenvolvemos um trabalho de acompanhamento e assessoria aos trabalhadores rurais desses assentamentos. Ao final da Graduação, desenvolvi uma pesquisa para a realização da monografia de final de curso no Assentamento Redenção, que se propunha investigar as diferentes concepções e práticas da liberdade entre os trabalhadores do assentamento Redenção, em Pilões- PB.

Na atual dissertação, a nossa pesquisa foi realizada no assentamento São Francisco, no município de Pilões- PB, o qual é vizinho dos outros dois assentamentos recém-mencionados. Essa proximidade com as experiências anteriores nos assentamentos me estimulou a continuar investindo na compreensão da realidade desses trabalhadores. Instigava-me compreender, diante das trajetórias interrompidas dos assalariados da Usina Santa Maria, como era visto por eles o trabalho na usina, como esses atores sociais encararam o desemprego após a falência da Usina e como se articularam para a luta pela desapropriação das terras onde moravam. Além desses aspectos, me interessava investigar como tinha sido esse processo de transição dos trabalhadores para a adaptação à vida no assentamento rural, buscando perscrutar quais as trajetórias empreendidas nesse momento de mudança

para a condição de assentado e quais eram suas expectativas atuais em relação à nova condição.

Capítulo 1

A constituição dos engenhos de açúcar e das usinas e o contexto histórico do PROÁLCOOL no Brasil e na Paraíba

Neste capítulo, pretende-se abordar como se constituíram os engenhos de cana-de-açúcar no Brasil e sua importância econômica para a região da Paraíba, onde está localizado nosso objeto de estudo. Além disso, será enfatizado como se deu o processo de substituição dos engenhos pelas usinas e da sua expansão através dos incentivos do Proálcool e de como esse sistema alterou as relações de trabalho.

1.0 A constituição dos engenhos de cana-de-açúcar

O processo de “colonização do Brasil iniciou-se com a construção dos engenhos de cana-de-açúcar” (FREYRE, 2002) e sua produção era predominante na região Nordeste (FERLINI, 2003 p.135). Segundo esta última autora, o engenho é constituído pela “propriedade açucareira, com suas terras e lavouras”, e foi responsável pelas bases econômicas e sociais da colônia. Para MOREIRA & TARGINO (1997, p.34), a unidade produtiva do conjunto açucareiro abrangia a atividade agrícola e a atividade industrial. O trabalho agrícola incluía “a produção da cana, como cultura principal e de produtos de subsistência, como cultivos suplementares”. O trabalho industrial consistia no “processo de transformação da cana em açúcar”.

Nesse contexto, o engenho emerge como elemento rentável, sendo que os trabalhos realizados para a modificação da cana em açúcar tinham que seguir critérios de “ordem, hierarquia, especialização, sequência e disciplina”. Segundo Vieira, o engenho se caracterizava como uma “máquina”, pois o processo produtivo não se baseava em “trabalhos individuais”, mas originava-se de um trabalho que era realizado de maneira coletiva (VIEIRA *apud* FERLINI, *op.cit.*, p.139).

Cabe destacar que os proprietários, juntamente com suas famílias, moravam no engenho e mantinham seu sustento por meio de seus “produtos e rendimentos”, porém não se envolviam com os “trabalhos

agrícolas ou atividades de fabricação de açúcar ou de qualquer derivado da cana”. Era conferido ao senhor de engenho o exercício de liderança, que se constituía na tomada de “decisões”, de “ordens” e, sobretudo, se as atividades eram cumpridas efetivamente. As atividades agrícolas e de produção de cana-de-açúcar, bem como os de “construção e manutenção da infraestrutura da propriedade” eram realizados por trabalhadores subordinados à dominação do senhor de engenho (GARCIA JR., 1989 p.38).

A atribuição conferida ao senhor de engenho promovia-lhe prestígio social, conforme Antonil argumenta (2003), “ser senhor de engenho é um título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado” (ANTONIL, 1968 *apud* FERLINI *op.cit.*, p. 295).

Moreira destaca que o senhor de engenho da colônia, apesar de possuir a imagem de maior prestígio social dentro do grupo da “aristocracia rural”, tinha um valor menor do que o senhor de engenho do litoral. A razão disso se deve ao fato de os senhores de engenho do litoral serem os “proprietários de maiores superfícies de latifúndios e dirigirem sua produção de açúcar para a exportação em grande escala”. Os senhores de engenho do Brejo Paraibano, por outro lado, tinham a atribuição de fabricar a rapadura e a aguardente nas fazendas, contribuindo para o fornecimento do “mercado interno” (MOREIRA, 1990 p.19).

Outro aspecto que cabe destacar sobre os engenhos refere-se à substituição destes pelas primeiras usinas. A decadência dos engenhos de açúcar ocorreu com a implantação das primeiras usinas, no final do século XIX, (RAMOS, 1999 *apud* DANTAS, 2006). O surgimento das usinas levaram os engenhos a um processo de decadência. Alguns engenhos, na condição de “fogo morto”¹, foram abandonados, resultando em “ruínas” pela ausência de preservação, no entanto, outros engenhos “seculares”, permaneceram vivos em função da defesa do patrimônio transformando-se em “heranças históricas” de um período

¹ A expressão “fogo morto” constitui-se pela decadência econômica, social e individual dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste (Andrade, *op.cit.*).

representativo do “ciclo econômico do Brasil” (PIRES,1994 *apud* DANTAS, *op.cit.*).

MOREIRA (1990) evidencia que os senhores de engenho, tentando contornar a situação de decadência dos engenhos em função do predomínio das usinas, instituíram o cultivo de um novo produto: o sisal, que obteve um retorno favorável no “mercado internacional”. O cultivo desse produto teve êxito, em virtude da expansão de “mão-de-obra”, ocorrida com o enfraquecimento da produção do café², além da oferta de terras (MOREIRA, *op.cit.*, p.20).

Nessa ótica, no período de 1940 até 1950, o cultivo do sisal e da cana “partilharam o espaço regional,” (BERNARDES, 1958 *apud* MOREIRA, *op.cit.*) no entanto, o cultivo do sisal foi imprescindível para a economia local nesse período, contribuindo para uma nova “revitalização da economia” e promovendo a “revalorização das terras”, bem como o investimento na construção de estradas” (MOREIRA, *op.cit.*, p.22).

A decadência da produção do sisal ocorre no final da década de 50 em função da “queda dos preços no mercado internacional, devido à concorrência com o fio sintético e com o sisal africano de preço inferior”. O enfraquecimento na produção do sisal promoveu o resgate da cana-de-açúcar como produto fundamental para a “cultura regional”. Portanto, a partir desse cenário, a “organização do espaço agrário do brejo paraibano girou em torno do poder da usina em detrimento de outros “sistemas agrícolas” da região (*Ibid*, p.21), ou seja, ocorre nesse período a expansão da cana-de-açúcar para atender às demandas da produção das usinas, sobretudo, com a implantação do PROÁLCOOL, que intensifica a produção no setor canavieiro.

² O enfraquecimento do café se deu em virtude dos “cafezais terem sido atacados pelo parasita “CEROCOCUS PARAHYBENSIS” que destruiu toda a lavoura cafeeira em menos de cinco anos” o que resultou na substituição deste produto pelo sisal (*Ibid*, p.14).

1.2 A categoria dos moradores

As categorias de “trabalho escravo”, de “lavrador” e de “morador”, constituíam o “sistema açucareiro no Nordeste”, no período da segunda metade do século XVII até o final do século XIX (*Ibid*, p. 5). O regime de “trabalho escravo” se caracterizava, segundo Wanderley, como um elemento fundamental nas “relações de produção” no período colonial. No regime de escravidão, a “mercadoria é a própria pessoa do escravo, cujo preço equivale ao preço da compra do escravo” (WANDERLEY, 1979 *apud* MOREIRA, *op.cit.*). Com a abolição da escravatura, o regime de trabalho escravo cedeu lugar a outras modalidades de trabalho (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Cabe destacar também sobre a categoria dos lavradores que, segundo Moreira, caracterizavam-se por “pequenos produtores” que prestavam o serviço de fornecimento da cana-de-açúcar, oferecendo serviços em suas terras ou em “terras de engenhos” alugadas. Contudo, os senhores de engenho, “mantendo o controle dos meios de produção, transferiam aos lavradores os custos de produção da cana e se apropriavam do benefício, sem falar na renda fundiária que recebiam dos lavradores que alugavam suas terras” (MOREIRA, *op.cit.*, p.34). Depois desse período, a parte essencial dos trabalhos nos engenhos era efetuada por moradores (*Ibid*, p.38).

Segundo Garcia Jr. “ser morador ou tornar-se morador” representava uma relação de subordinação ao senhor conforme ele evidenciava,

Significava ligar-se ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência que o termo morar revelava, tinha um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao senhor-de-engenho não pedia trabalho, pedia uma morada. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente a oferta gratuita de trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o morador de um pequeno

proprietário das vizinhanças, saber que este último podia vir apenas se havia trabalho no engenho. Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social vinha pedir ao senhor que os fornecesse ou mesmo que a organizasse para si (GARCIA JR., *op.cit.*, p.38).

Era atribuída ao morador uma série de compromissos, por exemplo, disponibilizar certos dias na semana especialmente para o proprietário, no entanto, era concedido aos trabalhadores o direito de plantarem na área onde moravam certos tipos de “lavouras temporárias”, sendo que não havia permissão para os trabalhadores desenvolverem o cultivo de “lavouras permanentes” para impedir que estes tivessem direitos à “indenização”, caso desistissem do trabalho no engenho (ANDRADE, 1973).

À medida que a usina passa pelo processo de expansão, ocorre a ampliação da área do cultivo da cana, o que faz com que os proprietários delimitem “os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, bem como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais”, impossibilitando os trabalhadores de desenvolverem o plantio em seus “roçados”. Nesse sentido, ocorre a “proletarização da massa camponesa” (ANDRADE, *op.cit.*, p.23).

Esse processo de “proletarização” do trabalhador ocorre gradativamente, apesar de que o discurso utilizado em certas usinas era de que eles concediam terras para os trabalhadores cultivarem. De fato, eles impossibilitavam o plantio e isso aumentava o empobrecimento do trabalhador rural, destituindo-os de seus direitos (ANDRADE *op.cit.*, p.123-124). Essa realidade também se configurou no contexto de vida dos trabalhadores rurais da Usina Santa Maria que, havendo sido moradores nas terras da agroindústria canavieira, tinham pequenos roçados³ para desenvolverem lavouras de subsistência, mas eram

³ Na região Nordeste, roçado significa “o pedaço de terra cultivado pela família do produtor, seja ele proprietário ou não” (PAULILO, 1982).

impossibilitados de plantar efetivamente, pois tinham que trabalhar seis dias na semana. Em certos momentos eram inclusive chamados para realizar atividades aos domingos, sem direito a descanso, o que impedia que os trabalhadores desenvolvessem o plantio de certas lavouras de subsistência.

Na seção seguinte, abordaremos sobre o contexto da implantação das usinas no Nordeste, sobretudo como se deu a substituição dos engenhos pelas agroindústrias canavieiras.

1.3 A formação e expansão das usinas

As usinas surgiram no final do século XIX e início do século XX (RAMOS, 1999 *apud* DANTAS, 2006). A usina consiste em um “estabelecimento voltado para a produção de açúcar”. Representa um empreendimento industrial que desempenha também a atividade agrícola. O seu surgimento se deu em virtude do respaldo “do poder público, não constituindo, portanto, um resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das várias formas por ela encontrada para garantir sua sobrevivência” (MOREIRA& TARGINO, 1997 p.58). Segundo Garcia Jr., a evolução das usinas ocorreu por meio da implantação de “equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas, mas apoiadas na mesma relação da morada, do trabalho sujeito” (Garcia Jr. *op.cit.*, p.214). Essa relação de morada, já abordada anteriormente, representa um dos traços existentes nas relações de trabalho na Usina Santa Maria, tendo em vista que os trabalhadores eram assalariados e moradores nas terras da própria usina, vivendo sob uma relação de sujeição. Detalhes serão abordados no último capítulo.

O estímulo promovido pelo “poder público” para o estabelecimento das usinas foi fundamental para sua implantação. Apesar desse apoio, o processo de substituição dos engenhos pelas usinas foi lento e desigual, só vindo a completar-se em meados do século XX (*Ibid*, p.59).

A difusão das usinas gerou transformações nas relações de trabalho. Dentre elas, destacam-se conforme Moreira e Targino,

a) a retração de formas tradicionais de trabalho. Em um primeiro momento, a usina consolida o sistema morador, que era o grande fornecedor de mão-de-obra para a lavoura canavieira. À medida que ela se fortalece e se expande, começa a disputar as terras que estavam cedidas aos moradores, aos foreiros⁴ e aos lavradores. No bojo desse processo estão presentes a expulsão dos moradores e a eliminação da categoria de lavradores, sendo que parcela dessa população expulsa e expropriada converte-se em trabalhadores assalariados da cana; b) a expansão do assalariamento. Com o sistema usina, avança o processo de monetarização das relações de trabalho via assalariamento da força de trabalho; c) o surgimento da figura de fornecedor de cana. A dominação da usina sobre o engenho fez surgir essa figura na paisagem açucareira nordestina. É o senhor de engenho que, perdendo o controle do processo de produção industrial do açúcar, restringirá sua atividade à produção da matéria-prima para fornecer à usina, vinculando-se a esta econômica e juridicamente; d) a intensificação da sazonalidade do emprego, pela introdução do uso de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização; e) a substituição do senhor de engenho pelo usineiro, figura social completamente diferente daquela (MOREIRA & TARGINO *op.cit.*, p.63-64).

Nesse sentido, a usina faz emergir novos atores sociais: os trabalhadores assalariados. Segundo Andrade, os “trabalhadores

⁴ São pequenos agricultores que dispõem de casa e terra dentro dos engenhos, onde plantam por conta própria, devendo pagar um foro (renda) anual, tendo ainda algumas obrigações definidas para com o proprietário, como aquela de trabalhar alguns dias por ano para a fazenda (MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*).

assalariados” designados em certas regiões de “trabalhadores do eito”⁵, “cassacos”⁶, caracterizam os trabalhadores rurais do setor canavieiro. Em virtude da permanência na terra e da “dependência ao proprietário”, podem ser caracterizados em três grupos distintos:

Os moradores que residem na propriedade onde trabalham, os trabalhadores de fora, que vivem nas cidades, vilas e povoados da zona, constituindo a maioria da população das mesmas e os corumbas ou caatingueiros. Os primeiros, são moradores que residem em fazendas ou engenhos e recebem uma casa para morar e um pedaço de terra para a lavoura de subsistência. O segundo grupo vive neste aglomerado que se chama rua para ter a liberdade de trabalhar no dia que quiser, frequentar o culto *religioso* que desejar, votar no candidato que preferir, ter vida social mais movimentada, pois organiza danças, geralmente aos sábados, poder frequentar bodegas e tomar cachaça e ter o direito de receber salário um pouco mais elevado. Os corumbas, caatingueiros ou curaus são habitantes do Agreste e às vezes do Sertão que passam o inverno, estação chuvosa na sua região, como proprietários de pequenos lotes ou como rendeiros. Se não possuem terra, cultivam lavouras de subsistência ao caírem as primeiras chuvas, permanecendo até o período da colheita (ANDRADE, 1973 p.122).

Os trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria, foco de análise de nossa pesquisa de campo, estão inseridos na categoria de moradores que residiam na propriedade da Usina Santa Maria onde trabalhavam. Esses detalhes serão abordados no último capítulo.

⁵Como eram chamados os moradores e assalariados que substituíram os escravos na lavoura canavieira (Moreira e Targino, 1997).

⁶Trabalhadores de engenhos e usinas de açúcar (ANDRADE, 1973).

Conforme MOREIRA e TARGINO (1997) apresentam, o surgimento da usina consolida transformações essenciais, tanto do ponto de vista “técnico quanto das relações sociais”, resultando em mudanças no processo de “organização e estruturação do espaço agrário litorâneo” (Moreira e Targino, *op.cit.*, p.67). Esse mesmo processo de organização do espaço agrário manifesta-se também no Brejo Paraibano.

Como já foi elencada anteriormente, a implantação das usinas nessa região resultou na decadência de inúmeros engenhos, a partir da década de 1950. O surgimento do Programa Nacional do Álcool, em 1975, promoveu a expansão dessas usinas. Nesse sentido, os usineiros tinham como objetivo ampliar as áreas de produção da cana e coagiram as “propriedades rurais que cultivavam cana-de-açúcar, no sentido de arrendá-las ou, até mesmo, comprá-las” (ALMEIDA, 1994 *apud* DANTAS, 2006). No início da implantação da agroindústria açucareira, as usinas passaram a “manter” o domínio sobre os engenhos, impondo que estes se tornassem seus fornecedores (DANTAS, *op.cit.*, p.3), porém ocorre a “resistência dos senhores de engenho ao novo grupo emergente, os usineiros” (MOREIRA & TARGINO, *op.cit.*, p.59). No caso dos engenhos que não aceitaram essa proposta ou finalizaram seus trabalhos de produção, houve o enfraquecimento destes em virtude da ascensão das usinas (DANTAS, *op.cit.*, p.3).

É importante ressaltar, conforme Figueiredo, que as usinas evoluíram para um “processo modernizante” com o apoio das políticas estatais para o setor no contexto do PROÁLCOOL, ampliando as destilarias anexas com a finalidade de aumentar a “produção do álcool carburante para automóveis”. No entanto, foi uma “modernização provisória e dependente de recursos estatais, enquanto que as destilarias autônomas não evoluíram da mesma forma” (FIGUEIREDO, 2010 p.94).

1.4- A Usina Santa Maria

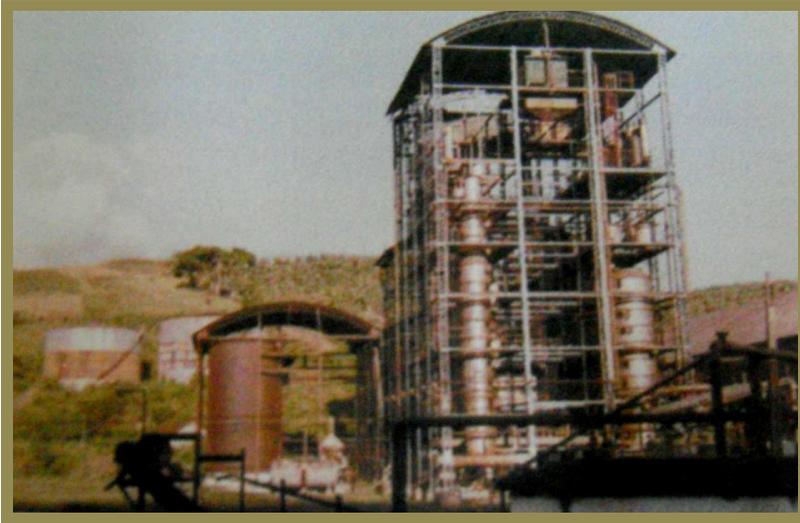


Figura 1.1: Usina Santa Maria (Acervo da Associação SEDUP).

A Usina Santa Maria foi implantada em 1931, mas seu crescimento não ocorreu até 1952, quando foi comprada pela firma que foi a mesma proprietária até sua falência, no ano de 1991. Esta agroindústria tinha disponível para seu uso, os engenhos Cantinho, Rio do Braz e Tabocal, que passaram a ser anexados para o fornecimento da usina, tendo à sua disposição aproximadamente 1.000 hectares de terras cultivadas com cana-de-açúcar (CORREIA de ANDRADE, 1957 *apud* GARCIA JR. *op.cit.*, p.215). Ela representava um dos principais empreendimentos agrícolas do Brejo Paraibano e absorvia cerca de 4.040 trabalhadores da região (SEDUP, 2004).

Essa usina começou a produzir cana em 1932, sendo criada após esse período a “destilaria anexa de álcool”, com recursos do Proálcool, inaugurada em 1978. A capacidade da destilaria correspondia a 6,3 milhões de litros, a menor capacidade dentre todas as destilarias implantadas na Paraíba. A usina tinha terras nos municípios de Pilões e

Areia, o equivalente a 3.452 hectares segundo cadastro do INCRA (DANTAS, 1993 *apud* ARAGÃO e MALAGODI *op. cit.*, p.23).

O autor ainda destaca como se deu o estabelecimento das destilarias anexas para a expansão do setor canavieiro.

A instalação da destilaria anexa criou uma demanda extra por cana, que aliado aos incentivos creditícios generosos para a lavoura, fizeram com que o proprietário da Usina Santa Maria iniciasse um processo de arrendamento dos engenhos da região, incorporando assim novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Foram vários os engenhos arrendados a partir de 1975 que passaram a ser fornecedores de cana para a usina. Na safra 1974/1975, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que forneciam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e a cana fornecida para 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra 1980/1985 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida havia crescido para 277 milhões de toneladas (crescimento de 610% em relação à 74/75). Entretanto, a modernização do complexo canavieiro-sucroalcooleiro restringiu-se ao setor industrial, pois tanto nas terras da usina como nas terras arrendadas dos engenhos não ocorreram mudanças técnicas. Ao contrário, na área de influência da Usina Santa Maria, a cana-de-açúcar foi plantada nas encostas dos morros, únicas áreas disponíveis, o que impossibilitou a mecanização agrícola e aumentou a demanda por mão-de-obra, tornando a produção local de cana-de-açúcar um processo com caráter de trabalho-intensivo (ARAGÃO e MALAGODI, *op.cit.*, p.8).

Diante disso, a usina chegou a ter o domínio de toda a área canavieira dos municípios de Areia, Serraria e Pilões, no Brejo Paraibano. Ela representava um verdadeiro banco para os senhores de engenho, onde estes podiam fazer empréstimos, mesmo para aqueles que não fossem fornecedores diretos da cana (OOSTERHOUT, 1993 p.12).

Cabe destacar que a Usina Santa Maria dispunha de sua própria produção e, comprava matéria-prima de 271 engenhos, distribuídos em 15 Municípios, dos quais podemos citar: Pilões, com quatro unidades e Serraria com duas unidades. A capacidade produtiva da agroindústria se expandiu, por meio do “aumento da estrutura fundiária e do fortalecimento da matéria-prima, vindo a ser classificada como uma das melhores do estado” (SILVA & DINIZ, 2009 p.11).

No governo Collor (1990-1992) deu-se início ao corte de subsídios à cultura canavieira. Nesse período, quase um bilhão de cruzeiros, já aprovados para subsídio da Usina Santa Maria, foi suspenso e bloqueado. Já existia um processo de pré-falência motivado por desvio de dinheiro, discórdias administrativas, declínio de produção e demissões de funcionários, quando grupos de “aventureiros”, se habilitaram para administrá-la prevendo o enriquecimento fácil (OOSTERHOUT, *op.cit.*, p.13).

Na próxima seção, debateremos sobre como se deu o surgimento do PROÁLCOOL no Brasil e na Paraíba, mostrando também os fatores que levaram ao colapso do programa.

1.5 O PROÁLCOOL no Brasil

Vimos anteriormente na Introdução deste trabalho que é o processo de crise mundial do petróleo, em 1973, que leva o governo brasileiro a promover o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), a partir de 1975, no intuito de substituir as importações de petróleo (MENDES FILHO, 1983).

Com o surgimento do PROÁLCOOL, ocorre a implantação, em 1975, da Comissão Nacional do Álcool, com a finalidade de coordenar o programa. Em 1979, há a criação do Conselho Nacional de Álcool

(CNAL) e da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL)⁷, com a extinção da Comissão Nacional do Álcool (MENDES FILHO, *op.cit.*, p. 67-68).

Registra-se que o desenvolvimento do programa passou por três fases distintas: a primeira fase foi realizada entre 1975 e 1979. Nesta fase, o setor já dispunha de certa “infraestrutura”, porém a redução do setor açucareiro viabiliza a implantação de destilarias anexas às usinas para produção de “álcool anidro para misturar à gasolina” (CONPESUCAR, 1989 p.6). O planejamento do programa consistia em produzir 3,0 milhões de litros de álcool até 1980, no entanto esse objetivo somente foi realizado em 1979. Consta que entre 1975 e 1979 houve um desenvolvimento no processo produtivo do álcool em torno de 555 milhões de litro por ano; já em 1979, a produção de álcool elevou-se para 3.400 milhões de litros (IAA *apud* CARVALHO, 2007). No caso da “produção do álcool etílico (anidro e hidratado, expresso em quantidade equivalente de petróleo) houve uma elevação de 2.000 barris/dia, em 1975, para 39.000 barris/dia, em 1980” (RICHER, 1987 *apud* CARVALHO, *op.cit.*, p.4). A colheita da área canavieira expandiu de 609 mil ha– 29%, entre 1975-1980, sua produção totalizou um crescimento de 42,7% e a rentabilidade aumentou em média 20,0% (IBGE *apud* CARVALHO, *op.cit.*, p. 3-4).

A segunda fase do Programa se constituiu pela expansão por meio da implantação do “álcool hidratado em automóveis movidos a álcool”, cuja produção foi realizada na década de 80. Nesse sentido, foi estimada uma produção em torno de 14 bilhões de litros de álcool. Essa fase contribuiu para a expansão do Proálcool, pois sua produção teve uma elevação em 1985-1986, atingindo um índice de 11,8 bilhões de litros/ano, (IAA *apud* CARVALHO, *op.cit.*). Nesse período do programa houve o respaldo da “pesquisa e do desenvolvimento

⁷ Baseava em um órgão executivo da CNAL tendo como atribuições auxiliar e dar “suporte técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Álcool”; examinar os “projetos de modernização”, ou criação de destilarias de álcool; apresentar-se sobre propostas de órgãos e entidades públicas e privadas; observar as ações desenvolvidas por “órgãos e entidades públicas”; estimular pesquisas que sejam do interesse do Proálcool; realizar as decisões do Conselho Nacional do Álcool (MENDES FILHO, *op.cit* p.68).

tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada” (CARVALHO, *op.cit.*). Houve um declínio da “participação da gasolina, no consumo de combustível líquido”, de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986, enquanto que a “participação do álcool” teve uma elevação de 1,1 % para 55,5%. Em 1979, a quantidade dos carros movidos a álcool aumentou de 0,5% para 66,2% em 1986, sendo que a de automóveis movidos à gasolina decresceu de 89% para 20,9%. O autor ainda destaca que a percentagem nos gastos com o álcool, entre 1984-1986, no setor automobilístico era de 89,6% do total, sendo de 3,5% no setor da “indústria química”, 3,1% referente às exportações e 3,3% cedidos a outras metas (RIBAS,1987 *apud* CARVALHO, *op.cit.*, p.4).

A terceira fase do PROÁLCOOL se constituiu pelo processo de desestímulo do programa em virtude de vários fatores: o aumento da inflação, aumento das “dívidas interna e externa” e queda do custo do petróleo, estabelecida pelos ajustes entre o Brasil e o FMI, que promoveram, desse modo, um exame das políticas de subsídios do governo. Nesse contexto, ocorre um desaquecimento do programa por meio do declínio na produção dos veículos a álcool, em função do “fim dos subsídios do governo ao setor sucroalcooleiro, extinção do IAA, queda na produção de álcool, que, dentre outros fatores, levou à crise de abastecimento” (CARVALHO, *op.cit.*, p.4).

Após esse período, o PROÁLCOOL passa pelo processo de crise em decorrência da crise “financeira do Estado”, queda abrupta dos “investimentos internacionais” e a exigência de que os países em desenvolvimento cumprissem o “pagamento da dívida externa” aos países devedores (FIGUEIREDO, *op.cit.*, p.94).

Em 1990, o cenário foi de “estagnação” gerando a falência e “endividamento” de várias usinas e permanência de usinas mais recentes, tendo em vista que estas últimas teriam conquistado independência financeira e não dependeriam da “tutela estatal”, sendo que estas se localizavam no Centro-sul, enquanto na região Nordeste “o setor foi mais atingido, devido à grande dependência dos produtores aos recursos do Estado” (BARROS *apud* FIGUEIREDO, *op.cit.*, p.92).

Desse modo, o processo de tensão enfrentado pelas usinas em todo o país resulta na extinção do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), no ano de 1990, repercutindo na política de incentivo ao “combustível alternativo”, que passou por estagnação. Registra-se que a proposta de adicionar álcool anidro à gasolina foi sustentada pelo governo. Nesse sentido, do ponto de vista do governo, o álcool teve um papel secundário no sistema de energia, sendo que os “preços do petróleo eram atrativos e que a Petrobrás aumentava significativamente sua oferta, afastando gradualmente o risco de desabastecimento” (GEORGES FLEXOR, 2007).

1.5.1 O PROÁLCOOL na Paraíba

A expansão do setor canavieiro na Paraíba intensifica sua produção, a partir do PROÁLCOOL, por meio dos “subsídios governamentais e do mercado regulamentado”, em 1980. Esta expansão produtiva, inicialmente limitada a municípios do Litoral e do Brejo incorporou na região municípios que se localizavam no Agreste Baixo e Piemonte da Borborema (MOREIRA & TARGINO *op.cit.*, p.107).

A ampliação das áreas para o cultivo da cana ocorreu, em vista de vários fatores que estimularam o setor. Dentre eles, destacam-se:

Os preços do açúcar, e posteriormente do álcool, compensaram os investimentos necessários para a aquisição de novas terras, a modernização dos equipamentos, a ampliação do emprego de fertilizantes, herbicidas e de outras variedades de cana mais adaptadas às novas condições ecológicas (EGLER & TAVARES, 1984 *apud* MOREIRA & TARGINO, 1997 p.107).

Registra-se que o crescimento da área de cana colhida na Paraíba, durante o ano de 1970 e 1980, representou 113,6%; ou seja, mais de 45 mil hectares de terra. No tocante ao setor produtivo, esta foi equivalente a 1.433.245 toneladas, em 1970, somando 3.057.112 toneladas em 1980,

representando uma expansão de 1.623.867 toneladas, o equivalente a 113,3% ao ano (MOREIRA & TARGINO *op.cit.*, p.108).

Segundo os mesmos autores, em 1990, a região da Paraíba representava o “quarto maior produtor de cana no *ranking* nacional, com uma participação de 4,8% do total produzido”. O processo de produção no setor agrícola teve uma contribuição na ordem de 45,7%, atingindo um alto índice entre os produtos das “lavouras permanentes e temporárias” (*Ibid*, p.110).

Houve, portanto, por meio dos incentivos do PROÁLCOOL, a expansão das usinas, sendo que, nesse período, a Paraíba totalizava “sete usinas de açúcar e três destilarias de álcool, duas delas anexas e uma autônoma”. No período de 1975 a 1985, houve o estabelecimento de dez destilarias (*Ibid*, p.110) o que gerou, segundo POLARI (1990), o “aumento da capacidade de produção do álcool da ordem de 250 milhões de litros ao ano, e uma inversão de capital de cerca de 175,8 milhões de dólares, 70% dos quais originados do PROÁLCOOL” (POLARI, 1990 *apud* MOREIRA e TARGINO *op.cit.*, p.110).

Após esse período de ascensão do programa, ocorreu gradativamente o “arrefecimento” do setor canavieiro. Em 1986, houve a decadência da área colhida de 178 mil hectares para 92 mil hectares, em 1993. A produção da cana baixou de 10,7 milhões de toneladas para 7,9 milhões de toneladas, em 1992, chegando a 1,8 milhão de toneladas, devido a ausência de chuvas na região. Nesse processo de tensão, os “usineiros e fornecedores de cana” solicitaram a intervenção do Estado para conter a crise do setor (MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*, p.120).

É significativo relembrar, no contexto político, como se deu o processo de incentivo ao PROÁLCOOL, na Paraíba, assim como as intervenções tomadas na gestão de alguns governos em defesa dos usineiros. Conforme mencionado por MOREIRA e TARGINO, “a política do governo Collor para a agroindústria canavieira se baseou no fim de todos os subsídios do Estado”, embora tenha mantido os incentivos “destinado à agroindústria canavieira, de 25% para os do Nordeste e de 10,5% para o Sudeste”. Durante o seu mandato, o governo Collor instituiu uma política de privilégios aos usineiros. Por meio da implantação do “Plano Collor I”, o grupo dos usineiros e fornecedores

de cana receberam privilégios no sentido de “conseguir desbloquear os cruzados retidos, alegando falta de recursos para saldar seus débitos com os trabalhadores, especialmente os assalariados da cana” (PADRÃO, 1990 *apud* MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*, p.131).

Nesse sentido, circunscreve-se que a política no governo Collor garantia os interesses dos usineiros, como ressaltam Moreira e Targino,

(...) O governo Collor atendeu a duas reivindicações históricas dos donos de destilarias e usinas: primeiramente a incorporação da ‘taxa de equalização de custos’ que eles recebiam pela cana usada na produção de álcool, ao preço de venda ao consumidor. Desse modo, os donos de destilarias passavam a receber o subsídio no ato de faturamento do produto, sem atraso. Em segundo lugar, a extinção do IAA e a adoção do índice da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para reajustar os preços da cana e do álcool. Discordando dos preços estabelecidos pelo IAA por considerarem que os mesmos não cobriam os custos de produção, os usineiros já haviam realizado um convênio com a FGV para a elaboração dos seus próprios índices e vinham pressionando o governo para aceitá-los como oficiais (PADRÃO *apud* MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*, p.131).

Além dessas medidas tomadas em sua gestão, o governo Collor de Melo instituiu também o “Projeto SOS Usineiros”, promovendo mais uma vez privilégios a essas categorias. Esse projeto garantia aos usineiros a possibilidade de “renegociarem suas dívidas a juros baixos e prazos dilatados”. Assim, a política do governo se manifestou como uma forma de apoio ao setor alcooleiro (MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*, p.131).

Segundo os mesmos autores, no governo de Itamar Franco ocorre o retorno do PROÁLCOOL por meio da implantação de um “grupo de trabalhos” desenvolvido para definir metas para o programa. A

instituição desse grupo representou as soluções à reivindicação dos usineiros que solicitavam do governo várias medidas:

A manutenção dos 22,5% que o álcool carburante deveria ocupar no consumo de energia do setor de transporte rodoviário, conforme definido no lançamento do PROÁLCOOL em 1975; b) a elevação da participação dos veículos a álcool dos então 26% da frota total para 40%. Para tanto, solicitavam que a frota de veículos oficial fosse toda ela de carros a álcool; c) concessão de incentivos para a produção de veículos a álcool; d) a garantia de compra, por parte do governo, do estoque de álcool para a formação de reservas estratégicas; e) o aumento imediato do preço ao produtor até a eliminação da defasagem existente em relação aos custos de produção; f) o adequado financiamento dos estoques de álcool não comercializados (*Ibid.*, p.133).

Os autores destacam que na gestão de Itamar Franco, assim como na de Fernando Henrique Cardoso, os usineiros continuaram reivindicando medidas interventivas em defesa do PROÁLCOOL. Embora tenham ocorridos incentivos na gestão dos governos Collor e Itamar, cujo objetivo se constituía no “soerguimento” do setor canavieiro da região Nordeste e Sudeste, o “setor sucroalcooleiro”, em particular o seu segmento mais atrasado (usinas de açúcar e destilarias anexas), enfrentaram sérios problemas de ordem econômica” (*Ibid.*, p.132). Isso levou ao processo de falência de inúmeras usinas.

Cabe destacar, os impactos sociais gerados pelo PROÁLCOOL, no tocante à geração de empregos. Este programa propiciou oportunidades do emprego sazonal na área canavieira impulsionando o acréscimo do número de trabalhadores assalariados, os quais atingiram uma média de 93,6%. Mas, apesar destas cifras, é importante registrar que “o emprego sazonal” não representou uma “melhoria da condição de vida da classe trabalhadora”, mas ao contrário, intensificou as más condições de vida dos trabalhadores rurais. Os autores alertam assim para o fato de que o Programa instituiu e ao mesmo tempo destruiu

empregos, inclusive propiciando a expulsão de trabalhadores, seja de “moradores, parceiros ou foreiros” (*Ibid*, p.113).

No tocante ao aspecto produtivo, o PROÁLCOOL incorporou “máquinas, tratores”, além do uso indiscriminado de “fertilizantes e defensivos químicos” no cultivo da cana, o que gerou por sua vez consequências ambientais e à saúde da população. Além desses fatores, houve o aumento da mão-de-obra feminina e infantil; a escassez produtiva de alimentos; a propagação do trabalho “semiescravo” e a intensificação das precárias condições dos trabalhadores no campo (*Ibid*, p.118-120).

A crise do PROÁLCOOL atingiu também a Usina Santa Maria, levando à falência um dos maiores empreendimentos agrícolas da região. Mais de quatro mil e quarenta trabalhadores perderam seus empregos, o que resultou na luta pela desapropriação das terras da usina. Em 1997, as terras são desapropriadas e se transformam em assentamentos de Reforma Agrária. Detalhes serão abordados no último capítulo.

No próximo capítulo, debateremos sobre os assentamentos rurais no Brasil mostrando como esses espaços se constituem em veículos para a garantia da terra e geração de renda das famílias assentadas. Abordaremos também aspectos do processo de Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba e destacaremos sua importância para a promoção da garantia dos direitos dos trabalhadores no campo. Além disso, mostraremos as características e peculiaridades do Assentamento São Francisco e do Município de Pilões, região onde está situado nosso objeto de estudo.

Capítulo 2

Os assentamentos rurais e o processo de Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba

Neste capítulo, pretende-se discutir sobre os assentamentos rurais no Brasil, sobretudo, sobre sua importância na promoção da geração de renda das famílias assentadas, assim como tratar das questões relativas ao processo de luta dos trabalhadores rurais pela garantia dos seus direitos na terra conquistada.

Será feita também uma análise sobre as questões da ausência de infraestrutura nos assentamentos e do papel do Estado como responsável em atender a essas demandas para que o assentamento dê garantia de vida e sustento e se torne viável para os trabalhadores. Será também abordado como se deu o processo de luta pela Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba e se a implantação dos assentamentos viabilizou esse processo ou foi somente para conter os conflitos existentes entre os movimentos sociais rurais. Por fim, será feita uma abordagem sobre o assentamento São Francisco e o município de Pilões que representa o lócus de nossa pesquisa, salientando suas principais características e peculiaridades.

2.0 Os assentamentos rurais no Brasil

Os assentamentos rurais se constituem na esfera das políticas públicas e têm como proposta, contribuir com ações de intervenção em defesa da garantia de qualidade de vida dos assentados, promovendo a geração de empregos, com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais dos trabalhadores rurais no campo (ESTERCI *et al.*, 1992; BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Medeiros e Leite (2004) ampliam a dimensão desse conceito, afirmando que os assentamentos encobrem distintas situações que dão origem a esse tipo de intervenção fundiária. Segundo os autores,

O termo assentamento rural, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas

vezes, encobre, uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visaram à regularização de áreas ocupadas, às vezes, há décadas, por posseiros; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como rendeiros, agregados); a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos ou outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado; a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; a realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos, etc (MEDEIROS e LEITE, *op.cit.*, p.17).

Nos contextos onde se configura a intervenção que se denomina assentamento, existem distintos atores que são “beneficiários” (Medeiros e Leite, *op.cit.*). Tem-se, como por exemplo: “colonos de café, pequenos arrendatários de fazendas, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários do sul do país, pequenos posseiros na Amazônia”, etc (MARTINS, 2003 p.34).

Martins (2003) destaca que as distintas origens sociais desses trabalhadores se explicam pela formação de “categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos” (*Ibid*, p. 34). Suas trajetórias denotam que estes atores sociais vêm de um contexto de trabalho onde não alcançaram “requalificação e reinserção em outras atividades econômicas,

após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das relações de trabalho” (*Ibid*, p.35).

No tocante à mobilização dos trabalhadores em torno do processo de luta pela terra e a sua inserção no assentamento, é necessário destacar que os mesmos foram estimulados por distintas “entidades de representação, delineando um complexo campo de disputas políticas”. Em certos contextos de mobilização, diversos atores participam de alguns movimentos: “o Movimento dos Sem Terra (MST), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os Movimentos de Atingidos por Barragens (MABs), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT)”. Além dessas entidades que dão respaldo e acompanhamento aos assentados, cabe destacar também outros atores envolvidos nesse universo dos assentamentos e que são responsáveis em dar subsídios para que os trabalhadores possam dispor de garantias de infraestrutura e que possam manter-se na terra conquistada. Dentre eles, pode-se destacar: “o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); os Institutos de Terras Estaduais; as Secretarias de Agricultura e de Assistência Técnica; Prefeituras; Organizações não governamentais que prestam apoio e assessoria aos trabalhadores” (MEDEIROS e LEITE, *op.cit.*, p.18).

Contudo, os autores destacam ainda que a presença dessas políticas públicas nem sempre atendem às perspectivas e necessidades dos assentados, o que demonstra que as ações governamentais nos assentamentos têm se configurado apenas por “ações pontuais” para resolução de uma “situação de conflito” (*Ibid*, p.19). Esse descompromisso do setor público para com a realidade dos assentados manifesta-se desde o momento em que se discutem as áreas que serão beneficiadas com desapropriações para fins de Reforma Agrária. Medeiros traduz essa realidade.

As desapropriações não seguiram um plano prévio, envolvendo, por exemplo, cuidados na localização estratégica dos assentamentos, quer no que se refere às condições ambientais, quer quanto às possibilidades de sua produção econômica, verificando a existência de mercados para os produtos que seriam gerados (o que envolveria

construção de estradas, armazéns para estocagem, etc.), terras de boa qualidade, apoio financeiro, sanitário e educacional consistente, o que, evidentemente, tem tido reflexos sobre as possibilidades de sua sustentabilidade. As intervenções fundiárias foram, antes de qualquer coisa, pontuais, dispersas, desarticuladas, seguindo muito mais a lógica da possibilidade de obtenção de terras, segundo a gravidade dos conflitos existentes ou a importância e capacidade de se fazer valer dos diferenciados interesses envolvidos (MEDEIROS, 1998 p.57).

Nesse contexto, os assentamentos representam um espaço agrícola, sob a responsabilidade das instâncias públicas, onde os trabalhadores rurais podem desenvolver suas atividades na unidade produtiva (BERGAMASCO & NORDER, *op.cit.*, p.7-8). No entanto, “após a conquista da terra os assentados se deparam com dificuldades para garantir a viabilidade econômica dos seus projetos”, em razão da ausência do compromisso de um “poder público” que não se compromete com a oferta de “infraestrutura”, no âmbito da “saúde, educação, transporte, energia elétrica, etc., nem uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais desses produtores” (BERGAMASCO, 1997 p.42).

Então, observa-se que as questões relativas à falta de infraestrutura nos assentamentos são gargalos inviabilizadores de que a Reforma Agrária seja implementada de forma concreta. Além de questões de ordem estruturais, é pertinente também tratar das mudanças que acontecem na vida dos assentados após o processo de desapropriação das terras, pois, segundo LEITE,

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação para fora do assentamento, na interação com as cidades e com

o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local (LEITE *et al.*, 2004 p.111)

A chegada dos trabalhadores ao assentamento circunscreve uma nova etapa na vida dos assentados, por meio de vários obstáculos que são impostos nesta nova conjuntura. Os trabalhadores rurais do assentamento São Francisco, objeto de estudo desta pesquisa, também se defrontaram com enormes desafios após a desapropriação das terras da usina, pois representou um novo cenário na vida das famílias que tiveram que passar por um processo de transição em suas vidas. LEITE evidencia de forma clara como isso acontece em outros assentamentos:

A fase inicial de chegada ao assentamento, especialmente nos casos em que a população não vivia na área, é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia. A dimensão dessas dificuldades se torna ainda mais clara se levarmos em conta o perfil social da população assentada que, além da precária inserção anterior no mercado de trabalho, em geral sofre um desgaste econômico no processo de luta pela terra. Além disso, os primeiros rendimentos a serem retirados do lote (monetários e em alimentos) só virão a partir da primeira colheita. Antes, porém, em todo período da primeira safra (limpeza da área, preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheitas) o lote demanda grandes investimentos em material e trabalho por parte da família assentada. Neste sentido, para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo INCRA mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação, que deveriam atender a todas as famílias no momento da chegada ao assentamento (LEITE *et al.*, p.8).

Após passar pelo processo de transição e se tornarem “assentados”, os trabalhadores passam a estabelecer “suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote, associando as atividades e desenvolvendo várias outras, muitas delas também relacionadas com a existência do assentamento” (*Ibid*, p.124). A autora alerta ainda que as “atividades produtivas e serviços” desenvolvidos nos assentamentos não se limitam aos espaços do lote, mas se estendem a outros espaços como estratégia de “reprodução familiar” (*Ibid*, p.147), ou seja, muitos trabalhadores desenvolvem outras atividades produtivas fora do assentamento como alternativa de complemento para a renda familiar.

Com relação à renda obtida pelas famílias assentadas, LEITE destaca que há três tipos de rendimentos: o primeiro refere-se ao “lote (advindo da comercialização da produção), em segundo lugar, “do trabalho realizado pelos membros da família fora do lote e, por fim, outras rendas e ajudas financeiras recebidas (aposentadorias, pensões, auxílios alimentação)” (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.233). Os trabalhadores do assentamento São Francisco mantêm a renda familiar parcialmente da agricultura, especialmente do cultivo e comercialização da banana, cultura que tem destaque neste assentamento. Além desta renda, muitos trabalhadores complementam o orçamento familiar por meio de subsídios: aposentadorias ou auxílios como o bolsa família, etc. Detalhes sobre as razões dos agricultores terem optado pela comercialização da banana serão mostrados nos próximos capítulos.

Convém enfatizar que a permanência dos trabalhadores no assentamento se concretiza à medida que estes atores sociais recebem o apoio das instâncias públicas e das entidades que os acompanham. Conforme Neto e Bamat (1998) destacam,

Para que exista condição efetiva para a permanência dos assentados faz-se necessário o esforço conjunto do Estado, de setores organizados da sociedade civil e dos próprios trabalhadores assentados. Os assentamentos rurais se fortalecem com infraestrutura adequada, crédito, apoio técnico e com acompanhamento de ONGS, igrejas e movimentos sociais. Além disso,

os assentamentos se superam com seus próprios trabalhos e suas organizações, pois eles têm conseguido sustentar suas famílias e participam cada vez mais como sujeitos na construção de um projeto de desenvolvimento sócioeconômico e humano para o país (NETO e BAMAT, *op.cit.*).

Conforme Bergamasco também destaca, este novo cenário evidencia que o desenvolvimento da “produção agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada”. Para viabilizar estas demandas, torna-se necessário o apoio de instâncias públicas e das entidades que acompanham os assentados. A inserção dos trabalhadores no assentamento vislumbra a necessidade destes atores manterem “formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um, o que tem recebido apoio não só do MST como da Igreja, dos órgãos governamentais e demais entidades envolvidas” (*Idem*, 1996 p.56-57).

Portanto, assumimos como Bergamasco que os assentamentos rurais constituem-se, “sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores” (*Idem*, 1997 p.47). As observações desta autora são um retrato fiel da realidade dos nossos entrevistados e são exatamente estes desafios dos trabalhadores, hoje assentados, ontem assalariados, que nos instigaram nesta pesquisa.

2.1 A categoria de assentado

São vários os autores que identificam o surgimento dos assentados e acampados como uma nova categoria social no meio rural brasileiro (BERGAMASCO (1996); CAMARGO & OLIVEIRA (2005), LEITE *et al* (2004), entre outros. Alguns associam a esta categoria de assentado uma ideia ambivalente; por um lado, destaca-se a sua emergência como ator e sua conquista como tal (CAMARGO & OLIVEIRA, 2005), por outro lado, aparece como objeto beneficiário de

políticas públicas de concessão de terras, crédito e assistência técnica (BERGAMASCO, 1996; LEITE *et al.*, 2004). Esta categoria de ser assentado exige que estes atores sociais estabeleçam uma “relação com o Estado” no momento da conquista da terra (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p. 27).

Esterci (1992) nos fornece a sua contribuição para o termo assentar, que representa o reconhecimento de uma “noção de conflito”, resultado das ações de “determinados agentes sociais e de demandas muitas das quais até então ignoradas e possivelmente permite sua transformação em direitos reconhecidos, o que implica introduzir uma mediação legal na disputa” (ESTERCI *et al.*, *op.cit.*, p.4).

Portanto, a transição para condição de assentado estabelece um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz consequências, não somente para suas vidas, mas para a região onde estão inseridos” (LEITE *et al.*, *op.cit* p.257).

2.2 A Reforma Agrária no Brasil

O debate sobre a Reforma Agrária no Brasil, segundo Bergamasco, configura-se de forma polêmica desde as décadas de 50 e 60, cujo discurso apresentava-se como alternativa para resolução de “questões nacionais” (BERGAMASCO, 1997 p.37). O contexto onde se deu abertura ao debate foi o do “golpe militar, que institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra” (*Ibid* p.37). Nesse período, emergiram as discussões sobre a importância de o governo militar investir em desenvolvimento agrícola ou em Reforma Agrária, sendo que o Estatuto da Terra optou por inserir essas duas propostas em sua agenda política (LEITE *et al.*, 2004 p.38).

Segundo LEITE, o Estatuto da Terra estabeleceu novos conceitos para categorizar o que seriam os “imóveis rurais”, ou seja, para delimitar as áreas que seriam desapropriadas para Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra criou conceitos novos, inclusive uma tipologia dos imóveis rurais (latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural,

propriedade familiar) e critérios para a identificação desses imóveis, alguns passíveis de desapropriação e outros não. Estabeleceu também uma sistemática de intervenção, prevendo a realização de estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas, capazes de indicar as 'regiões críticas que estão exigindo a Reforma Agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios e as regiões em estágio mais avançado do desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tensões nas estruturas demográficas e agrárias'. A partir daí, poderiam ser características áreas prioritárias de Reforma Agrária (Estatuto da Terra art.43) dentro das quais seriam identificadas as áreas passíveis de desapropriação por interesse social (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.38).

Entretanto, no regime militar, o mesmo autor sustenta que houve o predomínio do “desenvolvimento agrícola em relação à Reforma Agrária do Estatuto”. O governo, com a proposta de fazer investimentos no setor agrícola, investe em políticas para a “modernização do latifúndio” para que haja o desenvolvimento nas “exportações de produtos agrícolas e agroindustriais essenciais para a geração de divisas”. Com relação à Reforma Agrária, ele considera que foram usadas estratégias como as “desapropriações por interesse social” apenas para conter conflitos. Outras estratégias adotadas pelo governo consistiram em instrumentos utilizados antes do Estatuto como solução às desapropriações: “Projetos de colonização, regularização fundiária, compra de terras, etc.” (*Ibid*, p.38).

Nesse período, a proposta de Reforma Agrária preconizada pelo Estatuto foi realizada de maneira pontual, apenas como estratégia para conter as tensões advindas dos movimentos sociais rurais (*Ibid*, p.38).

Bergamasco (1997) ressalta que os movimentos sociais, em seu processo de ascensão, sofreram repressão durante esse período, conforme ela argumenta,

Os movimentos sociais rurais, em efervescência no pré-64, foram duramente reprimidos, e a opção do governo militar, além da colonização, se volta à modernização da agricultura por meio de incremento ao uso de insumos químicos e mecânicos, deixando sem alteração a concentrada estrutura fundiária. Os resultados perversos desta modernização podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o desemprego sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980. Esta precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores (BERGAMASCO *op.cit.*, p.37).

O surgimento da “redemocratização” projetou perspectivas de mudança. A Nova República insere a Reforma Agrária como prioridade em sua agenda política. Nesse contexto, foi instituído o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo planejamento estabelecia metas sobre “as áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de Reforma Agrária” (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.39). No entanto, essa proposta foi inviabilizada, em virtude de ter sido combatida pelos dirigentes da classe patronal e da União Democrática Ruralista (UDR)⁸ (SABOURIN, 2008 p.155).

⁸A UDR se constituiu no Estado de Goiás, em agosto de 1985, a partir dos quadros dirigentes da federação de agricultura de Goiás, da Associação dos Fazendeiros de Araguaína e da Associação dos fazendeiros do Xingu. Estas entidades constituíam-se por donos de terras situadas nas áreas de privatização recente, especialmente na Amazônia Oriental. O surgimento da UDR tinha como objetivo “abortar a violência no campo que estava sendo deflagrada naquela hora, principalmente no Estado de Goiás, na região do Bico do Papagaio” (UDR, 1986 *d apud* FERNANDES, 1999).

Leite ainda destaca que com a instauração da “Nova República”⁹ houve um aumento dos conflitos sociais em torno da terra, conforme ela afirma,

O início da Nova República foi fortemente marcado pelas tensões sociais que surgiram em torno dos interesses envolvidos com a questão da terra. Se por um lado a tese esposada por alguns componentes do governo sobre a urgência da realização de uma Reforma Agrária que promovesse alterações substanciais na estrutura fundiária do país foi derrotada, por outro lado, pressões dos movimentos e conflitos existentes na área rural levaram a que algumas desapropriações fossem realizadas e assentamentos se constituíssem, embora em escalas bem inferiores às demandas existentes e as próprias metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.56).

Na década de 80, amplia-se o debate em torno da Reforma Agrária ganhando efervescência em função dos “conflitos que cresceram na década de 70, envolvendo principalmente posseiros, e, num segundo momento, pelas ocupações de terra que passaram a ocorrer com maior intensidade no sul do país”. As mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ocupações de terras improdutivas se estendem por todo o país tendo grande repercussão (MEDEIROS, 1998 p.55).

Segundo Medeiros, em 1997, houve um aumento considerável no número de desapropriações, sendo “contabilizados mais de mil

⁹ Período de transição do Brasil para a “democratização” brasileira em que José Sarney assume o poder substituindo então o Presidente Tancredo Neves, em virtude do seu falecimento. Nesse período disseminou junto a associações e sindicatos patronais rurais “a certeza de uma verdadeira guerra no campo e a inevitabilidade da violência como única medida eficaz para conter as ações de ocupação de terras e a demanda por uma Reforma Agrária” (BRUNO, 2003).

assentamentos rurais”. A autora enfatiza ainda que, embora tenha ocorrido um aumento considerável no processo de desapropriações e da implantação de assentamentos rurais nos anos 80 e 90, não significa que a Reforma Agrária tenha se concretizado efetivamente. Estas iniciativas por parte das políticas públicas representaram apenas estratégias para tentar “amenizar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país” (Medeiros, *op.cit.*, p.56), ou seja, seria fundamental não esquecer que o processo de Reforma Agrária deveria constituir-se em elemento primordial para dar acesso aos trabalhadores rurais,

A um bem essencial de produção, que é a terra, e com base nesta permitir o acesso a outros meios necessários, desde a infraestrutura básica até os requerimentos mais essenciais para uma condição digna de vida, ou seja, para as condições das famílias assentadas exercerem sua cidadania. Representa uma política importante de geração de empregos no meio rural (GUANZIROLI *et al.*, 2001 p.189).

Em 1985, são retomadas as reivindicações pela Reforma Agrária por meio da instituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). É importante frisar que o surgimento desse movimento passou pelo processo de expansão em todo o país, “com o apoio do setor progressista da Igreja Católica que se mobilizou, após o final do movimento das comunidades de base, no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975” (SABOURIN, *op. cit.*, p.155-156). Desde então, o MST virá a representar um marco na história contemporânea do cenário rural brasileiro, mas, apesar disso, para efeitos da nossa pesquisa esse será abordado de forma breve, pois os trabalhadores rurais do assentamento São Francisco, foco da nossa análise, originam-se de relações da morada e não estão inseridos no movimento. Nossos pesquisados não acampam. Na verdade, o processo de luta pela posse da terra se deu de forma distinta através de mobilizações, passeatas com apoio de entidades locais como o Serviço de Educação Popular (SEDUP), os

Sindicatos Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Portanto, a consolidação da Reforma Agrária no Brasil, está longe de ser apenas a garantia da desapropriação de terras improdutivas, mas possui essa dimensão essencial que consiste na fundamental assistência aos trabalhadores rurais através da oferta de infraestrutura adequada nos assentamentos. Assim sendo, essas ações resultariam em mudanças profundas na qualidade de vida das famílias e no combate à situação de pobreza e exclusão que assolam os trabalhadores rurais brasileiros.

2.2.1 A Reforma Agrária na Paraíba

O processo de luta pela Reforma Agrária na Paraíba emerge do movimento das Ligas Camponesas (SABOURIN, 2008; MARTINS, 2003; MOREIRA & TARGINO, 1997). Este movimento surge em 1945, tendo o respaldo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SABOURIN, *op.cit.*, p.153). Uma das metas iniciais do Partido Comunista Brasileiro consistia em possuir uma maior “projeção para as discussões acerca da situação e das relações agrárias estabelecidas no país naquele período”(AZEVEDO, 1982 *apud* Silva, 2007 p.2). Sabourin enfatiza que neste período, “a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais” (SABOURIN, *op.cit.*, p.153).

Cabe destacar que os principais objetivos das Ligas Camponesas se constituíam nas reivindicações dos trabalhadores assalariados por melhores condições de trabalho, pela luta de posseiros, moradores e foreiros contra a exploração a que estavam submetidos nas terras onde ocupavam, pois era exigido desses últimos que pagassem o “foro”, uma espécie de pagamento aos proprietários pelo “uso da terra e de outras benfeitorias” (BERGAMASCO,1996 p.13-14). Assim, os trabalhadores rurais submetidos a esse processo de exploração, recorreram às contribuições do advogado Francisco Julião, que estimulou os

trabalhadores a denunciarem os proprietários, assim como a se mobilizarem por meio de associações, para reivindicarem seus direitos trabalhistas. É dessa forma que emergem as Ligas Camponesas no Nordeste (GARCIA JR., 1989 p.80), apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro, conforme citado anteriormente. O autor evidencia como se caracterizaram as primeiras mobilizações.

O início das primeiras ligas camponesas corresponde às primeiras tentativas de utilização sistemática das leis existentes para defender na justiça antigos moradores de engenhos abandonados por seus proprietários e para dar uma existência jurídica à associação de moradores. Nesse sentido, a ação das ligas consistia, diante de cada conflito singular, em levar os proprietários aos tribunais e tornar conhecidos dos moradores tais meios de ação. O recurso a instâncias e o formalismo jurídico que se seguia tinham um efeito simbólico preciso: colocavam no mesmo plano a palavra de morador e a palavra do senhor e materializavam a existência de um poder acima do senhor. As surras e ameaças de morte, os atentados contra as casas e os animais dos trabalhadores, ou mesmo assassinatos foram meios habitualmente utilizados pelos senhores contra aqueles que apelavam para a justiça, e também contra testemunhas, para tentar pôr fim aos processos. Os senhores que participavam de tais ações de represália podiam contar com a ajuda de outros senhores que não estavam diretamente envolvidos nos conflitos, nem mesmo eram seus parentes, contudo tinham interesse em impedir a condenação de um de seus iguais: a condenação ameaçava o reconhecimento social da vontade do proprietário como único e inquestionável princípio de ordenação do mundo interior dos engenhos (GARCIA JR., *op.cit.*, p.81).

Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é considerado ilegal, levando à repressão das Ligas Camponesas. Estas ressurgem em 1954, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, nas regiões onde predominavam o setor canavieiro (Sabourin, *op.cit.*, p.153).

Após a volta do Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas retornam as suas mobilizações com mais ímpeto. A realização da I e II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e a instituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), estimuladas pelo PCB, nos mostram o processo organizativo dos trabalhadores que posteriormente implementa o Congresso Nordeste de Trabalhadores Rurais, em Pernambuco, região onde surge a primeira Liga Camponesa. Este evento tem grande repercussão para a mobilização das Ligas Camponesas, que resulta em um “movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da Reforma Agrária” (TARGINO, 2000 *apud* IENO NETO, 2005 p.68).

A implantação da segunda Liga camponesa surge na região da Paraíba, em 1958, sendo intitulada “Liga de Sape”. Essa Liga tinha como proposta “travar lutas com os usineiros” em defesa dos direitos dos trabalhadores e tinha como Presidente João Pedro Teixeira (Souza, 1998 *apud* Silva, 2007 p.1). Após esse período, em 1961, surge em João Pessoa a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba, tendo catorze membros integrados às associações, sendo posteriormente denominada de Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (SILVA, *op.cit.*, p.1).

Tentando coibir a mobilização das ligas, “usineiros e proprietários” se opõem contra essas mobilizações. Segundo IENO NETO (2005), os proprietários fundam uma entidade denominada Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APRA) (IENO NETO, *op.cit.*, p.69) cujo objetivo consistia em articular os “pequenos proprietários” e ocultá-los do “assédio” das Ligas Camponesas. No contexto do golpe militar e com “a inserção dos sindicatos rurais, as ligas foram duramente reprimidas e se desarticularam”. Segundo o autor, as repressões, seguidas de perseguições, mortes e prisões

repercutiram no impulsionamento dos movimentos sociais no campo (SOUZA, 1998 *apud* SILVA, *op.cit.*).

O recrudescimento da repressão das Ligas Camponesas resultou na morte de um dos seus principais líderes, João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa que foi assassinado a mando de um usineiro da região. Após sua morte, sua esposa Elizabeth Teixeira assume a liderança das ligas até 1964. Nesse período, é decretada a sua prisão, vindo posteriormente a se refugiar no Rio Grande do Norte, mantendo-se em sigilo por questões de segurança (IENO NETO, *op.cit.*, p.69). Segundo ARAUJO (2011) o temor gerado durante o “golpe militar de que o Brasil se tornasse um país socialista” desencadeou a perseguição e a prisão de líderes camponeses. A ausência de seus principais líderes gerou o enfraquecimento e a desarticulação das ligas paraibanas (ARAUJO, *op.cit.*, p.3).

Esses acontecimentos, decorrentes da desarticulação das Ligas Camponesas gerou um sentimento de medo entre os trabalhadores. Segundo Genaro, a denominação de “camponês” passou a ser rotulada pela própria comunidade, que tinha receios de que eles fossem reconhecidos como “membros das ligas”, por medo de sofrerem perseguições e represálias (IENO NETO, *op.cit.*, p.70).

Após o período de repressão e desarticulação das Ligas Camponesas, ocorre a primeira “resistência coletiva contra a expulsão da terra, na Fazenda, Mucatu no município de Alhandra, no litoral Sul da região da Paraíba” (MOREIRA, 1997 *apud* IENO NETO, *op.cit.*, p.70). A partir dessa experiência, a luta pela resistência contra a expulsão da terra se estende a outras regiões do estado, conforme SILVA evidencia.

O estado da Paraíba contou com 194 conflitos de terra entre 1970 e maio de 1996, distribuídos em 55 municípios, a maioria na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata a Região da Borborema e avançando para o Sertão. As lutas na Paraíba se acirram com o processo de proletarização e marginalização a que são submetidos os trabalhadores expulsos do campo,

inicialmente organizados pelas Ligas Camponesas e em seguida através de alguns sindicatos rurais, além da atuação da Igreja com a criação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT que foram fundamentais no processo de construção de uma visão social e política entre grupos de trabalhadores rurais (SILVA, *op.cit.*, p.2).

A expansão do movimento dos trabalhadores rurais sem terra intensificou a luta pela Reforma Agrária na Paraíba, estendendo-se em nível nacional. O número de desapropriações realizadas pelo Governo Federal no estado foi o equivalente a 189 mil hectares de terras, contemplando 11.050 famílias com projetos de assentamentos de Reforma Agrária (IENO NETO, *op.cit.*, p.70).

Estas trajetórias dos trabalhadores rurais em defesa da luta pela terra, contra a expropriação e pela garantia dos seus direitos sociais, representa um marco histórico na região, um avanço na ruptura do poder das oligarquias rurais que se mantiveram no comando graças à exploração e a miséria dos trabalhadores do campo (*Ibid*, p.70) .

Portanto, as mobilizações iniciadas pelas Ligas Camponesas foram instrumentos importantes para garantir os direitos dos trabalhadores rurais e sobretudo para a difusão do debate e da luta em defesa da Reforma Agrária.

2.3 Características do assentamento e município pesquisado

2.3.1 O Assentamento São Francisco- PB

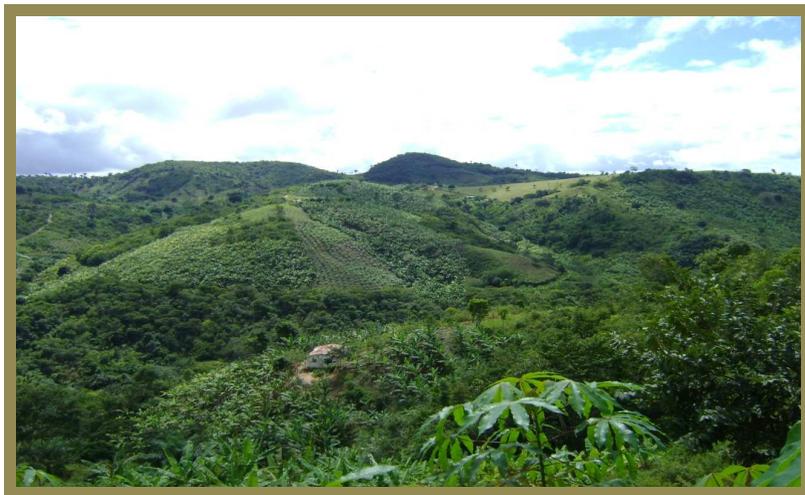


Figura 2.1: Vista Parcial do Assentamento São Francisco (Foto da autora)

O assentamento São Francisco, lócus da nossa pesquisa de campo, localiza-se no município de Pilões- PB, no Brejo Paraibano, tem 35 famílias, sendo que atualmente há apenas 28 famílias, tendo em vista que houve abandono de lotes por parte de certos agricultores e uma área de aproximadamente 432,0 hectares de terra (SEDUP, 2004).

No tocante à composição das famílias, estas se constituem por uma média de cinco filhos por casal, além de ser comum contar com agregados. Estes agregados geralmente são os membros das famílias dos filhos casados (netos, noras e/ou genros) que moram nas casas dos pais assentados. Os agregados fazem uma casa no fundo do quintal para viver com a família deles, mas o espaço no lote torna-se limitado para que possam produzir para a subsistência. Dessa forma, muitos agregados

estão migrando do campo para a cidade em busca de inserção laboral, o que compromete a possibilidade de reprodução social desses agricultores.

Essas áreas antes de serem desapropriadas pertenciam à Usina Santa Maria, onde funcionava a agroindústria sucroalcooleira que, após a crise do PROÁLCOOL, passou pelo processo de falência. Esses trabalhadores eram assalariados e moravam nas terras da própria usina, tendo direito ao roçado para o plantio de pequenas lavouras de subsistência. Essas áreas da Usina foram desapropriadas em 1997 pelo Governo Federal, após um longo período de luta por parte do Comitê de Apoio constituído pelas entidades locais junto com os trabalhadores rurais. Trataremos de forma mais ampla sobre o processo de desapropriação das terras da usina nos próximos capítulos.

Do ponto de vista econômico, os trabalhadores rurais do assentamento São Francisco obtêm a renda parcial por meio da agricultura, desenvolvida dentro do próprio lote com a contribuição dos membros familiares. A complementação da renda é obtida por meio de benefícios como aposentadorias e de programas sociais como o bolsa família, etc.

A principal cultura que produzem no assentamento é a banana, que é também comercializada nos municípios vizinhos; além disso, plantam também milho, macaxeira e feijão, mas apenas para a subsistência. O processo da comercialização da banana é feito por meio de atravessadores, o que inviabiliza o desenvolvimento de sua produção econômica, pois os produtos são vendidos por menores preços a estes atravessadores.

Quanto ao relevo, este se apresenta predominantemente forte, ondulado e montanhoso, ocorrendo poucas áreas quase planas nos topos achatados das elevações e nos baixios localizados no fundo dos vales, conforme mostra a figura 2.1 (SEDUP, *op.cit.*). Este relevo no assentamento é formado por “colinas e morros altos e, com uma acentuada “declividade”, constitui-se de áreas que apresentam uma tendência limitada à pecuária, mas propícia à “fruticultura”. As áreas são ricas em aguadas e fontes, dispendo de 42 fontes de água, sendo cortadas por rios, riachos e regatos (*Ibid*, 2004).

2.4 Localização e aspectos geográficos do município de Pilões-PB

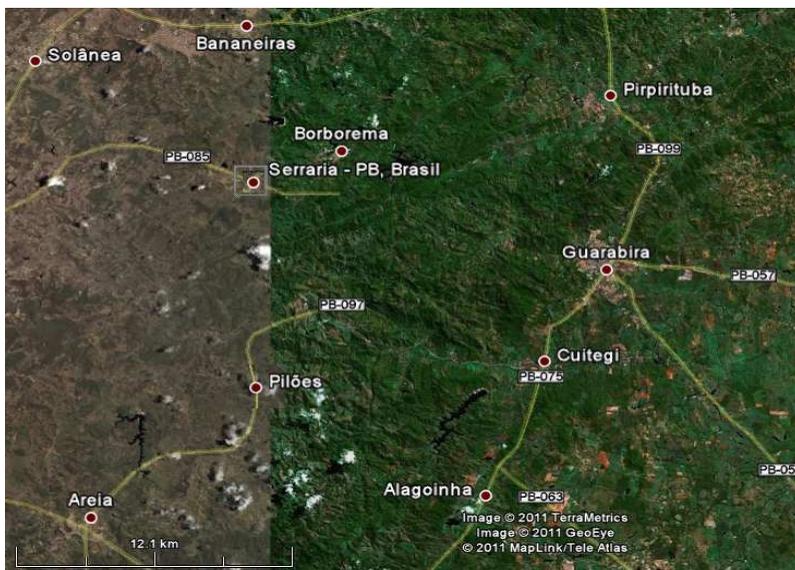


Figura 2.2: Mapa de localização do município de Pilões- PB e regiões “limítrofes” (Google Earth, 2011 acesso em 13/06/11).

O município de Pilões está localizado na “microrregião do Brejo Paraibano, onde está incluída a unidade geoambiental do Planalto da Borborema, tendo como municípios limítrofes: Serraria, Areia, Alagoinha e Cuitegi”. A área do município equivale a 64,4 quilômetros quadrados. A sede do município conta com uma pequena cidade “que ocupa um vale entre as montanhas formadoras das primeiras elevações da cordilheira oriental da Borborema, numa altitude de 360 metros em relação ao nível do mar” (MASCARENHAS *et al.*, 2005)

É importante destacar que esta cidade é eminentemente rural, apresentando uma população total de 7.800 habitantes, sendo 5.077, de

área rural e 2.793 de área urbana (IBGE, 2000 *apud* MENEZES *et al.*, 2008).

Quanto aos aspectos “fisiográficos”, o município está inserido “na unidade geoambiental formada por maciços e outeiros altos”. Quanto ao relevo, este se caracteriza por “vales profundos e estreitos dissecados”. Os cursos d’água têm um sistema de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o “dendrítico”. Possui dois rios denominados de Araçagi-mirim e Araçagi (Mascarenhas *et al.*, *op.cit.*). A vegetação origina-se da Mata Atlântica e constitui-se por florestas “subcaducifólica e caducifólica”, aspectos peculiares de regiões agrestes. O clima é tropical chuvoso, com verão seco (MENEZES *et al.*, *op.cit.*, p.4).

2.4.1 Contexto de formação e aspectos econômicos e sociais do município de Pilões



Figura 2.3: (a) Centro de Pilões- PB; (b) Igreja Matriz (Foto da autora).

O contexto de formação do povoamento do município de Pilões ocorreu em função da atividade econômica, sendo consequência da influência da “penetração comercial ocorrida pela cidade de Mamanguape” (IBGE, 2000).

Conforme registrado, em 1815, acontece a instauração do município de Areia, sendo que Pilões tem seu território anexado ao novo município, havendo o “desmembramento da cidade de Mamanguape”.

Já na segunda década do século XIX, o povoamento entra em processo de progresso (OOSTERHOUT, 1993).

Em meados de 1897, a implantação da lei nº 80 de 13/04 coloca Pilões na condição de vila e transfere a sede da cidade para Serraria, município vizinho. Com a designação de “Pilões de Dentro” torna-se distrito de Serraria de 1936 a 1938. No período de 1939 a 1943, foi denominado de “Entre Rios”. Em 1948, retorna a antiga denominação de Pilões e em 1953 resgata a sua autonomia tornando-se oficialmente município em primeiro de janeiro de 1954 (*Ibid*, 1993).

A capela da cidade representa sua primeira construção. Atualmente, a igreja matriz configura-se como uma grande construção em destaque na cidade, confirmando um espaço que tem um caráter de resquícios de colonização, conforme mostra a figura 2.3 onde está situada a igreja da cidade (*Ibid*, 1993).

Do ponto de vista econômico o município de Pilões se destaca pelo predomínio da agricultura, que chega a “ocupar 80% da mão-de-obra, enquanto as outras atividades como a pecuária, o comércio, os serviços em geral e o setor público” mantêm um significado secundário (MENEZES *et al.*, 2008).

No século passado, houve o predomínio da monocultura, por meio do cultivo da cana-de-açúcar, representando uma atividade predominante nesse período. Do cultivo da cana produzia-se derivados como a cachaça, o açúcar e a rapadura, produtos tradicionais que propiciavam o desenvolvimento econômico da região (MASCARENHAS *et al.*, 2005).

Assim, a crise da “agroindústria sucroalcooleira” na região provocou uma “redefinição” do espaço agrário, resultando em assentamentos de Reforma Agrária e da ampliação das comunidades de agricultores familiares (MASCARENHAS, *op. cit.*).

Portanto, seguindo o mesmo autor, essa crise provocada pela falência da Usina culminou em um grande impacto sobre a vida dos trabalhadores e de suas famílias, uma vez que esta, considerada como um grande empreendimento agrícola, propiciava a geração de renda para a população local. A saída para incluir os trabalhadores que estavam desempregados resultou na luta pela desapropriação das terras, tendo

tido grande influência do Comitê de apoio que tomou iniciativas para estimular os trabalhadores a reivindicarem as terras onde moravam. Detalhes estarão no último capítulo.

A seguir, teceremos um debate sobre a categoria da Agricultura Familiar, discorrendo sobre a formação deste conceito. Também daremos ênfase ao processo de assistência técnica e crédito rural, falando sobre seu surgimento e a dimensão que possui para a viabilidade da agricultura familiar nos assentamentos.

Capítulo 3

A Construção da categoria da agricultura familiar e o processo de assistência técnica e crédito rural

O presente capítulo dará enfoque a três temas relacionados entre si, o da agricultura familiar, o da assistência técnica e do crédito rural. Traçando um breve percurso histórico sobre a visibilidade política da agricultura familiar, remeteremos ao debate da sua própria categorização, assim como as políticas públicas associadas a ela. Isto é, ao processo de assistência técnica e aos critérios de concessão de crédito rural.

As reflexões sobre a categoria da agricultura familiar, assim como as referências ao seu contexto de desenvolvimento serão evidenciadas através do diálogo com autores como WANDERLEY (1999), LAMARCHE (1993), SCHNEIDER (2003), entre outros. Os autores sustentam que “a discussão sobre agricultura familiar surge a partir da década de 90” e se consolida a partir desse período. Estes afirmam que apesar das diversidades das formas sociais assumidas pelos agricultores familiares, a agricultura familiar pode ser caracterizada por agregar três elementos primordiais: a terra, o trabalho e a família.

A importância da assistência técnica para a viabilidade da agricultura familiar será outro dos temas em debate neste capítulo. A assistência técnica “emerge na década de 40 em Minas Gerais e se desenvolve nos anos 60 e 70” no âmbito da chamada modernização conservadora (GUANZIROLI *et al.*, 2003). Nas décadas de 1980 e 1990 esta sofre críticas e novas propostas são implementadas (LEITE *et al.*, 2004), (GUANZIROLI, *op.cit.*). Ainda hoje o processo evidencia muitas insuficiências, apesar do seu papel vital para a agricultura familiar, além de promover oportunidade para tomada de crédito por parte dos agricultores familiares.

Outro aspecto que será enfatizado refere-se ao crédito rural, os impasses e dificuldades que os agricultores rurais enfrentam para a tomada do mesmo. Neste ponto serão destacados os programas de crédito rural como o “Programa de Crédito especial para a Reforma Agrária (PROCERA), programa extinto em 1999, e o “Programa de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implementado recentemente”. Serão enfatizados os desafios e sucessos alcançados por estes programas.

3.0 A categoria da agricultura familiar

O debate suscitado em torno da agricultura familiar “emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990” (SCHNEIDER, 2003 p.99). Para este autor, o conceito de agricultura familiar se consolidou como uma categoria política a partir deste período. Este evento representou um contexto histórico produtivo em que foi desenvolvida uma diversidade de “estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar” (SCHNEIDER, *op.cit.*, p.99).

A consolidação do debate gerado pela agricultura familiar ocorreu em virtude de dois elementos que repercutiram no “meio rural”. Primeiramente houve a difusão dos movimentos sociais, especialmente por meio da instauração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, de outro lado, a implantação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que se constituiu como “resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990”, tendo como pressuposto “prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter nas atividades” (*Ibid*, p.100).

Segundo STROPASSOLAS, o aumento significativo da categoria de “agricultores assentados pela Reforma Agrária” e a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) traduzem este debate na sociedade. Estas conquistas originam-se principalmente da “mobilização política dos grupos sociais rurais” (STROPASSOLAS, 2006a).

Outro elemento significativo constitui-se pela retomada da discussão sobre a “ruralidade”, que ocorre na década de 1990. Nesse período, desperta o interesse dos pesquisadores sobre os “estudos

agrários e rurais no Brasil”, ampliando as discussões sobre os “impasses da Reforma Agrária e os assentamentos, afirmação da temática ambiental e sustentabilidade, a agricultura familiar, etc.” (Schneider *op.cit.*, p.100). Nesse sentido, as temáticas sobre as questões rurais entram em processo de efervescência, resultando em diversas pesquisas nesta linha de trabalho.

Wanderley (1999) traz grandes contribuições a respeito do conceito de agricultura familiar. Segundo a autora, a agricultura familiar constitui-se pelo trabalho na unidade produtiva que possui um caráter familiar. Fora este atributo, a agricultura familiar se caracteriza pela “propriedade e trabalho” representando uma “diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, *op.cit.*, p.3).

Segundo WANDERLEY, o conceito de agricultura familiar tem como pressuposto evidenciar,

Ares de novidade e renovação para designar conceitos já enraizados na sociedade brasileira como o tradicional camponês, agricultor de subsistência e pequeno produtor rural e incorpora conceitualmente os desafios da modernidade. A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional. As transformações, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores e acrescenta ao agricultor familiar moderno a capacidade de adaptar-se às novas exigências da sociedade, sem desvincular-se das tradições camponesas (WANDERLEY, *op.cit.*, p.12).

Do ponto de vista do contexto brasileiro, os agricultores familiares levam consigo suas peculiaridades de camponeses, independente de ter adquirido um caráter de agricultor moderno e

vinculado ao mercado. Ainda segundo WANDERLEY, os agricultores familiares,

[...] guardam ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizados, nas condições da modernização brasileira, continuam a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (*Ibid.*, p.12)

A autora ressalta que “a agricultura camponesa tradicional” constitui-se por fazer parte integrante do “território, espaço de trabalho onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma sociabilidade específica, que se sobrepõe aos laços familiares e de parentesco” (*Idem*, 1999 p. 5). Nessa perspectiva, a unidade produtiva caracterizada como agricultura familiar agrega em sua constituição os elementos terra, trabalho e família, visando preservar sua existência enquanto unidade econômica independente, construindo estratégias produtivas respaldadas no âmbito da organização do trabalho e da unidade da produção familiar.

Wanderley ainda destaca que os elementos que demarcam a “luta dos camponeses”, referem-se a “constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (*Idem*, 2009 p.173). Ou seja, mais uma vez estes elementos da família, da terra e do trabalho comparecem como os ingredientes de uma receita para a vigência e valorização de um estilo de vida atual e futuro.

Wanderley sustenta que essa vinculação entre “propriedade e trabalho” representa no “tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais” (*Idem*, 1999). Lamarche corrobora essa visão quando sustenta que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993 *apud* Wanderley, 2009 p.157).

A contribuição de Lamarche para a categoria da agricultura familiar realizou-se por meio de uma pesquisa feita em vários países,

tecendo, através desta, uma abordagem comparativa em nível internacional sobre a produção familiar, evidenciando, desse modo, as diversificadas diferenças sociais encontradas no contexto desses países analisados. Segundo Lamarche, a agricultura familiar se constitui como uma unidade de produção onde o sistema de propriedade e o trabalho desenvolvido no espaço agrícola estão vinculados à família (LAMARCHE, 1993 p.13-14).

Para Lamarche, a agricultura familiar apresenta-se de forma diversificada, uma vez que se classifica em quatro modelos: primeiro há o modelo empresa e familiar; em segundo lugar, o modelo camponês ou de subsistência e, por último, o modelo de agricultura “moderna”. Quanto às duas primeiras categorias, estas possuem uma dimensão de “dependência das unidades de produção”. Esta dependência se configura no sistema de produção, uma vez que esses agricultores desenvolvem sua produção para o “mercado de massa” e focam nos investimentos com o objetivo de transformar seus “meios de produção”. No tocante à contribuição da família, esta se apresenta de forma ambivalente; por um lado, alguns defendem que a participação da família não se constitui como veículo primordial “na tomada de decisão e na organização das estratégias, a família participa pouco (ou não participa em nada) das tarefas agrícolas”; por outro lado, a família representa veículo fundamental nas decisões, pois, a unidade produtiva é “assegurada pelos membros da família e todos os projetos são organizados de forma a satisfazer seus interesses” (LAMARCHE, 1998 p.308).

Com relação ao modelo camponês ou de subsistência, este se caracteriza em “unidades de produção semiautárquicas, estruturadas em bases familiares”. Esses produtores têm um caráter de autonomia e relações familiares consistentes. Já o modelo de agricultura familiar moderna tem um caráter mais autônomo e menos familiar, se constitui por “unidades de produção” pouco familiares. Outro aspecto que caracteriza este modelo consiste em uma “unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida, e muito retraída com relação ao mercado; além de ter um caráter de “autonomia alimentar muito forte”. Além desses elementos já citados, o autor enfatiza ainda que este “produtor familiar moderno” mantém-se atrelado ao conceito

de “patrimônio”. Isso se expressa, em virtude dos bens se originarem da família e o produtor não desejar se abster desses bens, ao contrário, o seu objetivo consiste em dinamizar o “patrimônio familiar” que foi obtido por herança (*Idem*, 1998 p. 311-315).

O modelo a que se aplicam os agricultores familiares do assentamento São Francisco insere-se, do ponto de vista de Lamarche, no modelo de agricultura “camponesa ou de subsistência”, pois estes agricultores mantêm “laços familiares” consolidados no processo de produção, além de produzirem para a subsistência e comercialização para subsidiar a renda familiar.

Entretanto, a agricultura familiar, como categoria que representa, mantém um “caráter da diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade e redefinição dos valores e tradições; a família como proprietária, trabalhadora e produtora” (TEDESCO, 1999, *apud* WEISHEIMER, 2004 p.33).

Nessa perspectiva, reiterando o que foi sustentado anteriormente, os elementos primordiais que constituem a agricultura familiar estão ancorados na dimensão de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção encontra-se sobre a responsabilidade da família, considerada como grupo primordial na constituição do trabalho no assentamento rural (WEISHEIMER, *op.cit.*).

A contribuição de Guanziroli destaca que o cenário dos agricultores familiares não é “homogêneo”, mas representa um universo extremamente diversificado “do ponto de vista econômico, social e cultural”. Segundo o autor, os produtores rurais podem ser classificados em três categorias: a primeira categoria refere-se aos “produtores familiares capitalizados”, que se constituem por terem uma renda que os possibilita investirem na produção. Esses produtores dispõem de uma “renda agrícola, que os mantém relativamente afastados do risco de descapitalização e de eliminação do processo produtivo” (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Em segundo lugar, há os “produtores familiares em vias de capitalização, que se caracterizam por produtores que em função da sua renda podem “acumular capital” para investimento em sua produção, mas esses recursos não asseguram a permanência das “unidades

produtivas”. Em terceiro lugar, há a categoria dos “produtores familiares descapitalizados”, que se constituem por possuir uma renda limitada, o que não permite “assegurar a reprodução da unidade de produção e permanência da família na atividade”. Nesta categoria estão inseridos “os produtores tradicionais descapitalizados e produtores que recorrem a rendas externas ao estabelecimento para sobreviverem, tais como (trabalho assalariado temporário, atividades complementares, aposentadorias, etc)” (GUANZIROLI *et al.*, *op.cit.*, p.114).

Do ponto de vista desta teoria, os trabalhadores do Assentamento São Francisco, estão inseridos na categoria de “produtores familiares descapitalizados”. Maiores detalhes serão tratados no próximo capítulo.

Portanto, os autores destacam, em termos gerais, que a categoria da agricultura familiar se apresenta de forma diversificada. Esta é constituída pelo fortalecimento do trabalho familiar, onde o planejamento e o gerenciamento são desenvolvidos pelos membros familiares de maneira coletiva para o êxito da unidade produtiva nos espaços dos assentamentos rurais.

3.1 O processo da assistência técnica

A assistência técnica emerge no “final da década de 40, em Minas Gerais, e se desenvolve ao longo dos anos 60 e 70 durante a modernização conservadora” (Guanziroli, 2003 p.6). A primeira experiência brasileira de “extensão rural” foi denominada de Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), instituída em 1948 com a contribuição dos Estados Unidos, pautado no modelo de *Farm Security Administration*, cujas metas consistiam em “auxiliar os agricultores na crise de 1930”. Para a realização dessa experiência, o Brasil contou com o apoio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA) para a capacitação dos técnicos brasileiros (FONSECA, 1985 *apud* SCHMISTZ, 2010 p.113).

A ACAR emergiu no contexto da “guerra fria” e do fortalecimento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Dentre os seus objetivos, estava a “fixação do homem a terra para evitar o êxodo rural que comprometeu a produtividade agrícola mineira e colocava-se

como entrave ao processo de desenvolvimento industrial”. A implementação desse programa de extensão fazia parte de uma “estratégia de promoção do capitalismo nos países em desenvolvimento, preconizando a ideologia de que as pessoas deveriam reconhecer que o sistema capitalista estava preocupado com o seu bem-estar”. Além dessa proposta “ideológica”, o outro interesse constituía-se em investir em uma indústria para produtos de “fertilizantes químicos” que não havia no Brasil (COLBY & DENNET, 1998 *apud* SCHMITZ, *op.cit.*, p.113).

No primeiro período dessa experiência, a extensão rural preconizava-se no “modelo clássico” e consistia em convencer os agricultores a utilizarem “melhores práticas no campo” (FONSECA, 1985 *apud* SCHMITZ, 2010). Na verdade, esse discurso era apenas ideológico, pois o seu verdadeiro objetivo consistia em propiciar uma unidade de crédito, com a meta principal de oferecer empréstimos e não prestar uma formação voltada ao agricultor rural (RIASCOS, 1973 *apud* SCHMITZ, 2010 p.11).

Nesse primeiro período da extensão, os resultados não foram promissores. Na tentativa de reverter esse quadro, deu-se abrangência à educação, implementando o modelo “difusionista”¹⁰ como estratégia para dinamizar a extensão rural. Nesse contexto, a extensão rural foi concebida de forma mais abrangente, tendo um “caráter integral” (FONSECA, 1985 *apud* Schimstz, *op.cit.*, p.114).

De acordo com as informações cunhadas por Guanziroli, outro órgão da época - a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) - no início do seu surgimento - teria desenvolvido um trabalho com “agricultores tradicionais” com o objetivo de “modernizá-los”, conforme

¹⁰Com base nesta teoria, a assistência técnica e a extensão rural desenvolveu um esquema metodológico que incluía a visita, a reunião, as unidades de observação demonstrativa, os dias de campo, de forma a impor aos agricultores a implantação de tecnologias no campo. Tem como pressuposto utilizar as velhas práticas pautadas em “obsoletas metodologias de extensão” e se manifestam de forma “ineficiente e inadequada quando se preconiza a necessidade de uma nova extensão rural”. Tem como premissa a ideia de que as “mudanças nas sociedades rurais se dão por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades” (SCHIMSTZ, 2010).

seus próprios termos, no entanto o seu trabalho sempre esteve vinculado aos “médios e grandes produtores”, porque na sua perspectiva eram os grupos que se adaptavam aos “pacotes tecnológicos” impostos pela mesma (GUANZIROLI, *op.cit.*, p.6).

Cabe ressaltar que no contexto da “modernização da agricultura” brasileira, entre os anos 60 e 70, os vínculos estabelecidos pela Ater com os médios e grandes produtores colaboraram para a promoção de atitudes “perversas” por parte da mesma. Nesse sentido, passou a ser uma constante as atividades de extensão ligadas aos “agricultores que possuíam capacidade de resposta imediata de acesso ao crédito bancário, trabalho para o qual o que realmente importava era a obtenção de aumento da produtividade por meio de uma assistência técnica individualizada e pontual” (VIEIRA, 1997 *apud* GUANZIROLI, 2003 p.6). Com relação aos agricultores que não se adaptavam ao uso de “tecnologias modernas”, eram-lhes oferecidos “programas sociais compensatórios” que tinham um caráter “assistencialista e clientelista” (TENDLER, 1999 *apud* GUANZIROLI, *op.cit.*, p.6).

Nos anos 80, ocorre o debate por meio da implementação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), sobre o papel da assistência técnica oferecida aos agricultores assentados. Neste contexto, houve posturas divergentes sobre este assunto. Por um lado, alguns defendiam que o programa de assistência técnica tinha a competência de demarcar as opções produtivas pelos agricultores de maneira impositiva, argumentando que estes “sujeitos sociais” estavam desprovidos do “saber fazer” exigido pela nova situação. Por outro lado, havia os defensores “radicais” que argumentavam que era improcedente a existência de um assentamento cujas famílias não tinham um vínculo anterior com a terra. Outro grupo “defendia um projeto construído em parceria, através das organizações públicas e das entidades de representação dos assentados”. Por fim, havia opiniões que davam respaldo à autonomia dos agricultores (LEITE *et al.*, 2004 p. 211).

Esse contexto manifestava a inexistência de um planejamento para a implantação dos assentamentos, ou seja, a maior parte dos “assentamentos deu-se a reboque da capacidade de planejamento do

Estado” (INCRA, 1987 *apud* LEITE *et al.*, *op.cit.*). Nesse sentido LEITE destaca,

Tivemos, até meados dos anos 90, um programa descontínuo de prestação de assistência técnica por parte dos órgãos públicos. Em alguns Estados, houve uma política de assessoria prestada pelos departamentos e/ou secretarias dos governos estaduais (depois transformados em Institutos de terras) que funcionou razoavelmente. Em outros, os projetos ficavam a cargo do trabalho da Emater, uma instituição originalmente moldada sob o prisma da chamada modernização conservadora da agricultura brasileira, salvo raras exceções, que sofreu um forte desmonte na virada dos anos 80 para a década de 90 (Leite *et al.*, *op.cit.*, p.211).

Segundo Guanzioli, há uma variedade de pesquisas que consideram “a importância da assistência técnica como uma dimensão constitutiva da viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais e da própria agricultura familiar”. Contudo, Guanzioli destaca que estas pesquisas enfatizam “os impasses e as dificuldades enfrentadas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural que se desdobram em dificuldades e limites” para a viabilidade dos créditos e recursos que apoiem os agricultores rurais (GUANZIOLI, 2003 p.2).

O papel desempenhado pelo fortalecimento da agricultura familiar tem colocado a assistência técnica como elemento fundamental para a promoção da inclusão social dos agricultores, conforme Stropassolas afirma,

Pautada no fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional, categoria que unifica politicamente um amplo, diverso e heterogêneo universo da população rural, a política nacional de assistência técnica e extensão rural propõe uma nova perspectiva de desenvolvimento rural orientada para a inclusão, também dos produtores assentados por programas

de Reforma Agrária (STROPASSOLAS, 2006b p.16).

LEITE afirma que foi a partir da implantação do Projeto Lumiar, em 1996, que houve a consolidação da assistência técnica voltada especificamente para os assentamentos, ainda que de forma “terceirizada” (INCRA, 1996 *apud* LEITE *et al.*, *op. cit.*). Este programa, segundo a autora, “referia-se ao repasse de verbas do Governo Federal a cooperativas de técnicos credenciados indicados pelos assentados como um sistema de comissões estaduais de supervisão, envolvendo instituições públicas e não públicas” (LEITE *et al.*, *op.cit.*).

GUANZIROLI destaca que o Projeto Lumiar representou uma medida “emergencial e transitória para resolver o problema da assistência técnica para os assentamentos de reforma agrária”. O autor destaca ainda que este projeto trouxe duas inovações institucionais: em primeiro lugar, refere-se ao “processo de terceirização de serviços” e, em segundo lugar, tinha como pressuposto “uma visão mais ampla dos processos de desenvolvimento”, visando resgatar “a participação dos agricultores em todo o processo de assessoria” (GUANZIROLI, *op.cit.*).

Segundo GUANZIROLI, esta inovação institucional promovida pelo Projeto Lumiar ao sistema de assistência técnica manifestava uma análise crítica promovida pela sociedade civil e os movimentos sociais. Conforme o autor evidencia,

A novidade trazida pelo Projeto Lumiar refletia, de certo modo, um tipo de crítica social construída, ao longo dos anos 80, por diversas organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais e que clamava por uma visão mais ampla e integradora dos processos de desenvolvimento rural, rechaçando a ideologia modernizante e sua ênfase em metodologias de transferência de tecnologias, para as quais um tipo de relação verticalizada entre técnicos e agricultores conformaria um processo eficaz de aumento de potencial produtivo. Muitas equipes do Projeto

Lumiar adotaram metodologias participantes, algumas buscaram assessoria de ONGS de desenvolvimento com larga experiência na promoção de alternativas ao modelo tecnológico moderno (GUANZIROLI *op.cit.*).

Ainda seguindo este mesmo autor, após esse período de longo trabalho, o Projeto Lumiar passou por uma “instabilidade institucional”, pois a ausência de experiência das equipes locais e sua imersão, nem sempre com bons resultados nos contextos de disputas locais impossibilitaram a construção de um modelo institucional para a assistência técnica. Em meados de junho de 2000, depois de “denúncias de desvios de recursos públicos e de desvio de função das equipes locais”, o governo finalizou “as atividades do projeto” (GUANZIROLI, *op.cit.*).

Do ponto de vista de Ferreira e Garcia, a assistência técnica que é prestada no Nordeste aos agricultores familiares se constitui pela precariedade e “limita muito o desempenho produtivo dos agricultores” (FERREIRA & GARCIA, 2002 *apud* GUAZIROLI, 2003). Vale destacar que o “percentual de agricultores familiares nordestinos que tem algum acesso a serviços de assistência técnica é muito baixo, consideravelmente inferior à média nacional” (GUANZIROLI *et al.*, *op.cit.*). É importante reiterar, a partir desses dados, que os agricultores familiares do assentamento São Francisco não dispõem de assistência técnica efetiva, dificultando a viabilidade da agricultura familiar e do acesso ao crédito entre os assentados. Essas informações serão trabalhadas no próximo capítulo.

Outro aspecto a ser salientado sobre a assistência técnica refere-se ao valor atribuído aos técnicos, pois, conforme Medeiros sustenta, o trabalho desenvolvido pelos técnicos é primordial para uma assistência técnica voltada à unidade produtiva, mas sobretudo por serem os técnicos os mais habilitados a “elaborar os projetos que a burocracia exige como requisito básico para a obtenção de créditos, o que torna a população assentada dependente dos técnicos” (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.214).

Todavia, este processo de assistência técnica, segundo Guanzirolí, nem sempre é “adequado à realidade dos agricultores familiares, pois não aborda o sistema de produção e as características da unidade de produção de forma global”. A abordagem centralizada em “produtos e não em sistemas dificulta a implementação de estratégias de melhoramento produtivo dos estabelecimentos familiares, especialmente os dos produtores menos capitalizados e com menor capacitação técnica” (GUANZIROLI *et al.*, 2001 p.183).

O autor ainda reitera que é fundamental que as políticas voltadas para a assistência técnica estejam vinculadas “às políticas de financiamento e a estratégias de desenvolvimento regional e confirmam mais margem de manobra e mais adaptabilidade aos sistemas familiares de produção” (GUANZIROLI *et al.*, *op.cit.*, p.183).

Nessa perspectiva, a presença de uma assistência técnica de qualidade nos assentamentos representa um elemento fundamental para os assentados terem uma formação mais direcionada para desenvolver a agricultura familiar, além de possibilitar aos agricultores rurais a obtenção de crédito para que estes possam investir em sua unidade produtiva.

3.2 O crédito rural para a viabilidade da agricultura familiar

A importância da viabilidade do crédito rural, segundo LEITE, confere “destaque” em função de propiciar um impulsionamento no sistema produtivo no interior dos assentamentos, conforme a autora argumenta,

Os recursos mobilizados para o crédito, além de repercutirem na capacidade produtiva dos assentamentos, impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediários do crédito, notadamente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste (LEITE *et al.*, 2004).

LEITE ressalta que somente diante da “condição de assentados” é que esta categoria de trabalhadores rurais passa a ter oportunidade de acesso ao crédito rural (Leite *et al.*, *op.cit.*, p.216). Segundo Guanzirolí, a “disponibilidade de recursos financeiros é condição necessária, embora não suficiente”, para possibilitar que os agricultores “iniciem um processo produtivo rentável e sustentável”. Porém, é importante destacar que “os produtores familiares, em particular os mais pobres, encontram grandes dificuldades para obter créditos comerciais ou mesmo créditos oficiais distribuídos pelos canais bancários convencionais”. O autor ressalta que, na maioria das vezes, os agricultores não se estimulam em “financiar” o crédito, uma vez que as exigências “financeiras não são adequadas às suas necessidades e especificidades”. Por outro lado, a agência bancária impossibilita que este processo de financiamento tenha êxito, colocando empecilhos aos trabalhadores, “seja solicitando garantias reais que os produtores não podem prover”, ou solicitando “a compra de serviços adicionais: seguro, manutenção de saldo médio em cadernetas de poupança que, além de não interessar diretamente ao produtor, termina encarecendo o crédito” (GUANZIROLI *et al.*, 2001 p.230).

É importante destacar também o contexto no qual estão inseridos os programas de créditos rurais. O primeiro programa de crédito implementado para os agricultores assentados foi denominado de Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Este programa emergiu na década de 80 e se constituía pelo investimento em “atividades produtivas (custeio e investimento) em assentamentos rurais”. Este programa foi permeado por interrupções, chegando a se concretizar após esse período inicial, entre 1993 até 1999, quando foi finalizado. Em termos gerais, esta linha de crédito atendeu às perspectivas de “acesso dos assentados aos insumos e equipamentos utilizados na produção agropecuária em áreas reformadas”. Embora, esta linha de crédito trabalhasse com “taxas diferenciadas”, apesar disso, ainda eram “taxas onerosas para o público beneficiário ao qual se dirigia” (LEITE *et al.*, *op cit*, p.219).

Guanziroli destaca, no entanto, que a pesquisa desenvolvida por Buainain e Souza concluiu que este programa “contribuiu de maneira efetiva para a formação do patrimônio produtivo e doméstico dos beneficiários”. Além desse aspecto levantado pelos autores, cabe destacar também que “o crédito contribuiu” de forma efetiva para “aumentar o nível de produção corrente dos beneficiários”, de modo que “os recursos” do programa subsidiaram “quase 50% da produção total” (BUAINAIN e SOUZA *apud* GUANZIROLI, 2001 p.236).

Após o colapso pelo qual passou o Programa do PROCERA, foi instituído o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, com o propósito de “oferecer condições diferenciadas de acesso ao crédito aos agricultores familiares” (ASSUNÇÃO e CHEIN, 2003). Este programa foi resultado de investimentos de recursos públicos e provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹¹, do orçamento geral da União e dos Fundos Constitucionais de financiamento” (ASSUNÇÃO e CHEIN, *op. cit.*). Cabe enfatizar ainda que este programa é fruto das reivindicações dos movimentos sociais rurais (SCHNEIDER, 1999 *apud* STROPASSOLAS, 2006a).

LEITE destaca que este programa constitui-se por uma “linha de financiamento” que está voltada prioritariamente aos agricultores familiares. Nesse sentido, o programa normatiza que os agricultores cumpram a regra de que “80% da renda advenha do trabalho na

¹¹ O Fundo de Amparo ao Trabalhador emergiu na década de 90 e representa um fundo de “natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constituído pelo produto das arrecadações para o PIS e o PASEP, destinado a custear os programas de seguro-desemprego e abono salarial”. O processo de gestão do FAT é realizado pelo “Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, no qual, têm assentos representantes do Ministério do trabalho, Ministério da Previdência Social, do BNDES e do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. Dentre outras atribuições, cabe a este “órgão elaborar diretrizes para programas e para a alocação de recursos, acompanhar e avaliar seu impacto social e propor o aperfeiçoamento da legislação referente as políticas públicas de emprego e renda”, assim como “a fiscalização da administração” da mesma” (SANTOS, 2006).

propriedade rural, que sejam contratados no máximo dois empregados e que o tamanho da área seja limitado a quatro módulos fiscais” (LEITE *et al.*, *op.cit.*, p.220).

Além dos créditos de financiamento que foram abordados anteriormente é importante ressaltar a modalidade de “créditos de instalação ou implantação, administrados pelo INCRA”, dentre os quais, são constituídos por crédito de “fomento, alimentação e habitação”. Conforme LEITE argumenta,

Ainda que não sejam créditos produtivos propriamente ditos e, portanto, sem as mesmas regras vigentes nos casos anteriores, esses recursos são considerados pelos assentados, ora como uma doação do Estado (o que também acontece às vezes com o dinheiro do crédito produtivo, gerando problemas de inadimplência), ora como um crédito *stricto sensu*. Na realidade as atividades fins desses recursos deveriam ser encaradas, pelo Estado, a fundo perdido, visto tratar-se de dotar essas famílias marginalizadas, agora “incluídas socialmente” de um mínimo de condições humanitárias necessárias à sua inserção social, econômica e produtiva (LEITE *et al.*, *op.cit.*).

Nesse contexto, é importante destacar que os agricultores assentados, ao chegarem ao assentamento, estão totalmente desprovidos de recursos necessários para sua sobrevivência e de suas famílias, o que resulta na necessidade dos trabalhadores contarem com o apoio do Estado por meio do crédito de fomento, alimentação e habitação para que suas famílias possam se estruturar no assentamento até o momento de terem condições de iniciar as atividades produtivas.

De fato, o que Medeiros propõe é extremamente relevante no sentido de que deveria ser dever do Estado disponibilizar estes recursos de forma gratuita aos agricultores e não como um crédito que deva ser ressarcido ao Governo Federal, pois estes benefícios atribuídos aos agricultores familiares representam um meio de incluí-los socialmente

para a garantia das condições necessárias à sua chegada e permanência efetiva na terra.

Portanto, a assistência técnica representa um elemento primordial para que os agricultores tenham acesso ao crédito como garantia para desenvolver sua produção em sua unidade produtiva.

No próximo capítulo, trataremos das trajetórias dos trabalhadores, ex-assalariados da Usina Santa Maria que, após o processo de desapropriação das terras, encontram-se atualmente na condição de assentados. Abordaremos sobre o tipo de agricultura familiar que os mesmos desenvolvem no assentamento, assim como analisaremos se estes agricultores dispõem de uma assistência técnica efetiva para que tenham acesso ao crédito rural para o desenvolvimento de sua produção no assentamento.

Capítulo 4

A categoria das trajetórias e o Processo das transições

Neste capítulo será realizada primeiramente uma reflexão sobre os conceitos de “trajetória” e “transição” na visão de autores como Elder, Dubar, Gomes e Martins. No segundo momento, será abordada a análise empírica da pesquisa de campo, evidenciando os depoimentos dos trabalhadores e de representantes das entidades que os assessoram, a respeito de temas como: as trajetórias de trabalho na Usina Santa Maria, o processo de falência que culminou na perda do emprego, assim como o contexto de luta pela desapropriação das terras onde estes trabalhadores moravam durante o funcionamento da usina e, finalmente, serão exploradas as percepções sobre a transição que estes trabalhadores elaboram no processo de adaptação à nova condição de assentados.

4.0 De assalariados a assentados: o desafio de uma transição na trajetória de trabalhadores rurais em Pilões - PB

Os conceitos de trajetória e de transição são centrais nos estudos contemporâneos da dinâmica do curso da vida. As trajetórias são compreendidas enquanto “percursos particulares de vida, compostos pelo material das ações, pensamentos e sentimentos dos atores” (GUZMAN, MAURO e ARAUJO, 2000 *apud* GOMES, 2002). Em relação às transições GOMES (*op.cit.*) afirma que elas remetem a eventos que marcam mudanças significativas na dinâmica do curso da vida, constituindo a interrupção de percursos que tiveram uma permanência por um período prolongado e/ou intenso na vida das pessoas. Como por exemplo, uma trajetória de trabalho ou casamento. GOMES (*op.cit.*) sustenta:

No curso da vida existem os momentos críticos que constituem verdadeiros pontos de mutação, onde os conteúdos habituais são postos em foco, gerando ambiguidade e polarização dos valores ao mesmo tempo. Estes momentos de transição, encaixados nas trajetórias, sempre são associados

às idéias de perigo, paradoxo, morte, desordem, anomalia, conflito, ambiguidade. Mas, ao mesmo tempo, essas situações contêm em si a ideia de poder, fonte de criação, renovação, mudança, autorreflexão, meditação e reordenação, ou seja, uma situação de passagem liminar, onde os referenciais cognitivos, afetivos e os *status* anteriores estão em suspensão, e deverão ser reconduzidos e/ou transformados. Se o momento de mudança no trajeto ocupacional assume a característica de ser-bom-para-pensar, disso ocorre que poderá ser propício para refletir em torno dos referenciais de identidade e escolha dos próprios projetos (*Ibid*, p. 76-77).

As trajetórias de trabalho constituem “itinerários visíveis, os cursos e orientações que tomam a vida dos indivíduos no campo do trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo”. O conceito de trajetória possibilita “apreender a interação entre dinâmicas estruturais e decisões individuais e também conjugar ações com as significações e representações do sujeito” (GUZMAN, MAURO e ARAUJO, 2000 *apud* GOMES, *op.cit.*).

MARTINS também destaca como se constitui a categoria de trajetória.

Trajetória é o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social. Os indivíduos, em cada momento de sua existência ocupam simultaneamente várias posições, resultantes de seus lugares nos campos profissionais e familiares. Durante o passar do tempo, estas posições se movem, se redefinem em vários campos, traçando assim, uma trajetória constituída por um conjunto de itinerários (BATTAGLIOLA *et al.*, 1991 *apud* MARTINS, 2003).

Para GARCIA JR., essas dimensões de análise, considerando o conceito de trajetória, possibilita conhecer os agricultores-assentados não como “beneficiários de uma política de assentamentos, mas como indivíduos com uma história e uma situação anterior precisa”. Segundo o mesmo autor, esta abordagem analítica “propiciaria o estudo da diversidade entre os agentes e suas visões diferenciadas de todo o processo, além dos recursos incorporados aos indivíduos em tempos e espaços também diferenciados” (GARCIA JR., 1994 *apud* PICCIN, 2004).

No caso específico de nosso objeto de estudo, os trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria, ao passarem pelo processo de transição com a falência da usina – a qual tinha representado por um longo período um dos maiores empreendimentos agrícolas da região – manifestaram nos seus relatos o sentimento de medo, o perigo que tiveram que enfrentar mediante a nova situação de perda de emprego e de indefinição com relação às terras da usina. Após o processo de desapropriação das terras da usina, estes ex-assalariados tiveram ainda que se adaptar à nova condição laboral e de vida que o assentamento vislumbrava para eles e para suas famílias.

Segundo DUBAR, as trajetórias dos indivíduos remetem quase sempre às “trajetórias profissionais”. Ao resgatá-las é necessário considerar a “condição social em que ocorreram, mesmo porque esta é definidora das possibilidades que o sujeito tem e pode vir a ter”. Resgatando as trajetórias dos indivíduos é possível “ver as diferentes possibilidades que se construíram no mundo do trabalho para cada um dos grupos e conseqüentemente as diferentes imagens de si mesmos que foram construídas” (Dubar, 1998 p.13).

O autor aponta ainda sobre a necessidade de, ao trabalharmos com a trajetória dos indivíduos, considerarmos dois aspectos: “a trajetória objetiva e a subjetiva”. Sendo a primeira, as “posições sociais que o indivíduo ocupou ao longo de sua vida e, a outra, geralmente apresentada por meio de histórias pessoais, que trazem as visões que o indivíduo constrói a respeito de si e do mundo” (DUBAR, *op.cit.*, p.14).

Outro aspecto sobre trajetórias que é importante ressaltar refere-se à articulação com as transições, uma vez que “as transições estão

sempre encaixadas nas trajetórias” (ELDER, 1985). Também GOMES (*op.cit.*) dialoga sobre este tema com argumentos cunhados no próprio ELDER (*op.cit.*) e sintetiza:

A ideia deste autor (refere-se a Elder) é que ambas representam linhas temporais entrelaçadas no curso da vida pessoal e, ao mesmo tempo, que estas sempre se constroem em relação aos outros. As trajetórias consistem em percursos temporais de mais amplo espectro – por exemplo, trajetórias ocupacionais, de casamento, de saúde, etc. – podendo ser ‘mapeadas através dos anos sucessivos como conexão de estados’, as quais são ‘marcadas pela sequência de eventos de vida e transições’. As transições correspondem a um espectro temporal mais curto, já que apontam para o momento de mudança que se expressa no processo temporal correspondente ao intervalo entre esses estados (GOMES, *op.cit.*, p.32).

A mesma autora registra o valor de trabalhar com estas categorias e cita um exemplo sobre transição, referindo-se a carreiras profissionais, através das quais, segundo ela, se consegue “analisar as transformações de curso decorrentes de períodos de desocupação e mudança de posições, os quais podem estar caracterizados por situações de privação ou por novas oportunidades de trabalho”. Esta ideia de transição remeteria, segundo a autora, para o conceito de “duração”, o qual se refere ao “tempo de espera entre esses câmbios de estado”. Na esteira desse argumento GOMES (*op.cit.*) assinala que,

A partir de estudos empíricos é percebida uma relação entre o tempo de duração e o tempo de permanência no estado, isto é, a duração prevendo a permanência. Em outras palavras, seria percebida uma correlação positiva que poderia expressar-se da seguinte maneira: maior tempo de duração levaria a maior tempo de permanência; menor tempo de duração a menor permanência (*Ibid.*, p.33)

Para ilustrar melhor este ponto cabe citar ELDER (*op.cit.*) e verificar como ele esclarece a respeito da importância de focalizar a duração:

A duração tem muitas implicações e significados para o curso de vida, (...) A duração do casamento se conecta com a permanência do estado marital, a duração residencial prediz permanência residencial (Ginsberg, 1971). A duração do desemprego está correlacionada com o risco de vir-a-ser desempregado (...) Pressões para socialização e conformidade podem estar envolvidos, assim como profundas ligações e compromissos. (...) As consequências da duração de qualquer evento depende do que a pessoa traz para a situação (*Ibid.*, p.2).

Portanto, a direção da trajetória não se constitui numa mera sequência de acontecimentos, porque o ator está construindo seu ponto de vista sobre essa “sequência temporal”. Crenças, desejos, objetivos, necessidades, desafios a vencer, enfim, estão na base dessas ações que se “expressam temporalmente e que são os materiais que permitem ao ator construir o enredo da sua narrativa, isto é, as histórias que contamos para nós e para os outros sobre como ordenamos esses eventos e assim, ao mesmo tempo, nos construímos e projetamos para a vida, presente e futura” (GOMES, 2000 p.34).

4.1 A hierarquia nas relações de trabalho

Na Usina Santa Maria havia uma hierarquia nas funções exercidas pelos trabalhadores. Havia os trabalhadores rurais que desenvolviam seu trabalho no campo, cortando cana, e que tinham seus direitos desvalorizados e eram explorados mais que os demais funcionários. Estes ganhavam por produção. Por outro lado, havia os trabalhadores da usina, tais como apontadores, motoristas, administradores, que eram tidas como funções mais valorizadas, pois estes tinham seus direitos trabalhistas garantidos. Quanto ao uso da

força de trabalho, mulheres e crianças também trabalhavam no corte da cana-de-açúcar, ou seja, as trabalhadoras nesse caso eram obrigadas a levar seus filhos, o que as impossibilitava de matriculá-los na escola, reduzindo desse modo a perspectiva dos pais de proporcionarem uma formação escolar para as crianças. Esta exigência era legitimada por uma relação de domínio por parte dos patrões e pautada na submissão e subserviência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente os que trabalhavam no eito: os trabalhadores rurais.

NEVES (1997) coincide na sua avaliação com o que nós verificamos na nossa pesquisa, conforme comentado acima. Esta autora registra que a usina era respaldada por três modelos hierarquizantes. No contexto do seu poder, a usina, segundo ela, tinha como proposta a divisão dos trabalhadores em três modelos hierarquizantes no sistema produtivo: em primeiro lugar, havia os “trabalhadores agrícolas ou de lavoura”, originados da atividade agrícola que se constituíam do ponto de vista das “condições de trabalho como a mais subalterna”; além dessa função havia os “trabalhadores de fábrica”, que se caracterizavam por aqueles que tinham relação com a produção industrial e que “valorizavam o saber-fazer relativamente especializado e reconheciam o grau de cumplicidade dos operários no investimento da legitimidade no sistema de dominação” e, por último, havia os “trabalhadores de escritório ou da administração (administradores, encarregados, apontadores)”, que eram “responsáveis” em manter as “normas disciplinares” e o domínio da “força de trabalho”, cargo que estabelecia a segurança conquistada pelos trabalhadores perante o usineiro (NEVES, *op.cit.*, p.18). Os entrevistados que participaram da nossa pesquisa de campo se enquadram, do ponto de vista da teoria de Neves, no primeiro grupo de “trabalhadores agrícolas” ou trabalhadores rurais e no último grupo constituído pelos “trabalhadores da usina” como os administradores, encarregados e apontadores.

Neves destaca ainda que os “trabalhadores agrícolas” eram designados como “menos valorizados por serem desqualificados quanto ao saber e quanto às possibilidades de absorção dos recursos sociais e simbólicos redistribuídos” (NEVES, 1997 p.212). Esses trabalhadores eram expropriados da sua força de trabalho e eram constituídos como

parte de um segmento dos mais explorados e que tinham que trabalhar sob “condições adversas” como, por exemplo, “sob o sol abrasador ou sob fortes chuvas, etc (*Ibid*,1997). Além desses aspectos, os trabalhadores tinham que cumprir altas jornadas de trabalho, sem direito a férias, 13º salário, o que configura as condições precárias e desiguais de trabalho a que estavam submetidos.

O setor industrial, que se constituía por funções de administrador, apontador, se situava numa posição intermediária neste sistema de classificação, porque boa parte dos trabalhadores se definia pela propriedade ou pelas alternativas de aquisição do saber-fazer relativamente reconhecido. Esse setor constituía-se por “um conjunto de funções vinculadas ao controle formal da produção, da comercialização e da vinculação da força de trabalho” (*Ibid*, p.212).

Os depoimentos a seguir expõem a percepção dos nossos entrevistados sobre as distintas funções ocupadas pelos trabalhadores assalariados na Usina Santa Maria. Assim, o primeiro depoimento registra a experiência de trabalho de um entrevistado, que ressalta que em sua trajetória de trabalho passou por uma mobilidade ascendente nos cargos ocupados na usina.

Quando eu comecei a trabalhar na usina foi como cortador de cana, isso na época de 72 e 74 isso era a produção por carga, né. Essa produção se chamava ficha, aí no final da semana ajuntava toda essa produção da semana e somava aquele total. Depois eu passei a cabo de turma. O cabo de turma é responsável pela quantidade de pessoas que faz a limpa do mato ou o corte de cana, eu fiquei responsável de ajudar aquelas pessoas que eram responsáveis prá limpar aquela área. Depois trabalhei como apontador, o apontador é responsável prá pegar o nome das pessoas com a quantidade de tarefas. Apontador é responsável por todas as pessoas que trabalham na propriedade, ele é responsável em pegar o nome, em fazer as contas, a contabilidade de cada pessoa, do seu salário. Faz aquele somatório e

passa pro escritório. Por último, passei a ser administrador. O administrador é responsável pela quantidade de tonelada de cana. Ele tinha de produzir prá próxima safra. A obrigação dele era ver 300 toneladas de cana quantas pessoas você precisa, então ele era responsável por essa área. Em buscar mão-de-obra, buscar empreiteiro na época. Se precisasse de um pedreiro o pedreiro é quem arrumava trabalhador na cidade, então ele ficava responsável por essa área em dividir os cabos de turma. Então ele era responsável por essa área da propriedade da usina (Ex-assalariado da usina).

O próximo entrevistado, na condição de trabalhador rural, relata como era a sua função no campo e o seu dia-a-dia na usina e destaca que o trabalho era desgastante.

Minha função era cambitar¹² cana, cortava cana embolava com as léguas no pau, enchia caminhão. Isso era a função da gente no campo. O trabalho era pesado, a gente trabalhava de produção começava de 5 da manhã até 5 horas da tarde. No dia seguinte, tinha de tá em ordem pra começar o trabalho novamente (Ex-assalariado da usina).

Através desse relato do entrevistado constatamos que a função de cortador de cana representava um trabalho muito pesado, escravizante, como ele e outros entrevistados manifestaram e que não tinham nenhum privilégio como os demais que tinham outras funções dentro da usina.

Na usina, os trabalhadores rurais que trabalhavam no campo, cortando cana, tinham que cumprir altas jornadas de trabalho e não tinham direito a férias, a 13º salário. Por outro lado, os trabalhadores

¹² Essa expressão significa carregar em cambitos nas costas de animais a cana-de-açúcar (FERREIRA, 2004).

que trabalhavam dentro da usina eram providos de todos os direitos trabalhistas. Conforme relatam os trabalhadores,

Nós trabaiaava o dia inteiro, pegava às três horas de madrugada a encher carro ia até sete, oito horas da noite. Inté no domingo nós trabaiaava tinha ocasião. Não tinha direito a férias, 13º salário, antigamente a gente não tinha isso não. Com pouco tempo, antes dela falir, foi que saíram com essas carteiras assinadas, mais a gente não tinha nada disso não (Ex-assalariado da usina)

MARTINS (1998) destaca que no “regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crus e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro”. Nesse sentido, “a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho” (MARTINS, *op.cit.*, p.15).

Dois outros entrevistados relatam a hierarquia existente entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da usina com relação às distinções existentes entre os direitos trabalhistas, conforme segue o relato,

A gente trabalhava na produção (...). A gente que trabalhava no campo trabalhava o dia todo. Não tinha férias, não tinha 13º. A metade de um 13º no fim de ano depois das leis que começou a chegar, as leis certas pro agricultor, pro trabalhador. Aí começou a metade do 13º salário. Quem trabalhava dentro da usina tinha férias, quem trabalhava no eito não, os de dentro tinha os direito certo, tudinho. Agora os direito dos que ficava no campo é quando veio as leis certa (Ex -assalariado).

Este entrevistado relata que a sua função de motorista propiciava a garantia de todos os direitos como férias, 13º salário. Por outro lado, os que trabalhavam no campo eram desprovidos dos direitos trabalhistas.

Eu tinha direito, a gente que era motorista tinha direito a férias. Agora o pessoal do campo não tinha direito a isso, o pessoal que trabalhava cortando a cana, enchendo caminhão não tinha direito. Agora a gente tinha, porque a gente era funcionário de dentro da empresa, né aí a gente tinha, mas era umas coisas eles não pagavam direito não, só a metade. A gente trabalhava, mas não ganhava que nem hoje em dia que os direitos é mais solucionável, é melhor, mas antigamente na usina tudo era metade, a gente só recebia a metade a gente não tinha aquele salário que nem hoje em dia. A carteira era assinada, tinha direito a férias 13º. salário, tudo a gente tinha direito. Eu trabalhava direto era de domingo a domingo. Era de noite. Quando a gente não aguentava mais era de dia e de noite (Ex- assalariado da usina).

Através desses relatos de nossos entrevistados, reiteramos o acima exposto, isto é, de que as trajetórias dos trabalhadores foram mediadas por relações de trabalho hierarquizantes, onde havia distinções no tocante à garantia dos direitos trabalhistas entre os trabalhadores rurais, ou seja, os que “trabalhavam no eito” cortando cana, como demonstram os entrevistados, e os trabalhadores da usina considerados por nossos entrevistados como os “de dentro da usina”.

Cabe destacar também que no processo de pré-falência da usina, enquanto estava sendo investigada pelo Ministério Público, esta resolveu agilizar o processo de garantia dos direitos dos trabalhadores do campo, assinando suas carteiras de trabalho e garantindo direito a férias, 13.º salário de forma temporária. Ficava patente que estas medidas decorriam do temor de serem punidos como decorrência da investigação, conforme relata este entrevistado.

Mas a gente voltando atrás aos direitos trabalhistas a Usina Santa Maria entrou mais em decadência porque realmente ela não pagava direito. Não pagava décimo, não pagava férias. Então, em 1988 quando o Ministério do Trabalho começava a fiscalizar viu que tinha muita gente

trabalhando clandestino, de menor. Aí começou a investigar e pressionar a usina pra assinar os documento dos trabalhador que tava no campo. Foi a partir disso que as carteiras foram assinadas, as pessoas que morava vinte, trinta anos no campo que a usina era responsável por esses trabalhadores ela teve que assinar os documento dessas pessoas. (...) Aí outras pessoa que morava na cidade de Pilões, Areia que trabalhava no campo e que essas carteiras foram assinadas retroativo com dois ou três anos eles começaram a reclamar na justiça que não recebia esses direitos. Foi aí que os trabalhador tinha prova de que não recebeu, aí começou a reivindicação pelos direitos trabalhistas e aí ela foi entrando em decadência. Ela era obrigada a pagar décimo a pagar férias, foi aí que ela entrou em decadência. Ela comprava frota de carro novo pra próxima safra e contraiu dívidas (Ex-assalariado da usina).

No processo de decadência da usina muitos trabalhadores entraram com um processo na justiça do trabalho para adquirir o que lhes era de direito, como salários atrasados, férias, 13º salário que não haviam sido pagos, mas poucos deles receberam esses direitos. Este entrevistado manifesta que a falência da usina se deu em razão de a mesma ter acumulado dívidas referentes aos pagamentos do 13º salário, férias e outros compromissos não cumpridos. Detalhes sobre a falência serão discutidos nas próximas seções.

4.1.1 As relações de trabalho na Usina Santa Maria

Como pode ser deduzido do que foi exposto anteriormente sobre a situação das relações de trabalho na usina, para manter essas condições adversas e de muita submissão, os expedientes utilizados pelos patrões foram o autoritarismo, o medo, a exclusão, a injustiça. Conforme pode ser verificado pelos depoimentos de dois entrevistados,

Era tempo de escravidão de segunda a sábado, só tinha uma folguinha no domingo pra ir na feira e voltar na segunda de manhãzinha pegar de novo pra ir até o outro sábado, o rojão era boca quente. Trabalhava porque era o jeito não tinha situação pra gente, não tinha recurso, aí tinha que se agüentar nela mesma. A gente não podia ir pra fora procurar o recurso melhor porque o patrão não deixava, era tempo de escravidão mesmo aquele tempo, não tinha sossego não (Ex-assalariado).

Naquele tempo era muito cansativo, a pessoa era obrigado a ir trabalhar vinha aqueles mandão e a pessoa tinha de ir mesmo. (...) Eu não gostava era trabalho de escravo naquela época. Eu trabalhava cortando cana, além disso enchia carro. Eu era meio novo e não era fichado. Não tinha descanso, só domingo (Ex-assalariado).

O poder de sujeição do patrão relacionava-se intimamente com a falta de oportunidades de trilhar novos caminhos, mas havia nessa relação outro fator de mediação que se impunha. Algo que a caracterizaria como uma verdadeira relação de escravidão contemporânea. Por um lado, havia uma excessiva autoridade exercida pelo patrão que lhe permitia “não deixar” os trabalhadores “procurarem outros recursos”, mas, por outro lado, havia a legitimação dessa relação de poder, porque eles obedeciam. Em nome de quê? Da falta de oportunidades, sim. Porém, algo nessa relação parecia alimentar a submissão, talvez o medo, talvez uma relação alimentada por uma forma de dependência e consentimento? Temos aqui uma oportunidade para resgatar um argumento interessante trabalhado por ESTERCI (1994, p. 127). Segundo esta autora, os trabalhadores que se designam como “escravos ou vítimas” são também “atores”, sujeitos de uma história, ou “sujeitos de uma luta que levou muito tempo até ser percebida em toda

sua dimensão”. A partir desse contexto, são trabalhadores que legitimam o poder de subordinação do proprietário da usina.

Tomando como referência o conceito de escravidão desenvolvido por esta mesma autora, destacamos que a categoria escravidão, servidão ou trabalho escravo representa “relações de dominação”. A autora ainda destaca que o processo de dominação parte do pressuposto de que há legitimidade por parte dos que são dominados. Esta legitimação se configura em manifestações de “consentimento e está condicionada a um esforço constante dos dominadores no sentido de obter consentimento dos dominados”. Segundo ela, a dominação constitui-se pela normatização do compromisso tácito de “obrigações mútuas (mesmo que desiguais) e o respeito aos limites de poder e arbítrios socialmente estabelecidos” (*op.cit.*, p.12).

No Nordeste, as relações tradicionais com caráter de “morada”, já debatido em capítulos anteriores, eram constituídas pela construção da dominação. Nesse sentido, “a dívida, assim como a lealdade, podia durar a vida de um chefe de família e ser transferida aos membros da geração seguinte” (*Ibid*, 1994.).

A autora salienta ainda que a categoria escravidão possui um caráter político, conforme ela evidencia,

Escravidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escravidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus tratos, condições de trabalho, de remuneração de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes. Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que a escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de metáfora do inaceitável, expressão de um sentimento de indignação que afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os

obviamente envolvidos na luta pelos direitos (Ibid, p.44).

A autora ainda destaca que o termo “escravidão” foi ganhando novos contornos durante a sua trajetória, configurando-se como o tipo extremo de “sistema repressivo da mão-de-obra” (*Ibid*, 1994), pois representa a redução da dignidade dos indivíduos.

A escravidão entre os trabalhadores da Usina Santa Maria foi reconhecida não somente entre aqueles que a sofreram na própria pele, mas também entre aqueles que estiveram numa situação um pouco menos desvantajosa. O depoimento a seguir denota isso, ao destacar o poder do usineiro e o domínio e imposição do administrador da usina. Como motorista, sua função parecia menos sofrida em relação aos que trabalhavam no campo, assim os trabalhadores de dentro da usina mantinham condições mais dignas de trabalho, ao passo que os trabalhadores rurais arcavam com o trabalho árduo e desgastante, além da desproteção a que estavam sujeitos.

Na usina era uma escravidão muito grande porque a usina, essa empresa grande elas querem fazer do trabalhador escravo, essa usina foi a coisa que nós mais vimos. Nesse tempo ninguém tinha terra, era tudo sujeito ao usineiro e tinha mais umas pessoas que andava no campo, uns apontadores, tinha um tal de administrador. (...) Eu trabalhei de motorista na usina muito tempo, a gente também sofria, né, a gente via os trabalhador, os enchedor que era os ajudantes, a gente tinha aquela dó porque o sofrimento da gente era um pouco menos do que ele, que a gente pelo menos o salário da gente era melhor (Ex-assalariado da usina).

Outro entrevistado relata a sua rotina de trabalho exaustiva, desprovido da liberdade de planejar o seu próprio tempo de descanso. Ele manifesta que os patrões o acordavam de madrugada para dar início ao seu trabalho.

Aquele tempo pra gente era muito difícil, trabalhava demais, trabalhava bem dizer dia à noite, não parava. Os ganho sempre era pouco, a gente trabalhava muito. O tempo que eu trabalhava de ajudante de caminhão a gente começava na segunda-feira tinha muita pouca noite que a gente dormia em casa, só trabalhando. Era o dia inteiro entrava pela noite, às vezes a gente tava dormindo e três horas da madrugada pegava de novo no serviço, enchia sete oito carros de cana por dia, trabalhava muito. O trabalho era muito pesado. Eu trabalhava no campo de enchimento de carro, meu serviço era só no campo mesmo (Ex-assalariado da usina).

Acatar o chamado do patrão da usina, durante a madrugada, não ter descanso ou possibilidade de controlar seus horários, falta de “fichamento”, baixíssima remuneração dos trabalhadores do eito, trabalho infantil, entre outras relações de subordinação e obediência ao patrão da usina, caracterizava uma situação de verdadeiro cativo entre estes trabalhadores.

4.1.2 O Processo de falência da Usina Santa Maria

A Usina Santa Maria é considerada um dos maiores empreendimentos agrícolas da região do Brejo Paraibano, que após passar por momentos de crise entra em um processo de falência, deixando mais de 4.040 trabalhadores desempregados, colocando, desse modo, as famílias dos trabalhadores numa grave situação de desamparo, com condições de sustento praticamente nulas, cada família se arranjando como podia, reproduzindo sua vida de precariedade (SEDUP, 2004).

Segundo Moreira e Targino, a falência desta Usina ocorreu em 1991. Após esse período, surge a AGROENGE (Agropecuária e Engenharia S/A), uma empresa vinculada a um grupo empresarial do

Distrito Federal. Esta empresa com interesse em investir na usina, entra na justiça e ganha a suspensão da falência, realizando empréstimos junto ao Banco do Brasil, para sua reabertura. Para conseguir esse objetivo a AGROENGE recebeu o “apoio de políticos locais” (MOREIRA e TARGINO, 1997 p.52).

Em 1992, realiza-se a reabertura da Usina Santa Maria administrada por este grupo, sendo denominada de USIAGRO (Usina e Agropecuária Ltda). Passou dois anos em funcionamento, produzindo açúcar e álcool, mas não teve sucesso, fechando logo em seguida. O grupo empresarial se retirou sem ter conseguido soerguer a empresa. Da sua produção restaram mil sacos de açúcar e 712 mil litros de álcool da safra 1992/1993, além de dívidas contraídas com o banco. Para o Banco do Brasil, os produtos estocados representavam uma garantia do pagamento dos empréstimos feitos pela empresa. Para a justiça, estes produtos pertenciam à massa falida, havendo a possibilidade de serem vendidos. A venda foi realizada em maio de 1994. Estava previsto que o dinheiro arrecadado seria destinado ao “pagamento das dívidas e das ações trabalhistas” (MOREIRA e TARGINO, *op.cit.*, p.122).

As usinas, durante o processo do seu auge na produção do açúcar, passaram pela derrocada de seu trabalho, decretando falência em inúmeros locais do país, e conseqüentemente gerando desemprego em massa. Conforme NEVES afirma,

Ao se reportarem à ruptura ou a falência da usina, os ex-trabalhadores, diferenciadamente, conforme as diversas posições anteriormente em jogo, enfatizam os princípios e as regras constitutivas do modo idealizado de funcionamento do sistema social que os integrava a partir da relação de trabalho. A falência da usina correspondeu então a um processo imediato e descendente de deterioração das condições de vida e de trabalho (NEVES, 1997 p.151).

A crise gerada pelo fechamento da Usina Santa Maria provocou grandes impactos, já que grande parte da população economicamente ativa desses municípios ficou desempregada e sem perspectivas de

conseguir outro trabalho. Foi um cenário extremamente difícil, conforme manifestam os trabalhadores.

No primeiro momento eu senti porque fiquemo sem serviço, mesmo sendo ela ruim, a gente tinha a feirinha certa toda semana. Aí eu tive que me destinar pra aquele mundo da Paraíba, aquela usina Jacuípe, Santana. Eu trabalhei um bocado de tempo lá. Antes de lotear as terras fiz um bico por aqui, os cabas me chamaram pra trabalhar dois dias, três dias, foi sofrimento! (Assentado).

Fica evidente a ideia de que embora o trabalho fosse duro, penoso, o que recompensava, por outro lado, era o salário garantido que os mesmos tinham a cada semana, o que assegurava a subsistência da família. Outro entrevistado reitera essa ideia dita anteriormente.

Eu trabalhava no campo, não foi bom não, porque ninguém tinha aquele dinheiro certo prá sobreviver. Eu arrumei um bocado de gente e me desloquei daqui pro município de Santa Rita, para trabalhar, cortar cana fazer o mesmo serviço da gente. Quando isso aqui não tinha mais condições, quando ela faliu de uma vez passou pro INCRA, aí dividiu (Ex-assalariado).

Este trabalhador manifesta em seu depoimento que a sua trajetória de trabalho na usina era importante pelo fato de assegurar o salário, mas, ao mesmo tempo, reconhece que foram se adaptando à situação de desemprego. Embora a usina garantisse o sustento para a família, ele concorda que o trabalho era difícil pelo fato de o salário ser limitado.

Logo com poucos dias a gente sentimo porque a gente tinha aquele ganho certo, né, mas depois a gente foi se acostumando. Há mais tempo que ela tivesse falido porque quando ela funcionava tudo era mais difícil pra gente. Por uma parte era fácil porque a gente tinha o trabalho, mas a gente trabalhava e ganhava pouco (Ex- assalariado).

Este entrevistado destaca que a situação dos trabalhadores nesse contexto de desemprego foi complicada, conforme o seu depoimento manifesta.

Foi um cenário muito difícil, né porque quem era trabalhador do campo o homem que trabalhou pra usina ele trabalha de segunda a sábado, então a situação dessas pessoas ficou muito delicada. Aí muitas pessoas iam pra Pilões, Areia, Guarabira pedir mesmo nas feiras livres pra se alimentar. Uma situação muito delicada. Além do mais que começou a surgir as dívidas da usina e que a usina a qualquer momento ia ser leiloada pra pagar os credores que tava cobrando na justiça os débitos. Foi aí que a luta pela terra começou porque se comprasse a usina e, aí os morador? Foi aí que começou a organização da luta pela terra (Ex-assalariado da usina).

Conclui-se, reiterando o acima registrado, de que o processo de desemprego vivenciado pelos trabalhadores, no período de 1992 a 1995, foi de penúria. Para minimizar a situação de desemprego, alguns trabalhadores tiveram que viajar nesse período para os municípios próximos e pedir ajuda para se alimentar, representando um processo de sobrevivência limite. Em outros casos, certos trabalhadores foram para regiões próximas como Pernambuco e Paraíba em busca de inserção laboral em outras usinas, sendo que, em certos casos específicos, outros migraram para o Rio de Janeiro e São Paulo em busca de oportunidades de emprego. É importante ressaltar que apesar do baixíssimo salário da usina, este ao menos garantia o sustento da família, mas sem ele foi pior. Assim sendo, os trabalhadores começaram a ser conscientizados pelas entidades representativas de que os mesmos deveriam começar a mobilização, pois as terras da usina seriam leiloadas. Desse modo, fortaleceu-se a luta pela terra. Detalhes sobre esse contexto serão abordados na próxima seção.

4.1.3 A desapropriação das terras da usina

Vimos recentemente que a crise gerada pela falência da Usina Santa Maria provocou impactos significativos na vida social dos trabalhadores, sobretudo diante da cifra elevada dos que perderam seus empregos e sem condições à vista para reintegração laboral, já que não havia na região um substituto à altura para proceder a um recrutamento de mão-de-obra, nem a curto e nem a médio prazo. Nesse contexto, se colocou para os trabalhadores, suas entidades representativas e para a sociedade local o desafio de encontrar alternativas para minimizar a situação de exclusão social dos trabalhadores.

Foi constituído um Comitê composto por várias entidades atuantes na região como: Sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Areia, Serraria e Pilões, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus de Areia, o Serviço de Educação Popular (SEDUP) a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) da Diocese de Guarabira- PB, além de uma comissão formada por três deputados. Nesse sentido, o comitê de apoio aos ex-assalariados incentivou os trabalhadores a buscarem apoio juntos à Assembleia Legislativa do Estado. Isso, na perspectiva de reivindicar dos poderes públicos a garantia de permanência dos trabalhadores nas terras onde moravam, que era patrimônio agrário pertencente à massa falida da usina, como também para reivindicar na justiça do trabalho os direitos trabalhistas pertencentes aos mesmos (SEDUP, 2004). Conforme mostra o nosso entrevistado, como se deu o contexto de formação do comitê de apoio aos trabalhadores.

A usina começou a falir em 1989 e ser decretada a falência em 1992, isso aí, já era um período negro. Com a falência depois de 1992 ficaram lutando até 1997 pra que houvesse a desapropriação. Nós criamos o Comitê de apoio à Usina Santa Maria envolvendo UFPB, EMATER, SEDUP tantos órgãos, né. O colégio Santa Rita e o sindicato rural de Areia, Pilões, Serraria. A Paróquia de Pilões contribuiu muito e outras

entidades. Os trabalhadores só vieram a se mobilizar depois da criação do Comitê de apoio da usina Santa Maria, do qual, o SEDUP participou, eu participei como Universidade. E a partir daí, a gente se organizou, fez reuniões, mobilizou, batemos a porta do governo do Estado do INTER do INCRA por várias vezes, sindicato de Areia, Pilões, Serraria e alguns trabalhadores. Fizemos a manifestação na Assembleia Legislativa com nove ônibus, uma faixa de trezentos e cinquenta quatrocentas pessoas. Fizemos uma audiência com o deputado Luís Couto, deputado Padre Adelino do PT da época (Prof. de Agronomia da UFPB, campus Areia-PB).

Nesse contexto, o entrevistado manifesta que a constituição do Comitê de Apoio aos Trabalhadores foi primordial para estimulá-los a iniciarem a luta pela desapropriação das terras. Após o estímulo dado pelas entidades, houve a mobilização e participação dos trabalhadores por meio de reuniões, assembleias, audiências com partidos políticos em prol da desapropriação das terras.

A trajetória percorrida pelos trabalhadores para a desapropriação das terras evidencia que estes foram estimulados pelas entidades que os apoiaram a lutar para obtê-la. Conforme depoimento dos assentados,

Começou com as entidades (...) aí incentivava a gente, a gente fomo em Areia tranquemo uma rua lá no sábado na hora da feira, butemo a Patrola no meio da rua, a ambulância. Aí parou tudo em Areia, aí tem uns cabas lá que tem supermercado nuns quinze dias todo domingo vinha trazer uma feirinha pra nós no clube da usina. Quem trazia a feira era o SEDUP. Nessa luta muita gente tava unido, mas muita gente trabalhava fora não ligava pra nada não, não tinha condição de tá em casa, matar os filhos de fome, aí se deslocava a trabalhar fora. Muita gente não participou do movimento (Ex- assalariado).

Fica manifestado o reconhecimento de que foi o Comitê de Apoio que dava respaldo aos trabalhadores. Nesse contexto, foi quem de fato tomou iniciativa e incentivou os trabalhadores a se mobilizarem para reivindicar a desapropriação das terras. Por outro lado, este depoimento deixa o registro da dificuldade de mobilização dos trabalhadores como uma unidade, já que alguns trabalhadores não participaram do movimento, ficando alheios ao processo e buscando soluções individuais, como a da migração para outros estados em busca de oportunidades de emprego. Os que ficaram nos municípios locais, durante esse processo de mobilização para participar efetivamente do movimento, recebiam assistência do SEDUP por meio de cestas básicas, para se alimentarem.

A Usina Santa Maria, por ter representado um dos maiores empreendimentos agrícolas da região, sobretudo quando esta se consolidou por meio de incentivos do PROÁLCOOL, fez com que se perpetuasse no imaginário dos trabalhadores a ideia de que esta fosse inatingível e que jamais poderia passar pela falência. Por isso, quando foi decretada oficialmente a falência da usina, alguns trabalhadores ainda cumpriam com o seu horário de trabalho, acreditando que a usina iria se restabelecer. Mais tarde, convencidos da falência e diante da ausência reiterada do recebimento dos seus salários, desistiram de continuar mantendo sua rotina de trabalho, como nos mostra o depoimento desse entrevistado.

A luta pela terra começou quando os trabalhadores perceberam que a usina na época da decadência não tinha mais condições de trabalhar e não recebia o seu salário no final de semana, aí começou a fragilidade, né. O pagamento antes de falir não era feito, os trabalhador da cidade reclamavam a custa de ter assinado as carteira e o juiz julgava e tinha o dinheiro pra pagar e não pagava, aí ela seqüestrava o pagamento e os trabalhadores ficavam sem o pagamento. Aí trabalhava esses dias e percebia que não adiantava trabalhar com fome, então é melhor ficar em casa. Aí foi quando começou a luta pela terra. Começou as

organizações entrou o sindicato de Areia, Pilões, veio o SEDUP com a igreja, com os direitos humanos, aí essas instituições perceberam que não tinha condição pra esse pessoal ir pras pontas de rua inchar cada vez mais as periferias e não tinha nenhuma capacitação prá esse pessoal e a situação começava a se agravar. Aí começou a luta pela terra começou a fazer as reuniões, através das organizações: sindicato, SEDUP, a igreja pra conscientizar o pessoal porque ainda tinha trabalhador que tinha esperança que essa usina voltasse a funcionar. Existia muito isso. Foi a partir daí que começou a conscientização. Foi feito o comitê na época e fomo fazer a reivindicação. Nessa época foi feito a mobilização, aí começou a luta pela terra. Alguns achavam que aquela empresa há muitos anos funcionava e achava que ela não estava a beira da falência e já estava à beira da falência (Ex-assalariado da usina).

Era compreensível afinal acreditar, como o fizeram seus ex-trabalhadores, que esta empresa não chegaria ao declínio. Pois como acreditar, se ela foi durante tanto tempo a toda poderosa Usina do Brejo Paraibano? Por isso também não foi imediata a conscientização e mobilização dos trabalhadores para a nova realidade que se apresentava, no sentido de tomar a postura de reivindicar as terras, antes que estas fossem leiloadas. Então, foi a partir desse contexto que se deu início à luta pela terra.

O processo de luta pela desapropriação das terras se deu por meio de diversas mobilizações, de encontros municipais com lideranças dos trabalhadores, eventos em praças públicas e audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado, pois, como foram elencados nos capítulos anteriores, estes trabalhadores não faziam parte do Movimento dos Sem-Terra (MST), ou seja, eles não acamparam, eram moradores.

Como já foi mencionado antes, a categoria dos moradores se constitui por trabalhadores que viviam de forma permanente, em

pequenas moradias fornecidas pelo patrão. A morada consiste em uma relação entre o proprietário da terra e o camponês ou trabalhador rural existente em todo o Brasil. Com o fim da escravidão, ela se tornou a principal forma de relação entre fazendeiros ou patrões de plantações de cana-de-açúcar (senhor-de-engenho) e a mão-de-obra (Sidersky *apud* SABOURIN, 2009 p.37). Reiterando o que foi dito anteriormente, os trabalhadores do Assentamento São Francisco eram moradores nas terras da Usina onde trabalhavam e, em virtude disso, o processo de reivindicação não se deu por intermédio de acampamento, mas de forma diferenciada, conforme nos manifesta esta entrevistada.

Os trabalhadores não acamparam. Temos um tipo de reivindicação de terras diferente. Como eles já eram moradores só tinham que ser dividido como indenização do trabalho deles. Eles não precisaram ocupar como os outros movimentos fazem, mas foram feitas reuniões muitas vezes escondidas pelos agricultores porque os patrões, ainda os que tinham direito aquela terra não queriam, então perseguiam também. Porque tudo aquilo ali era prá ficar nas mãos dos herdeiros, coisa que não foi feita. Os trabalhadores receberam tudo. Eles foram perseguidos faziam as reuniões escondidas, levaram surras. Os que promoviam os encontros muitas vezes tinham que fazer os encontros sem ninguém saber que era pra ter que evitar certo tipo de violência (Educadora do SEDUP).

A entrevistada destaca ainda que muitos trabalhadores sofreram repressões, violência física por parte dos patrões no momento que estavam se articulando para se mobilizarem no processo de luta pela desapropriação das terras. Por isso, as reuniões, os encontros aconteciam de maneira sigilosa para evitar práticas de violências por parte de grupos que abusavam do poder. Essas atitudes por parte dos patrões da usina nos revelam resquícios do mandonismo local no Nordeste.

Outro entrevistado reitera a informação anterior sobre como se constituiu a mobilização pelas terras da Usina. Ele evidencia que o

Comitê estimulava os trabalhadores a reivindicarem as terras, ressaltando que os donos da usina desejavam leiloá-las e caso eles não se mobilizassem perderiam as terras.

Foi uma desapropriação em que não houve uma luta, não houve um acampamento, eles já moravam na usina. Eles vêm de um contexto diferenciado. Não foi uma luta como o MST. (...) A gente os acordava, dizendo: vamos lá vai ser leiloadas as terras se vocês não reivindicarem, mas eles nem sabiam o que era um leilão. Procuramos documentos, fizemos reuniões aqui no sindicato de Pilões para informá-los (Prof.º da UFPB, campus Areia).

A figura 4.1 mostra as reuniões realizadas pelas entidades para a discussão e articulação no processo de luta pela desapropriação das terras da usina Santa Maria. Como já foi mencionado, alguns trabalhadores não participaram desse processo, seja em virtude de terem migrado para as grandes metrópoles como o Rio e São Paulo ou por terem se mudado para outros Estados como Pernambuco em busca de oportunidades de trabalho durante esse período de desemprego.



Figura 4.1: Reunião com os trabalhadores e entidades (Acervo SEDUP).

O processo de luta pela terra transcorreu durante cinco anos e, embora a pressão popular tenha se efetivado nesse período, foi somente a partir de 1997 que, de fato, as áreas foram desapropriadas. Foram desapropriados 2.837 hectares de terra, beneficiando 376 famílias, dando origem a dez projetos de assentamentos de Reforma Agrária, sendo cinco projetos no município de Pilões, dois em Serraria e três em Areia (SEDUP, 2004). Dentre as regiões citadas que foram desapropriadas, destaca-se o Assentamento São Francisco, localizado no município de Pilões- PB, local onde foi realizada a nossa pesquisa de campo, conforme reiterado anteriormente.

4.2 A transição para a agricultura familiar

As trajetórias seguidas pelos trabalhadores rurais na falência da usina até a conquista da terra resultou em um momento de transição nessa nova fase de suas vidas. Nesse novo contexto, eles revelam que

tiveram de se adaptar a esse novo processo de transição para a nova condição de trabalho: a de agricultor familiar.

Nesse cenário, a categoria de “trajetória” será foco de análise na medida em que se procura evidenciar na pesquisa como os trabalhadores encararam esse desafio de administrar a própria terra, uma vez que os mesmos eram trabalhadores assalariados da usina. Além desses aspectos, questionam-se, a partir do contexto que os trabalhadores vivenciaram, quais foram as mudanças advindas dessa transição em suas trajetórias de vida rumo ao assentamento rural. ELDER evidencia as quatro categorias que constituem as “mudanças no curso da vida provocadas pelas transições nas trajetórias”. Conforme registrado em GOMES (2002).

Os efeitos sobre o curso de vida, causados pelos eventos ordinários e pontos de mutação, não podem ser apreciados sem ter em conta quatro conjuntos de variáveis: 1- a natureza do evento ou transição, sua severidade, duração, e assim por diante; 2- os recursos, crenças e experiências que as pessoas trazem para a situação; 3- como a situação ou evento é definido; e 4- o resultado das linhas de adaptação, enquanto escolhidas entre as opções alternativas. Os primeiros três fatores influenciam as linhas de adaptação, mas o último conecta eventos e o curso da vida subsequente. O mesmo evento ou transição, seguido por diferentes adaptações, pode conduzir para trajetórias muito diferentes (ELDER, apud GOMES, op.cit., p.78).

Buscamos, portanto, na nossa pesquisa de campo, perceber como se constituía o cotidiano de trabalho dos trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria e como se deu o processo de transição desses atores provocados pela falência e que gerou um colapso na vida desses trabalhadores, assim como se deu a transição dos trabalhadores na chegada ao assentamento rural, considerando o fato de que estes não tinham experiência de administrar um lote. Enfim, estes atores nunca

havia gerenciado um lote de terra para produzirem de maneira autônoma.

Cabe destacar que, nesse contexto de transição, os agricultores tiveram a contribuição de entidades como o SEDUP, CPT, e UFPB, no sentido de dar capacitação por meio de cursos de horticultura, plantio e colheita e formação sobre gerenciamento e administração do lote. A contribuição das entidades representou um processo de aprendizado para esses trabalhadores rurais que vinham da condição de assalariamento, de subordinação a um contexto escravizante, como vimos, e não tinham experiência em lidar com a própria terra, administrar um lote de maneira autônoma, etc. Conforme relata a Educadora do SEDUP,

(...) Teve um trabalho dessas entidades que capacitou esse pessoal. Quando eles passaram a ser agricultores que eles receberam a terra, perguntaram: e agora o que a gente faz numa terra quase que improdutivo? A terra tava viciada na cana, então eles passaram fome no começo disso tudo. Então veio o INCRA que deram aqueles fomentos, aquelas feiras até eles poderem se estabilizar. Isso tudo era muito pouco, não era suficiente pra que eles fossem bem alimentados. Aí veio o SEDUP com a capacitação, a organização. Primeiro organizar as associações pra o pessoal dividir os lotes junto com o INCRA de tá se organizando na construção das casas, então veio a capacitação pra criar as associações, os assentamentos, fazer as eleições tudo isso foi vindo e eles foram se adaptando a essa nova realidade. (...) veio a capacitação para criação de caprinos, ovinos pra plantação de feijão de tudo. A gente veio nessa capacitação assentamento por assentamento junto com os agricultores. Trouxemos pessoas de fora, aí veio o Projeto Lumiar na época, aí todo mundo veio pra capacitar essas pessoa. Então esse trabalho de capacitação vem desde a desapropriação da usina até hoje (Educadora do SEDUP).

Essa percepção de que foi fundamental para o momento de adaptação dos assentados no processo de transição, não somente o apoio do SEDUP e de outros órgãos como o INCRA e do projeto de assistência técnica (Programa LUMIAR), coincide, portanto, com as observações de autores tratados em capítulo anterior, isto é, sobre o papel da assistência técnica e do crédito para romper com o circuito da pobreza no campo. Apesar, evidentemente, das limitações existentes na prática, conforme ressaltou a entrevistada, quando se refere ao INCRA, que liberou no início o crédito fomento referente à alimentação e que este não foi suficiente. Mas, fica registrada a importância das entidades terem estado presentes dando a formação necessária para que os assentados pudessem conquistar experiência e recursos para administrar o próprio lote. A Figura 4.2 mostra o momento que os trabalhadores receberam a formação da UFPB através da equipe de agrônomos e técnicos em parceria com o SEDUP.



Figura 4.2: Curso de formação (Horticultura) para os trabalhadores assentados (Acervo SEDUP).

A transição laboral de assalariados dependentes do trabalho na usina para agricultores familiares marca esse novo itinerário, que foi penoso para todos. Cabe lembrar o que recém sustentamos com ELDER (*op.cit.*), quando o autor se refere aos conjuntos de variáveis que têm de ser consideradas para apreciação dos efeitos de certos eventos sobre as trajetórias: no caso destes trabalhadores, não somente a severidade e duração, mas também os recursos, crenças e experiências que estas pessoas traziam para a situação, além da forma como eles e elas definiram a representação desta guinada de vida dão o tom de ponto de mutação nas suas vidas. Ter um lote de terra no assentamento e ter de gerenciá-lo com o trabalho da própria família constituiu de fato um novo desafio laboral, mas, acima de tudo, uma nova forma de vida, um momento que requereu importantes decisões individuais e coletivas. Nesse ambiente de novidades e desafios, o apoio das entidades para se adaptarem a essa transição pareceu uma boa alternativa para dar início a esse novo ciclo de vida.

As entidades tiveram um papel fundamental porque alguns agricultores, alguns apesar de querer, não começaram a luta, eles iam perder tudo, eles iam sair da terra com uma mão na frente outra atrás. Eles não queriam nem sabiam aonde ia dar tudo isso. Eles também queriam, mas também o sindicato, a CPT, o SEDUP eles tiveram um papel importante. Eu acho que foi assim um grito deles dos canavieiros na época, um chamado a disposição das entidades de estarem nessa luta muito difícil de conseguir. Foi uma transição muito difícil porque eles passaram de canavieiros a assentados, um pessoal acostumado a plantar até a janela de casa de cana, não tinha liberdade de plantar mais nada e depois disso eles passaram a ser agricultor até eles diziam que não sabia plantar, eles não sabiam criar galinha, não sabiam plantar nada. Eles eram cortadores de cana (Educadora do SEDUP).

Outra entrevistada evidencia como os trabalhadores encararam esse processo de transição no momento que receberam o lote de terra.

O trabalhador da cana custou a entender que com a desapropriação, a partir dali é ele que tem que começar a trabalhar, a administrar aquela propriedade. A gente vê que a cabeça dele era muito limitada, bitolada a uma atividade só que era a cana e a gente percebe que eles tiveram dificuldades de avançar (Representante da CPT).

Esta mesma entrevistada reitera que a transição representa um momento de adaptação ao novo contexto, pois, no caso do assentamento, é um cenário em que tudo está por fazer. E ela reafirma o que tantos outros disseram: que o trabalho desenvolvido pelas entidades foi fundamental para apoiar os trabalhadores nesse processo de transição.

Esse momento é experiência mais difícil porque a gente vai lidar com vidas, com mudanças na vida dessas pessoas desde habitação, costumes, alimentação muda também. Não é fácil. No início não é fácil porque os trabalhadores recebendo a propriedade, só o fato de receber a propriedade não é tudo. É um passo só, depois que eles recebem a propriedade eles vão ter que se adaptar a viver nesse conjunto. Aí vão ter que plantar, vão ter que esperar o tempo da produção. Vão ter que esperar também se é um bom inverno ou se também não vem inverno demais. Então tem uma série de coisas. Não é fácil logo de início. A importância das entidades foi fundamental. Os trabalhadores no início não tinham conhecimento, então eles passaram a ter o conhecimento no momento da formação. E esse momento de formação se deu, nós tivemos a parceria CPT, sindicato, SEDUP, inclusive eu sou uma das fundadoras do SEDUP na época. No processo de formação nós trabalhamos muito com gráficos

porque o grau de analfabetismo nessas áreas era muito grande. Então para trabalhar com essas pessoas, os trabalhadores, a gente sentia dificuldade, mas a gente trabalhava com audiovisual com gráfico, com filmes para que eles entendessem a linguagem mais facilmente (Representante da CPT).

Podemos ainda, destacar outros depoimentos dos trabalhadores nesse contexto de transição, evidenciando através de suas falas como se sentiram nesse período que tiveram de enfrentar o desafio para a nova condição de assentado.

Hoje a gente só sabe de alguma coisa porque os técnicos vieram ajudar a gente. Teve umas pessoas que orientou muito a gente. Antigamente a gente só sabia trabalhar pra usina, né. Ser empregado e hoje a gente samo dono e ajuda sempre aqueles que não têm aqueles que não são empregados. Trabalha já pra gente e fortalece aqueles que não têm. A gente já foi uma pessoa sofrida, mas hoje Graças a Deus tamo livre (Assentado).

Este outro entrevistado destaca que a presença dos técnicos foi fundamental nesse processo de transição, pois os trabalhos desenvolvidos por este grupo propiciaram aos trabalhadores um aprendizado que foi primordial para o êxito do assentamento.

Teve os técnicos que passaram uns tempos aqui trabaiano ajudando a gente, ensinando como é que a gente fazia e aí continuamos. A ajuda dos técnicos foi muito importante, pois muita coisa que a gente não sabia eles ensinaram, né (Assentado).

Outro entrevistado enfatiza que esse processo de transição representou um momento desafiante para os trabalhadores, mas estes foram se adaptando provisoriamente à nova condição de assentado, administrando essa situação de mudança.

Foi difícil porque eles estavam descapitalizados e muitas vezes eram cortadores de cana, mas foram pouco a pouco administrando a situação. O INCRA chegou com alguns benefícios, construção de casas, e foram se adaptando. Mesmo assim a gente também com o SEDUP montou curso de horticultura, fruticultura. Teve algumas capacitações na área de gerenciamento, na área do GESPAC (Gestão Participativa) do Banco do Nordeste com o pessoal de Patos. O SEDUP articulou uma equipe multidisciplinar envolvendo alunos da Universidade, técnicos e extensionistas, assistentes sociais, etc. Nós fomos para alguns campos ministrar gestão participativa (Prof.º de Agronomia).

Baseando-se nos depoimentos acima registrados, temos uma base mais firme para concluir que as entidades que acompanharam os trabalhadores representaram um apoio primordial para viver a transição e propiciar que estes começassem uma nova trajetória. Vale destacar que, embora o apoio técnico tenha sido importante na relação entre os técnicos e agricultores, tornou-se visível uma relação de poder, pois os técnicos ao chegarem ao assentamento, muitas vezes, não consideraram o contexto de onde vinha o agricultor, ou seja, não levando em conta a sua sabedoria o seu conhecimento adquirido no cotidiano. Nesse sentido, os técnicos impõem ao trabalhador uma noção de agricultura que muitas vezes divergia das experiências acumuladas por eles. Nessa perspectiva, sustentamos nossa argumentação em Bourdieu (2011) quando afirma que as “relações de comunicação representam relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou instituições envolvidos nessas relações”. Segundo este autor o conceito de campo se constitui como “um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos”. O autor destaca que,

È enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento

que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 2011 p. 11)

Há de ser pensado que antes de dar início a esse novo percurso, enquanto agricultores familiares e ter que conquistar novos saberes para administrar a propriedade e para plantar, os ex-assalariados precisaram criar consciência dos seus direitos sobre a terra. Isso, para recomeçar a vislumbrar um novo caminho, a partir da transição até a chegada ao assentamento, e imprimir essa nova trajetória como agricultores familiares. Voltando a ELDER (*op.cit.*), podemos afirmar que o resultado desta linha de adaptação conectou eventos e o curso de vida subsequente.

4.3 O papel das entidades no assentamento

Conforme já mostramos anteriormente, o papel do Comitê de Apoio constituído no contexto da falência da usina foi fundamental para dar apoio aos trabalhadores assalariados na luta pela desapropriação das terras da usina, assim como no processo de transição para a vida de assentado. É importante evidenciar que este comitê se fragmentou, sendo que as parcerias foram se dissolvendo lentamente. No caso da CPT, esta passou um período no assentamento, mas cancelou suas atividades por razões que não foram manifestadas por ocasião das entrevistas a campo. A Universidade Federal da Paraíba esteve presente em diversos momentos na vida dos assentados, após a transição, promovendo vários cursos para os agricultores, mas atualmente não tem se mantido presente em função de outros projetos que está desenvolvendo. No caso da EMATER, esta acompanhou os

trabalhadores por ocasião da prestação de serviço de assistência técnica, mas o encerramento dos seus serviços impossibilitou sua continuidade. Atualmente a EMATER está tentando voltar ao assentamento para desenvolver assistência técnica. As outras entidades como o Sindicato Rural de Pilões desenvolvem seus trabalhos de forma burocrática, por meio da assistência aos direitos dos agricultores rurais. De todas as entidades elencadas, apenas, o SEDUP permanece até hoje desenvolvendo um trabalho de assessoria voltado aos assentados. Assim sendo, elencamos a sua origem e como se constitui a sua política de trabalho.

4.3.1 O Serviço de Educação Popular (SEDUP):

O Serviço de Educação Popular (SEDUP) é uma entidade não-governamental instituída em 1981, como Serviço da Diocese de Guarabira, situada no Brejo Paraibano. Seu objetivo é promover a “educação popular, como processo de formação, em suas diferentes dimensões, através de ações de cunho educativo, formativo e organizativo junto aos movimentos populares, sindicais e pastorais do Brejo, com vistas à transformação da sociedade” (Relatório SEDUP, 2004).

Primeiramente, atuou na zona rural, assessorando e acompanhando os “trabalhos organizativos de pastorais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Sindicatos e movimentos sociais populares”. Em seguida, passou a desenvolver um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, que foi ampliado e aprimorado ao longo de quase vinte anos, tornando-se uma das ações mais importantes da instituição, garantindo-lhe reconhecimento dentro e fora do Estado (*Ibid*, 2004).

Em 1991 o SEDUP se tornou uma “associação autônoma sem fins lucrativos, de utilidade pública, com atuação no âmbito estadual e municipal, permanecendo com os mesmos princípios éticos, políticos, educacionais e religiosos que permearam suas ações”. Nesse período, passou por um processo de “redimensionamento” de sua ação intensificando sua intervenção no espaço urbano no município de Guarabira. Na zona rural, deflagrou com os canavieiros um processo de

mobilização pelos seus direitos trabalhistas, depois da falência do maior “empreendimento agrícola” da região, que resultou na desapropriação das terras da usina para fins de Reforma Agrária. Nesse contexto, o SEDUP permanece atualmente, desenvolvendo um papel fundamental juntamente com esses trabalhadores e suas famílias passando a colaborar na sua formação política, técnica e educacional (*Ibid*, 2004).

Atualmente o SEDUP conta com o “Fórum dos Assentados” que se constitui pela articulação composta pelos assentados e suas organizações representativas (associações) de doze assentamentos na região do Brejo Paraibano. Foi instituído, com o objetivo de “proporcionar aos assentados e organizações dos trabalhadores da região um espaço público de discussão e encaminhamento de ações coletivas” (*Ibid*, 2004).

O “Fórum dos Assentados” tem se caracterizado como um espaço de “ação coletiva, para reivindicações de políticas públicas, difusão dessas políticas e mediação entre os órgãos públicos e os assentamentos, além, de ser um espaço de formação, discussão e articulação das famílias assentadas na luta por melhorias na qualidade de vida”. Ele surge da necessidade dos trabalhadores de criar um espaço coletivo que pudesse “aglutinar forças em torno de interesses comuns, capazes de fortalecer as lutas por melhoria de vida e promover uma maior articulação entre os assentados dentro do próprio assentamento e entre os assentamentos que integram o Fórum” (*Ibid*, 2004).

4.4 Os desafios da agricultura familiar: a assistência técnica e acesso ao crédito rural

Constatamos, por meio da nossa pesquisa de campo, que os agricultores do assentamento São Francisco ao finalizar o longo percurso que representou esse período de transição, quando foi consolidado o direito à propriedade da terra e estavam recém-assentados, se depararam com inúmeros desafios nessa chegada, muitos dos quais ainda permanecem. Questionados sobre os principais desafios que enfrentam no assentamento, eles manifestam,

Hoje aqui é porque não tem uma assistência técnica, era pra ter não tem acompanhamento de uma pessoa aqui. Se tivesse a gente fazia algum empréstimo. É difícil fazer empréstimo porque falta acompanhamento, não tem (Assentado).

Pelo comentário de nosso entrevistado, observamos que o maior desafio está na ausência de uma assistência técnica de qualidade e, em função disso, a tomada de crédito ou de empréstimo é inviabilizada pela ausência de técnicos no assentamento.

Ao entrevistarmos a Educadora do SEDUP, instituição que até hoje acompanha os trabalhadores, indagamos sua opinião sobre quais são os desafios que os trabalhadores enfrentam no assentamento e, segundo o seu depoimento, os maiores desafios estão relacionados à falta de assistência técnica, além da ausência e morosidade do INCRA que não atende às reivindicações e não se preocupa em trazer melhoria para os assentamentos. Conforme ela afirma.

O maior desafio é ter uma assistência técnica que funcione. Isso é o primeiro desafio que a gente continua lutando pra ter uma assistência técnica de qualidade nos assentamentos. Hoje em dia, ninguém financia entidades, o Governo Federal tem os projetos e nem sempre é o que a gente quer pra poder chegar ao agricultor, então esse é o grande desafio é a assistência técnica de qualidade. Outro grande desafio que a gente tem ainda pra resolver é o INCRA. A lentidão do INCRA, além da lentidão, a falta de equipamento, falta de pessoal, falta de orçamento. Então as estradas não prestam, é horrível de se andar e isso é um problema no INCRA. Os poços artesanais que nunca foram terminados. As escolas muitas delas, as casas sedes caindo não têm um centavo pra resolver isso. Nós sempre fazemos nossas reivindicações e esbarramos na dificuldade do orçamento, e aí a gente escuta até dizer: tem dinheiro sobrando. Uma coisa que a

gente acha é que é uma questão política, colocam pessoas para ocupar um cargo, o Superintendente do INCRA, que não tem condições, muitas vezes também a gente esbarra nisso. A falta de assistência do INCRA é por falta de interesse do INCRA, pois, você só tem interesse naquilo em que você acredita de verdade, naquilo que você sabe o que tá fazendo, naquilo que você trabalha. Se você vem prá desempenhar um papel que não faz parte de sua vida porque você vai se dedicar a isso? Então a gente esbarrou em vários Superintendentes e não sabemos como é que funciona isso. Então o INCRA é muito lento até pra resolver os problemas de lote mesmo, de lote que foi vendido, de uma coisa ou de outra o INCRA é lento (Educadora do SEDUP).

No início da implantação dos assentamentos houve a presença da assistência técnica do Projeto LUMIAR, mas após esse período assumiu a EMATER de forma precária e não foi dada continuidade conforme a entrevistada evidencia.

Antes tinha aquela assistência técnica de entidades como o LUMIAR de projetos assim específicos que se fazia com projetos de entidades. Depois a EMATER assumiu muito capenga, mas assumiu. (...) Isso foi um problemão porque eles não tinham compromisso. Nos últimos anos do governo LULA foi criado um programa de assistência técnica para assentamentos e nesse programa eles passaram a ter assistência técnica de entidades de uma cooperativa. São várias cooperativas distribuídas no país inteiro, aqui na nossa região tem uma cooperativa chamada CONAP que faz esse tipo de trabalho de assistência técnica e social. Mas também a gente já viu vários problemas nessa assistência técnica e o Fórum sempre atento fiscalizando e tentando resolver. Agora, desde o ano passado, o pessoal vem decidindo de ter

outra prestadora de assistência técnica porque essa também não tá dando muito resultado. A CONAP tem um lote de 34 assentamentos, eles participam de uma licitação e ganham o lote inteiro, sendo que são 34 assentamentos. Aqui na nossa região eles pegaram todos os assentamentos de Pilões, Areia, Serraria e Remígio. São Francisco foi um assentamento que não aceitou assistência técnica. Aceitou dois anos viu que não tava funcionando, eles não estavam prestando serviço de acordo com o que eles precisavam, então eles devolveram assistência técnica. Por enquanto lá não tem. Eles assinaram o documento dizendo que não queriam assistência técnica da CONAP (Educadora do SEDUP).

Pelos depoimentos, percebe-se, por um lado, que a necessidade da assistência técnica continua vital, mas, por outro lado, muito desse tipo de serviço não atende às expectativas dos agricultores assentados, ao ponto do assentamento São Francisco ter rejeitado o apoio técnico da CONAP. Essa informação é sugestiva para sinalizar um tipo de política social que parece não valorizar a consulta popular, prévia ou posterior, como forma de atualizar os conteúdos e práticas dessa assistência. Ou seja, em alguma medida se reproduz um tipo de extensão rural anteriormente criticado (conforme tratado em capítulo anterior), onde não se consideram os assentados como sujeitos autônomos, sujeitos capazes de definir suas próprias necessidades, e/ou capazes de discriminar critérios de qualidade dos serviços técnicos. Se isso fosse um pressuposto de extensão rural talvez não houvesse (ou houvesse menos) situações desse tipo.

4.5 A comercialização dos produtos no assentamento



Figura 4.3: Produção da banana no assentamento São Francisco (Foto da autora)

Ao visitarmos o assentamento São Francisco, por conta de nossa pesquisa de campo, observamos que essas áreas de assentamentos foram criadas pelo INCRA sem nenhum planejamento prévio ou diagnóstico, para saber se estas áreas estariam propícias ao cultivo. Constatamos que as áreas do assentamento São Francisco, conforme já falamos, possui uma declividade bastante acentuada, com áreas extremamente íngremes, o que dificulta o cultivo de certas lavouras.

A área desse assentamento era, antes do processo de desapropriação das terras, recoberta de cana durante o funcionamento da Usina Santa Maria. Os técnicos do Projeto LUMIAR no início dos seus trabalhos refletiram sobre quais seriam as lavouras propícias a essas áreas com acentuadas declividades e especialmente quais os tipos de lavouras que poderiam ser cultivadas para comercialização e para promover renda aos assentados. Constataram que esta região era

propícia ao cultivo de alimentos de subsistência e de fruticulturas para a comercialização. No início, os trabalhadores foram estimulados a plantar lavouras de subsistência (milho, feijão, mandioca) para o consumo e a banana para a comercialização. As lavouras de subsistência não foram comercializadas, tendo em vista a escassez dos recursos para a compra de sementes que propiciassem um investimento maior em seu cultivo.

O cultivo da banana teve bons resultados no assentamento São Francisco e as razões dos agricultores familiares terem optado por sua comercialização, como produto principal, deve-se a fatores como: o mercado comprador estar inserido na região do Rio Grande do Norte (local onde há o escoamento da banana), a facilidade para obtenção das mudas e sementes o que possibilita a intensidade do seu cultivo, além do produto ter grande rentabilidade e saída no mercado local.

Em nossa pesquisa de campo um dos nossos entrevistados foi questionado sobre quais os principais produtos cultivados pelos assentados, além das razões deles optarem pelo cultivo da banana para a comercialização.

Planto roça, macaxeira, feijão, milho. Só vendo banana mesmo porque o outro é só pro consumo. Não vale a pena consumir e vender, falta recurso para a semente. A banana é melhor pra plantar, você só roçou o mato plantou por dentro, depois é só limpar. No caso do milho é diferente, tem que deixar o terreno todo limpo organizado, todo direitinho e no caso do feijão é a mesma coisa onde se planta o milho se planta o feijão. O milho pra plantar é diferente tem que ter um preparo maior, tem que ter estrume também, muito mais recurso (Assentado).

Porém os agricultores encontram grandes dificuldades para comercializarem o seu produto devido a precariedade das estradas, o que inviabiliza que os assentados levem seus produtos aos municípios próximos. Em virtude desses aspectos elencados, os trabalhadores recorrem à intermediação dos atravessadores para venderem seus produtos. Essa é a percepção que os próprios agricultores expressam em

seus depoimentos, de que a grande dificuldade de comercialização refere-se à presença dos atravessadores.

Eu vendo a atravessador aí na rua. Vender pra atravessador é trabalho de meia porque dá o lucro do caba¹³ todinho pra ele. Eu vendo aqui a banana por 40 conto, em Guarabira é 70 e 80 reais e a gente perde a metade do lucro (Assentado).

Observamos, pelo relato do entrevistado, que a comercialização do produto realizado por intermédio do atravessador torna-se um empecilho para desenvolver a venda dos produtos de maneira justa e que garanta o lucro almejado pelos assentados.

Outro entrevistado tem a mesma compreensão sobre o processo de comercialização, o qual é dificultado por eles não terem condições de fazer a venda do produto de forma autônoma e, em razão disso, o único meio viável é vender os produtos para os atravessadores. Outro fator levantado refere-se à precariedade das estradas, que impossibilita que os trabalhadores levem por conta própria os produtos, já que em um determinado momento tentaram levar a banana em um caminhão para o município de Pilões, tendo ocorrido vários acidentes. Nesse sentido, não restou outra saída para os trabalhadores senão vender seus produtos para os atravessadores.

O maior desafio é comercializar os produtos e aqui a gente já fez isso a gente já teve uns pessoal, o pessoal daqui mesmo é que leva os produto pra feira, mas, chega na feira vai entregar a outras pessoas, a atravessadores porque antigamente o pessoal comprava aqui dentro dos sítios, né. A gente se juntou, aí levou pra feira, mas, na feira tá sendo quase a mesma coisa que tá entregando a atravessador também. Aí começou o mesmo ciclo leva banana paga frete, aí quando vende lá na feira e paga o frete

¹³ Trata-se de uma expressão popular peculiar da região nordeste que se manifesta pela ideia de “cabra da peste, capanga” (FERREIRA, 2004).

fica quase nada também, aí fica o negócio difícil, né. Eu viajei umas vez e não gostei, bem o sofrimento é muito grande e se arrisca muito também (Assentado).

LEITE destaca que os atravessadores se constituem como sujeitos no processo de comercialização, em virtude de mediar essa relação: eles buscam o produto no assentamento e impõem preços mais baixos aos assentados (LEITE *et al.*, 2004 p.176). Os atravessadores se constituem como um impasse para a autonomia dos assentados, já que pelo papel que cumprem na comercialização dos produtos, são responsáveis pela reiteração do ciclo de dependência destes, fruto da desvalorização do preço imposto aos produtos. Além disso, se soma a ausência do INCRA no sentido de buscar melhorias para as condições das estradas no assentamento, outro fator que dificulta que os agricultores possam comercializar seus produtos de forma justa e que garanta o rendimento necessário para o desenvolvimento do seu lote de terra e para a obtenção da renda familiar. Em decorrência disso, muitos trabalhadores não contam apenas com o rendimento da comercialização da banana para sobreviver, o que se torna pouco em face do prejuízo na comercialização. Além desses rendimentos, há alguns agricultores que contam com o auxílio de programas do governo como o Bolsa Família, e, no caso de outros agricultores, com o auxílio de aposentadorias dos idosos.

4.6 O papel das associações na vida dos agricultores familiares

O trabalho desenvolvido pelos “órgãos governamentais nas áreas desapropriadas exige a criação de uma associação em cada assentamento, como condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas” de assistência técnica e crédito por meio dos “órgãos públicos gestores da política agrária e agrícola” (IENO NETO, 2005).

Essa foi outra das variáveis levantadas pelas entrevistas realizadas junto aos assentados e representantes de entidades

representativas: como esses atores sociais concebem a presença das associações dentro do assentamento. Conforme os depoimentos relatados,

O papel da associação é justamente de organizar os agricultores. Então eles fazem aquele papel de estarem organizando tudo no lote, de resolver os problemas também de terra junto ao INCRA, de aposentadoria. Entra também essa questão mais administrativa também. Então eles são os administradores dos lotes, dos assentados. Então eles resolvem todos esses problemas administrativos (Educadora do SEDUP).

LEITE (*op.cit.*) destaca que a implantação das associações representa, de fato, uma exigência do Estado para assegurar os direitos dos agricultores rurais, conforme ele afirma;

As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie de exigência do Estado: elas são a personalidade jurídica do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos.

(....) As associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos nos assentamentos. Enquanto algumas têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, crédito), seja para dentro (organização da produção, da comercialização etc) (LEITE et al., 2004).

Esta outra entrevistada mostra como se constitui a associação e como se dá o processo organizativo por parte dos assentados, assim como manifesta que os problemas são levados à associação e que as decisões são tomadas em conjunto, de forma coletiva.

Depois da desapropriação vem já a organização deles com associação. Associação de trabalhadores de um determinado assentamento. A função dessa associação é para eles se organizarem socialmente e viabilizar a infraestrutura pra aquela propriedade. Aí o que é que acontece: os trabalhadores passam por um processo de formação e eles passam a administrar uma associação que não é fácil. (...) Não é fácil! primeiro junta todo mundo, se faz uma assembléia, se discute o estatuto depois se elege uma comissão da diretoria do conselho fiscal e essa comissão vai administrar todos os recursos que vêm através dessa associação para o assentamento. É essa administração que vai gerenciar todos os recursos que vai pro assentamento. Compete ao Presidente da associação cuidar, gerenciar. E tudo é discutido em associação. Todas as decisões tudo passa a ser decidido na assembleia. A todo momento se tem algum trabalhador que faz alguma coisa que não é legal pra o conjunto deles, então é chamado a associação pra ser resolvido. Eu acho um processo extraordinário de um grupo de trabalhadores, pessoas que muitas vezes sabe ler pouco e escrever seu nome e passa a administrar uma associação e o seu próprio lote. Então o trabalhador fazendo isso já tem aquele grupo que vai cuidar da coletividade. E o lote dele ele vai ter que saber se vai ser dividido porque inicialmente o INCRA não fazia a divisão do lote da propriedade e eles se juntavam e convidavam pessoas que trabalhavam nessa área, nessa questão os topógrafos. E eles contratavam topógrafos para fazer essa divisão e também tem a consciência de que toda propriedade desapropriada 20% fica para a reserva e essa reserva é intocável. A reserva é da União. A

associação não pode usufruir do que ficava para os trabalhadores (Representante da CPT).

Nesse sentido, constatamos que a associação representa um veículo de discussão e debate sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores no assentamento. Representa um elemento democrático de discussão dos problemas apresentados pelos assentados para a melhoria da garantia dos seus direitos no assentamento.

4.7 O trabalho coletivo

Com relação ao trabalho coletivo, observamos que os entrevistados concordam que é importante para dinamizar o assentamento e desenvolver a produção, mas também têm a clareza das dificuldades para levá-lo a bom termo. Conforme manifestado neste depoimento.

Trabalho coletivo é importante, só que aqui não continua, aqui já foi feito isso muitas vezes só que não foi pra frente não, trabalha uma semana duas, aí começa a desistir aí se acaba. Trabalho coletivo é bom porque a pessoa sozinho não faz nada não, e o coletivo é bom. Nós participamos disso aí na fundação do loteamento, sabe e foi abandonado não quiseram mais não. Foi um negócio desorganizado, falta de organização dos cabeças lá, do Presidente da diretoria. O trabalho coletivo se existisse seria positivo a pessoa sozinho não faz nada. Em uma semana ajudaria pra mim, depois pra outro e daria um retorno bom (Assentado).

Este entrevistado concorda que o trabalho desenvolvido de forma coletiva promove a participação de todos, mas neste assentamento há dificuldades. À medida que uns colaboram, outros não dão a contrapartida da mesma forma. Ele enfatiza ainda sobre a importância deste trabalho, de modo que uns dependem dos outros. Segundo ele, foi

desenvolvido no início do assentamento o trabalho coletivo, mas à medida que os assentados tiveram condições de pagar por uma mão-de-obra extra para ajudá-los, este trabalho foi sendo abandonado.

O trabalho coletivo é um trabalho bom, é um grupo de pessoas quando se fala em um grupo produz muito, mas no coletivo há muitas dificuldades porque uns trabalha mais e outros gosta de se escorar. Mas se não for coletivo a gente não trabalha em lugar nenhum porque a gente sempre depende de um ou outro. E o coletivo a gente trabalhou logo no início, aí depois o pessoal foi construindo suas parcela, foram arrumando algum dinheiro prá pagar o trabalhador. Aí foram esquecendo esse trabalho, mas o trabalho coletivo é importante demais (Assentado).

Noutro depoimento é sustentado que o trabalho coletivo é difícil de organizar, principalmente quando se trata de 28 famílias com ideias diferenciadas sobre o futuro do assentamento. Mas, o entrevistado reforça que este trabalho é significativo, por isso eles tentam desde o começo estimular todos os assentados a participarem das atividades coletivas.

O trabalho coletivo é muito bom agora porque o assentamento pro trabalho coletivo é muito difícil pra gente organizar, né porque a gente faz parte aqui da associação faço parte desde o começo pra organizar, né, mas a gente prá organizar 28 famílias, uns querem uma coisa outros não querem, até hoje a gente tenta isso, né, mas assim mesmo a gente vai organizando porque a gente tenta desde o começo pra ter um trabalho coletivo porque o trabalho coletivo é muito bom em toda situação porque aí é uma união e a união é que faz a força né e sem ter o trabalho coletivo nada vai pra frente, né, é isso que a gente quer no assentamento (Assentado).

Na implantação do assentamento São Francisco foi instituído o mutirão, uma iniciativa da associação como forma de estimular os trabalhadores a trabalharem coletivamente. Durante esse processo de trabalho, alguns compareciam e outros não, o que impossibilitou a continuidade do mesmo. Este entrevistado mostra como os trabalhadores se motivam a desenvolver esse trabalho.

É um problema sério esse porque de fato eles conseguem fazer os mutirões. Antigamente eles conseguiam até melhor porque eles faziam os mutirões pra tudo. Na área coletiva fazem os mutirões pra fazer a limpeza, fazer os plantios, pra abrir os açudes, limpar rios, enfim, tudo isso eles faziam coletivamente. Até a construção das casas eles fizeram em regime de mutirão. Mas, o problema que gera a ausência são problemas pessoais. Fulano trabalhou mais que fulano, fulaninho foi tantas vezes fulaninho não foi tantas vezes e aí começam os conflitos, e desiste todo mundo. Aí o pessoal vem e começa aquele trabalho novamente de conscientizar, mas a gente tem que fazer nossa parte. Isso não acontece só no campo, na cidade também a gente vê. Então essas coisas são difíceis de organizar, mas se eles fazem dá tudo certo. Sempre deu certo, se eles trabalham em mutirão é um progresso imenso. Eles sabem disso, é por isso que eles gostam, eles querem. Aí quando começa os problemas eles se afastam. Depois eles refletem um pouco, aí dizem: vamos começar tudo de novo! (Educadora do SEDUP).

Outro entrevistado concorda que o trabalho coletivo é importante para obter desconto junto à associação. Ele destaca as vantagens que são propiciadas por meio deste tipo de trabalho, pois os trabalhadores ganham em produtividade em função da união que é compartilhada por todos, mediados em busca de um objetivo comum.

Concordo porque a gente faz uma parte do roçado faz já paga menos pra associação. Tem

um desconto se tiver mutirão. (...) É bom a pessoa trabalha somente meio dia numa sexta-feira. A gente trabalhando em mutirão trabalha, a gente ajeita a rotação, uma casa que tiver caindo a gente vai ajeita (Assentado).

Os trabalhadores partilham da ideia de que o trabalho desenvolvido de forma coletiva, de fato, garante um bom desenvolvimento para a vida de todos dentro do assentamento, mas corroboram a ideia de que os desafios são muitos, principalmente em função de uns não colaborarem de forma efetiva, o que demonstra a individualidade existente por parte de alguns assentados. Anos a fio de trabalho na usina os tornaram individualistas, já que cada trabalhador resolvia exclusivamente seus próprios problemas. Agora, na condição de assentados, partilham um novo momento de transição, viver em um assentamento implica em assumir questões que são do interesse de todos e devem ser realizados de forma coletiva.

Atualmente os trabalhadores recomeçaram o mutirão no Assentamento São Francisco. Inicialmente seis trabalhadores estavam trabalhando na reconstrução da casa sede que servirá como local de reuniões para os assentados. De acordo com o que eles falaram, estão tentando recomeçar a lutar em defesa de um trabalho conjunto, no sentido de mostrar a todos os assentados que o trabalho, quando compartilhado de maneira coletiva, é mais viável para o progresso das atividades no assentamento em que vivem.

4.8 A agricultura familiar hoje e sua continuidade: o projeto dos filhos

As expectativas que os pais projetam para o futuro dos filhos é outra das variáveis contempladas nas entrevistas. Interessava-nos verificar isso para poder dosar até que ponto o desejo ou não de que seus filhos continuassem como agricultores familiares seria um sinal das apostas que estes trabalhadores fazem nesse estilo de trabalho e de vida. Foram verificadas duas versões: uma que afirma, embora vagamente, o

desejo de que os jovens continuem no campo; outra, a majoritária, sustenta a perspectiva de que eles sigam outro rumo em suas vidas, distante das atividades do campo.

A percepção da Representante da CPT sobre o tema é de que os pais não desejam que seus filhos deem continuidade ao trabalho na terra, desenvolvendo agricultura familiar, pois sentem que é um trabalho desgastante e exaustivo e que não tem retorno econômico, uma vez que, em virtude disso, muitos migram para o Rio de Janeiro e São Paulo em busca de novas oportunidades na vida.

A maioria não quer que seus filhos sejam agricultores até porque eles sofreram muito. Agora não porque eles estão numa situação bem melhor, mas nem mesmo eles aconselham que seus filhos sejam agricultores. Eles querem que os filhos estudem e que siga uma profissão. Muitos estão viajando para o Rio, São Paulo, mas não há, por exemplo, um incentivo por parte dos agricultores que os filhos permaneçam lá no campo (Representante da CPT).

Todos os filhos dos agricultores que fizeram parte dessa pesquisa estudam regularmente. Os agricultores valorizam a formação educacional como princípio de mudança para o futuro dos jovens. Segundo este entrevistado, há alguns jovens que desejam ter oportunidade de ter formação para pôr sua experiência na terra, conforme ela evidencia.

Mas a gente escuta de jovens que querem continuar na terra, há a ideia de que precisam estudar pra colocar o seu saber na terra, esse trabalho tão exaustivo, tão duro ser um trabalho mais gratificante. Porque muitos dos pais não têm a tecnologia. É muito pouco os jovens que querem ser agricultores (Educadora do SEDUP).

O depoimento deste entrevistado revela que os agricultores se dividem entre a perspectiva de que os jovens deem continuidade ao trabalho de agricultores, investindo em sua formação para conquistar a

profissão de agrônomo e poder retornar ao campo, desenvolvendo um trabalho mais promissor e os que defendem que seus filhos não se tornem agricultores. Estes últimos se respaldam na ideia de que o trabalho é exaustivo e não garante perspectivas futuras para os jovens.

Alguns sim, alguns querem que eles continuem na terra, outros querem que estudem e continuem na terra que tenham formação de Agrônomo. E outros querem que os filhos estudem e saiam. (...) Os que desejam que seus filhos não sejam agricultores acham que agricultura é muito trabalho, a gente escuta muito isso “a gente trabalha demais” não tem nada na vida o que tem é muito pouco, um trabalho duro e exaustivo e o retorno é tão pequeno a gente escuta isso (Técnico da EMATER)

Constatamos, por meio de nossa pesquisa de campo, que quando se trata do futuro dos filhos, a maioria dos agricultores entrevistados, mantém uma postura negativa com relação ao trabalho no campo, pelo menos nos moldes que se lhes apresenta a eles agora, onde não preveem perspectivas de futuro promissoras, como vimos: o trabalho no campo é árduo e sem muita promessa de melhoria; estão presos aos atravessadores numa espécie de círculo vicioso; as condições para escoar seus produtos e poder comercializar a preços justos são precárias; a assistência que tem do governo é deficitária; o trabalho coletivo, que poderia ser um ponto alto da sua nova trajetória, não consegue se realizar com desenvoltura. Diante desse quadro de restrições, são poucos os que ainda apostam no trabalho da agricultura familiar como uma alternativa promissora para seus filhos, afinal a educação é vista como a saída. Por isso, a maioria expressa aspirações para que os jovens possam vir a ter uma formação profissional e possam vir a mudar o seu rumo. Mesmo que seja para depois retornar ao campo para aplicar os seus saberes na terra, mas isso, nos termos de um profissional, um Agrônomo, o qual se supõe com maior rendimento e reconhecimento social.

4.9 O assentamento e o projeto para o futuro

Até aqui foi várias vezes reforçado qual foi o itinerário vivido pelos trabalhadores: o período de trabalho na usina como assalariados, a perda do emprego, a chegada ao assentamento e seus desdobramentos seguintes, até a data da entrevista. Trata-se, como lembra Gomes (*op.cit.*), referindo-se a essas tramas de vida onde existem interrupções de trajetórias e retomadas de rumos, de “histórias com início, meio e fim”. Nos próprios termos da autora, legitimando esta abordagem através das categorias de trajetórias e transição, afirma,

(...) a história contém um núcleo dramático, que não reflete somente um arranjo de eventos numa ordem temporal, mas ‘apresenta motivos inaugurais, transicionais e terminais, perfeitamente discerníveis’, que correspondem a quatro fases de um processo. Estas fases são identificadas por este autor (refere-se a Victor Turner¹⁴) como: a ruptura, a crise, as tentativas de compensação e a resolução. A ruptura correspondendo a uma ‘quebra de norma’, no nosso caso, uma quebra de projetos, de referenciais de vida. A crise, caracterizada pela confusão, onde não está conseguindo-se proceder conforme o projeto anterior. Ou nas palavras de Turner, onde ‘a aparente tranquilidade se vê recoberta pelo conflito e os antagonismos afloram’, revelando sentimentos e valores em oposição (...). A fase das tentativas de compensação, representando ações de reajustamento, isto é, procura de alternativas para recuperação de um projeto. (...) Finalmente, a fase da resolução, quando se recupera um equilíbrio (...). Isto é, havendo vencido essa fase de liminaridade, retorna-se a um outro “estado” da trajetória no curso da vida (GOMES, *op.cit.*, p.36-37).

¹⁴ TURNER, Victor

Segue-se que a situação conquistada pelos trabalhadores demarca um tempo de mudanças estruturais em seus projetos de vida e trabalho no assentamento. Conforme esse assentado manifesta, o assentamento se constitui como um fator positivo e que reflete mudanças substanciais na sua vida.

(...) No tempo da usina pra cá mudou muito porque mudou pra melhor pra mim, né o cara tá no seu canto sossegado tá melhor do que naquele tempo a gente vivia trabaçando nos terreno da usina morando, quando eles queriam mandar embora eles mandavam e hoje em dia o caba tá sossegado no canto (Assentado).

Este outro depoimento manifesta que o assentamento representa a liberdade de planejamento do próprio tempo de trabalho, diferente do passado na usina que demarcava os dias de trabalho que tinham que ser cumpridos, a jornada exaustiva, imposta pelos patrões que se não fossem executadas os trabalhadores sofreriam sanções em seu salário, ao final do mês de trabalho.

Muito melhor hoje porque a gente tem mais sossego, não tá obrigado a trabalhar todo dia, se quiser de sábado a sábado de domingo a segunda pegado. No domingo trabalhava o dia todinho tinha que encher o carro de cana pra não azedar. Se não trabalhasse no domingo eles trancavam o pagamento da gente (Assentado).

Constatamos, pelos depoimentos dos assentados, que eles recordam do tempo passado como tempo de escravidão e o assentamento como tempo de mudança, da liberdade de planejamento do próprio tempo de trabalho. É relevante destacar também que eles atribuem esse novo tempo como constituído por uma tranquilidade que os mesmos não tinham no tempo da usina e que foi conquistada na chegada ao assentamento.

Uma representante das entidades que desenvolvem trabalho com os trabalhadores, quando questionadas sobre o que mudou na vida deles ao longo desse período de vida no assentamento nos respondeu:

(...) Mudou tanta coisa. Mudou a vida desses agricultores, hoje eles têm qualidade de vida. Eles têm igualdade social apesar da gente saber que têm muito o que fazer, muito o que lutar. Antigamente a gente chegava nos assentamentos a fome era tão grande, muito grande mesmo porque ainda eles não tinham de tudo pra se alimentar. Hoje a gente chega, eles têm, são alimentados, não estão passando mais necessidade que passavam antigamente. Passaram por fome logo no início porque hoje eles têm mais condições, eles têm qualidade de vida. Hoje eles têm cidadania. Eu acredito que sim. É o que a gente consegue enxergar. Eles saíram do trabalho escravo, saíram da escravidão e hoje eles têm liberdade. Eles fazem o que querem, plantam o que querem, podem comer o que querem. Mas eu acho que hoje eles têm liberdade e qualidade de vida (Educadora do SEDUP).

Pelos depoimentos de todos os entrevistados notamos que, apesar das dificuldades vividas também na nova trajetória, eles avaliam em termos positivos a sua mudança de situação, já que no passado eles eram “moídos” pela usina. Conforme registro.

A gente passa por momentos difíceis e passa por momentos bons porque essa usina mesmo moendo a gente já passemos por muita situação difícil agora a situação da gente é outra, é melhor e o dobro do que quando a usina moía. A gente não vai comparar o que a gente é hoje pra o que era antigamente, né. Ser escravo de usineiro e nós não somos mais isso não, Graças a Deus (Assentado).

Este outro entrevistado manifesta que a chegada ao assentamento proporcionou mudanças, embora tenham passado por dificuldades no início. Ele destaca que o momento de indefinição com relação à posse da terra e o desemprego geraram essas dificuldades. Hoje ele manifesta

que há tranquilidade e que os mesmos não sofrem imposição de patrão e trabalham a hora que desejam trabalhar.

Mudou muita coisa da época da usina nós tivemos problema no começo, mas hoje em dia nós tamo tranqüilo. (...) Foi o desemprego porque nós não tinha trabalho e tinha que ganhar o meio do mundo pra sustentar. Eu prefiro hoje porque nós veve tranqüilo na casa da gente e não tem quem mande, a pessoa se quiser ir trabalhar trabalha se não quiser fica em casa fazendo alguma coisa e pronto (Assentado).

Esta entrevistada manifesta que a garantia da terra trouxe mudanças em todos os níveis para os trabalhadores, pois produzem em sua própria terra, todos têm casas mais decentes, ao contrário das casas da usina que eram precárias. Além desses aspectos há a conquista da liberdade, de poder ir e vir de forma autônoma sem receber imposição do patrão. Ela considera que os trabalhadores tornaram-se mais politizados ao se tornarem assentados, pois estão participando efetivamente da realidade em que vivem e conscientes dos seus direitos sociais.

Eu diria o seguinte: na medida em que os trabalhadores adquirem a terra eles mudam pra melhor. Eles passam a ser pessoas que produzem, vivem melhor têm casas, têm a saúde também. Muita coisa muda assim porque o assentamento uma vez constituído foi trabalhado a questão do conjunto. (...) Só terra não é nada. Tem que vir outras coisas agregadas à terra para poder garantir a permanência do homem no campo. Eles se alimentam melhor, têm mais liberdade, participam do movimento. É muito mais participativo. É mais independente. Tem conhecimento de coisas que antes não tinha. Por exemplo: direitos sociais. O fato de eles trabalharem no campo têm direito à aposentadoria, eles têm direito, no caso de adoecerem eles têm direito a um amparo. Depois

também a questão da liberdade mesmo, de poder ir e vir tranquilamente. De saber que tão produzindo prá si, isso muda muito a vida do trabalhador (Representante da CPT).

Segundo este entrevistado, os trabalhadores garantiram a liberdade em função de ter adquirido o lote de terra para produzirem de forma autônoma e livre para a sua família, pois não estão submetidos aos horários impostos pelo patrão.

Eu acho que os trabalhadores têm uma liberdade maior porque estão cada um em seu lote não têm mais o patrão dizendo que você tem que trabalhar. À hora tal ele faz o que ele quer, ele produz pra ele mesmo (Técnico da EMATER).

Os relatos sobre o sentimento de liberdade se repetem. Uma autora interpreta que a “liberdade que os trabalhadores rurais valorizam é a de poder decidir a respeito do seu trabalho” (SYGAUD, 1979 p. 34). Isso tem reflexos importantes sobre a configuração da sua identidade: a de trabalhador assentado que é dono da sua terra, do seu tempo, do seu esforço de trabalho.

MARTINS destaca como é concebida a liberdade pelo trabalhador que passou pelo processo de cativo e pela conquista de um trabalho permeado pela liberdade, conforme ele demonstra.

Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário o seu trabalho passa a ser condição de liberdade (MARTINS, 1998 p.17).

Outros três entrevistados também se reportam ao trabalho no assentamento como um novo momento de liberdade, onde a sujeição no tempo da usina foi banida de sua trajetória.

Eu acho melhor hoje porque amanhece o dia eu não tô sujeito sair nem com a enxada nem com a foice pra trabalhar pra ninguém. Eu me acordo cedo, acordo quando tenho que levantar. O serviço é meu o que eu fizer tá bom. A situação de vida é melhor (Assentado).

Eu acho melhor agora porque você tem aquela liberdade pra trabalhar, trabalha a hora que você quiser pega a qualquer hora. Naquele tempo da usina tinha que pegar naquela hora certa. Eu prefiro hoje no assentamento acho muito melhor hoje porque a situação da usina é que nem chegava os mandão, né. (...) A gente era que nem escravo no tempo. Não tinha hora pra trabalhar e tinha que largar naquelas horas certa mesmo. Os usineiros mandavam mesmo e tinha punição se o caba não ia mandava o caba embora, despedia ele (Assentado).

(...) Eu acho que mudou a liberdade. A primeira coisa a liberdade porque eu acho que no tempo da usina era uma escravidão, muitas vezes o trabalhador era chamado de noite. Muitas vezes eu lembro que papai falava assim: ah! incendiou o capim de cana parece que botavam fogo e chamavam o operador correndo pra cortar aquela cana pra não se perder tinha que chamar o pessoal as vezes pra encher o carro e o trabalhador ficava pra jogar as canas as vezes ele ficava meia noite. Então com o fechamento da usina veio a liberdade. A qualidade de vida dessas pessoas melhorou muito (Presidente do Sindicato Rural de Pilões).

Este afirma que hoje conseguiu estabilidade financeira e consegue arcar com as despesas da casa de maneira tranquila, em vez do

trabalho na usina que demarcava um tempo de insegurança financeira, pois os salários não eram pagos de forma justa.

Hoje pra eu mermo tá diferente tá mior quando era a usina eu não tinha dinheiro, até feira fiado eu fazia, as vezes o ganho dava e não dava. Cansei de comprar fiado. As seis semanas que a Usina ficou me devendo era garrote que eu vendia prá comer. Se a Usina não tivesse desmantelado, se acabado eu era até aprumado nas coisas somente de gado eu tinha oito cabeças de gado e fui comendo devagarzinho assim. Isso antes do assentamento quando veio o assentamento eu não tinha mais quase nada. Hoje tá melhor do que antes hoje eu faço uma feira tranquilo não esquento a cabeça pra fazer a feira, logo quando eu não era aposentado eu não esquentava porque eu já tinha meu sítio de banana e vendia. E agora é que eu não esquento mesmo porque na usina eu esquentava a cabeça, as vezes a gente não recebia os pagamento, chegava atrasado os pagamento era um desmantelo quando ela tava aprumadinha inté dava, mas quando começou a desmantelar, desmantelou o pagamento também (Assentado).

Os trabalhadores do Assentamento São Francisco, ao reviverem suas trajetórias de trabalho na usina, remontam a um passado permeado pelo medo da perda do emprego e pela subjugação da sua força de trabalho. O assentamento, contudo, se configurou como a construção social da conquista de uma liberdade nunca vivenciada antes. A autonomia, a liberdade de decidir seu próprio trabalho, seu tempo, seu futuro é, de fato, um valor que comparece e fortalece a configuração dessa nova identidade de assentado.

Conclusões

Esta pesquisa se propôs a investigar as trajetórias dos trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria, que passaram por um processo de transição laboral até a inserção no assentamento. Interessava investigar como se deu esse processo, como foram as suas adaptações à nova condição de agricultores rurais, assim como investigar os desafios enfrentados hoje, enquanto assentados, para o desenvolvimento da agricultura familiar e das suas expectativas de sobrevivência diante dessa alternativa.

Constatamos que os Assentamentos Rurais, no âmbito das políticas públicas para o campo, são idealizados como instrumentos para promover a renda e qualidade de vida dos trabalhadores rurais. No entanto, constatamos também, que as políticas voltadas para os assentamentos rurais são precárias, uma vez que só disponibilizar a propriedade da terra aos assentados não é suficiente para a sua permanência no assentamento, pois é fundamental que sejam dados subsídios aos agricultores após a sua chegada na terra para que possam ter infraestrutura necessária em sua unidade produtiva. Os subsídios do Estado ainda são insuficientes para a permanência do trabalhador rural, já que há uma ausência total de infraestrutura nos assentamentos, sem falar que muitos assentamentos são criados sem seguir um planejamento prévio da área como forma de averiguar se está em boas condições de produção e viabilidade econômica (LEITE *et al*, 2004; BERGAMASCO, 1996).

Nesse sentido, ainda há muitos desafios para que a Reforma Agrária seja implementada de forma plena, pois a ausência de políticas públicas impossibilita que esta se realize efetivamente. A preocupação por parte do Estado tem se constituído apenas em desapropriar terras, sem promover uma infraestrutura adequada aos assentamentos. Conforme destacamos, seguindo Medeiros, as desapropriações de terras pelo Governo Federal, têm se constituído apenas como veículo para conter os conflitos sociais por parte dos movimentos sociais, que têm se configurado como agentes transformadores nesse cenário pela luta em

defesa dos direitos dos trabalhadores para a implantação de uma Reforma Agrária efetiva (MEDEIROS, 1998).

No tocante à nossa pesquisa de campo, constatamos que a Usina Santa Maria, considerada um dos maiores empreendimentos agrícolas da região de Areia, promovia a geração de renda para a população local, pois empregava quatro mil e quarenta trabalhadores. Estes trabalhadores mantinham uma relação de moradia, ou seja, moravam nas terras da usina sob um regime de sujeição para com o seu proprietário.

As relações de trabalho na Usina Santa Maria eram mediadas por uma hierarquia, pois havia os trabalhadores rurais que trabalhavam no campo, cortando cana, que não tinham seus direitos respeitados, uma vez que não tinham direito a férias, 13º salário e, por outro lado, existiam os trabalhadores de dentro da indústria que ocupavam cargos de níveis mais elevados: administradores, apontadores, cabos de turma. Estes tinham seus direitos trabalhistas assegurados. Já os trabalhadores rurais que trabalhavam no eito (cortando cana) consideravam que a sua função na usina tinha um caráter de trabalho escravo, pois tinham de cumprir altas jornadas de trabalho, não tinham seus direitos respeitados, o que resultava na precarização da sua situação de vida e trabalho.

Observamos também que os incentivos do PROÁLCOOL dinamizaram a agroindústria canavieira, havendo uma expansão desse setor por meio de incentivos creditícios aos usineiros, desenvolvimento de máquinas e tratores, aumento de empregos, etc. Contudo, embora tenha havido um crescimento do emprego no setor canavieiro, houve a exploração acentuada do trabalhador rural e os maiores beneficiados foram os usineiros, que lucraram nesse processo. Percebe-se que a expansão da Usina Santa Maria foi temporária, tendo em vista que a crise do PROÁLCOOL e do setor sucroalcooleiro provocou o endividamento dos usineiros, que contraíram empréstimos junto aos bancos, fato que gerou ao longo desse processo a falência da usina.

A falência da usina provocou a exclusão em massa desses trabalhadores rurais que sobreviviam de seu funcionamento e não havia outro empreendimento que pudesse substituí-la para inseri-los, deixando-os sem rumo diante da situação de desemprego. Esse processo de desemprego entre os trabalhadores provocou a migração de muitos

para as grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, e os que ficaram no município encararam o desemprego e a fome, reproduzindo a trajetória de precarização dos trabalhadores rurais.

Nesse cenário, foi fundamental a iniciativa das entidades locais no sentido de intervir em defesa dos trabalhadores. Foi constituído o Comitê de Apoio aos Trabalhadores nesse processo de luta pela desapropriação das terras. O Comitê de Apoio, formado pelos Sindicatos Rurais do município de Pilões, a CPT, o SEDUP e a UFPB estimularam os trabalhadores a lutarem pela desapropriação das terras.

Cabe ressaltar que as entidades foram fundamentais nesse processo, pois os trabalhadores, vindo de um passado de submissão na usina, tornaram-se apáticos diante da situação de desemprego. Os anos de trabalho semiescravo, cujas relações tinham um caráter de morada, propiciaram uma extrema alienação destes trabalhadores em relação aos seus direitos. O seu passado na usina foi permeado por submissão e aceitação das condições de exploração. Isso se torna tão visível que, no momento em que a usina entra em falência, eles ficam apáticos frente à sua realidade, não tomam iniciativa em tentar mudar a situação em que se encontram. O processo de luta pela terra só teve início em virtude das entidades terem tomado a iniciativa, estimulando-os a se mobilizarem. Só a partir desse cenário é que os trabalhadores se conscientizaram do seu papel de cidadãos e da necessidade de lutar por seus direitos. É nesse contexto que se inicia o processo de mobilização pela desapropriação das terras por meio de reuniões com entidades políticas, passeatas, pois, conforme já ressaltado em capítulos anteriores, este grupo de trabalhadores não acampou como outros movimentos sociais, já que eles eram moradores nas terras da usina. Após cinco anos reivindicando as terras, somente em 1997 as terras são definitivamente desapropriadas.

O processo de transição dos trabalhadores da usina ao assentamento denotou a necessidade de uma adaptação substancial a essa nova realidade. O acompanhamento das entidades envolvidas com os trabalhadores foi primordial nessa transição, já que, uma vez apoiados por essas entidades, os trabalhadores foram se adaptando, adquirindo experiência em administrar a terra, os recursos, planejando

junto com a família a organizar a produção. Para eles, a transição para o assentamento representou, antes de qualquer coisa, a ruptura com a exploração à qual estavam submetidos durante o seu trabalho na usina. Mas, por outro lado, na chegada ao assentamento eles se depararam com inúmeros desafios, desde a assistência técnica ao crédito fundiário, até a comercialização dos produtos.

Quanto à assistência técnica, sua importância é fundamental, mas esta se lhes apresenta de forma precária e não atendeu e nem ainda atende às perspectivas dos assentados. Há uma total desvalorização da experiência dos agricultores, o que corrobora para a não permanência dos técnicos neste assentamento. Frente a isso, todas as empresas de assistência técnica que desenvolveram trabalhos junto aos assentados tiveram os seus serviços interrompidos por eles. Esse fato representa uma mudança na percepção política dos assentados com relação aos seus direitos, fato que não era vislumbrado no passado da usina. Hoje, ao se sentirem lesados, tomam iniciativa em tentar solucionar os seus problemas. Essa mudança se deve em grande parte ao papel do SEDUP junto aos agricultores, pois esta entidade tem dado acompanhamento sistemático e tem contribuído na sua formação política, ao evidenciar-lhes seus direitos como uma demonstração de resgate da sua cidadania.

Além disso, foi possível perceber que o universo dos assentamentos possibilita que os assentados participem mais ativamente dos problemas que envolvem a todos. Neste ambiente, todas as questões exigem que sejam resolvidas coletivamente, por meio das associações, que têm um papel organizativo no interior dos assentamentos.

Outro aspecto que demarca os desafios enfrentados pelos agricultores, refere-se à comercialização de seus produtos, que expõe grandes dificuldades. Dentre elas, podemos citar primeiramente a própria área de assentamento, que já representa um empecilho à produção de certas lavouras. Isso se deve ao fato de o assentamento ter sido criado sem nenhum planejamento prévio, sem observar se as terras eram de boa qualidade e se estavam propícias à produção econômica, pois a área do assentamento São Francisco possui uma declividade extremamente acentuada, com áreas íngremes, o que dificulta o plantio de certas lavouras. Constatamos que o INCRA se limitou apenas em

seguir as exigências burocráticas de desapropriação de terras, sem se preocupar em fazer o levantamento prévio da área a ser desapropriada. Esse fato reflete o que discutimos ao longo dessa pesquisa: que a Reforma Agrária tem se configurado apenas como instrumento de desapropriação de terras para conter as mobilizações dos movimentos sociais e não para implantar uma Reforma Agrária de maneira efetiva.

Outro fator que dificulta a comercialização dos produtos refere-se aos atravessadores, que se tornam um empecilho para a expansão da renda dos trabalhadores, pois, como não se vislumbra outra saída para a chegada ao mercado, os agricultores se veem obrigados a vender seus produtos a um custo menor para eles. Nesse sentido, os agricultores mantêm uma total dependência a estes agentes que adquirem a produção com um custo mínimo. Além disso, há também o entrave das estradas, que são muito precárias, o que tão pouco contribui para que os assentados tenham autonomia em vender a sua produção.

Esses desafios, até agora analisados, repercutem na percepção dos agricultores e dos jovens sobre a perspectiva de futuro no campo. O trabalho do agricultor familiar é visto como desgastante e sem retorno econômico. Entretanto, constatamos que a maioria dos agricultores partilha do desejo de que seus filhos estudem e tenham uma formação direcionada a profissões que envolvam a agricultura, para que, desse modo, possam voltar ao campo com mais reconhecimento social.

Concluimos, portanto, que a transição vivida pelos trabalhadores até a chegada ao assentamento representou uma mudança significativa na vida dos assentados em relação ao passado da usina, onde os seus trabalhos eram mediados pelas relações da morada, pela exploração de vida e de trabalho. Ou seja, por um processo de escravidão, como os entrevistados manifestam em seus depoimentos. Cabe destacar que os avanços não se limitam à conquista da terra, pois ainda há muitos desafios a ser viabilizados para garantir uma qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias. Mas, podemos concluir que a posse da terra representou a conquista da liberdade dos agricultores rurais, ou seja, promoveu a garantia de tempo disponível para plantar, a liberdade de planejamento do seu próprio tempo de trabalho, fato este que se manifesta na construção de uma nova identidade do trabalhador.

Consideramos que esta temática não se esgota nesta pesquisa, tendo em vista que há muitos questionamentos que nos fazem pensar sobre a situação dos assentamentos rurais, da agricultura familiar e das trajetórias de trabalho destes atores sociais que lidam com esta condição. Por isso, para uma próxima agenda poderíamos investigar os entraves que impossibilitam que o INCRA, os Técnicos e as Entidades Públicas atendam às demandas dos agricultores rurais, a razão da sua morosidade para com o atendimento aos assentados e para o êxito do assentamento. Afinal, o destino destas políticas públicas para o campo ainda está nas mãos do próprio Estado, em grande medida.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no nordeste**. Editora Brasiliense, 1973.

ASSUNCAO, Juliano and CHEIN, Flávia. **Condições de crédito no Brasil rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online], vol. 45, nº 2, p. 367-407. Disponível em: WWW.scielo.com.br acesso em 13 de maio de 2011.

ARAUJO, George Pedro Barbalho. **Ligas camponesas: formação, luta e enfraquecimento**. IFPB. João Pessoa, PB, 2011. p.1-3. Disponível em: connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/conteudo/ acesso em 13 de maio de 2011.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; & MALAGODI, Edgar. **O desenvolvimento territorial como abordagem para avaliação dos assentamentos de Reforma Agrária nas áreas de conversão produtiva**. UFCG, PB, ca.2001. p.1-20.

BAMAT, Thomas. e IENO NETO, Genaro. (Orgs.) **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos avançados nº 31, vol.11, Set/Dez, 1997. p.37-49. Disponível em: WWW.scielo.com.br acesso em 23 de abril de 2011.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1(3), janeiro- julho/ 2005. p.68-80. Disponível em: WWW.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/download, acesso em 15 de junho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz-15ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

BRUNO, Regina Angela Landim. **Nova República: a violência patronal rural como prática de classe**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, Jul/ dez 2003. p. 284-310. Disponível em WWW.scielo.com.br acesso em 18 de abril de 2011.

CARVALHO, Simone Pereira de Carvalho. **A Produção de Alcool: do Proálcool ao contexto atual**. XLX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, julho de 2007.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. & OLIVEIRA, Julieta Aier de. **Metodologias Analítico- participativas e Assentados da Reforma Agrária: contribuição para a construção de uma nova identidade**. FEAGRI, UNICAMP, 2005.

COPERSUCAR. **PROÁLCOOL: fundamentos e perspectivas**. São Paulo, 1989.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade, v.19, nº 62, 1998. p.13-30.

DANTAS, Leiliam Cruz. **Valorização dos produtos do setor sucroalcooleiro artesanal no contexto de um processo de desenvolvimento local: o caso do brejo paraibano**. Revista virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. nº 7, Outubro de 2006. p.10-17. Disponível em: WWW.itds.ufrj.br, acesso em 16 de junho de 2011.

ELDER, Glen. **Life Course Dynamics. Trajectories and Transitions 1968-1980**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1985.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: CEDI: Koinonia, 1994.

_____ *et al.* **Assentamentos Rurais: Um convite ao debate**. Ensaios e Debates. Setembro/ Dezembro, 1992.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3ª. edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FLEXOR, Georges. **A Conturbada Trajetória do Álcool Combustível no Brasil e seus Desafios Atuais**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. n.º. 2 CPDA, Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; OPPA, Junho de 2007. p. 1-4. Disponível em: World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/combust.pdf> acesso em 14 de junho de 2011.

FIGUEIREDO, Thiago Queiroz de. **A Produção Sulcroatoolcooleira e a Sustentabilidade: Um Diagnóstico do início do século XXI na Paraíba**. Olhares Plurais, Revista Eletrônica Multidisciplinar, Vol.1 n.º 2, 2010. p.8-104. Disponível em: revista.seune.edu.br/index.php/op/article/download acesso em 18 de maio de 2011.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista- UDR**. UFPA/ NAEA, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, CNPQ, 1989.

GUANZIROLI, Carlos E. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. *et al.* **Assistência Técnica para assentamentos rurais. Análise a partir de gerenciamento da Reforma Agrária.** CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/ Brasília, 2003.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade nos tempos da Reestruturação e Flexibilização. Trajetórias de Trabalho e Narrativas de Ex- empregados do Setor Elétrico Brasileiro.** 2002. 284 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

IENO NETO, Genaro. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca do sentido - O projeto Lumiar na Paraíba.** 2005. 396 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós- Graduação em Sociologia. João Pessoa, 2005.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar.** Campinas – SP: ED. Unicamp, 1993.

_____. **Agricultura familiar: comparação internacional,** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**, Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **O Promissor Brasil dos Assentamentos Rurais**. Revista Proposta, nº 77, 1998. p.55-64.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. UFPB/ NDIHR nº 24, set / 1990. p.1-30. Disponível em: WWW.ndihr.ufpb.br acesso em 18 de maio de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Emilia & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1997.

MASCARENHAS, João de Castro *et al.* **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Pilões, PB. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios acesso em 12 de novembro de 2010.

MENEZES, Marilda A.; MALAGODI, Edgar; MARQUES, Francisco. Juventude e educação em assentamento do brejo paraibano. In: FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* **Reforma Agrária e Desenvolvimento; desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008. Disponível em www.mda.gov.br/portal/nead/nead-especial/ acesso em 12 de novembro de 2010.

MENDES FILHO, Gildásio Álvares. **Avaliação do Desempenho do PROÁLCOOL na Paraíba**.1983. 244 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. João Pessoa, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____. **O Sujeito Oculito: ordem e transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *et al.* **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em migalhas**, EDUFF, Niterói, RJ, 1997.

NETO, G.I & BAMAT T. **Qualidade de vida e Reforma Agrária na Paraíba**. UNITRABALHO/UFPB. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 1998.

OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Van. **Uma mão lava a outra: o trabalho rural e suas lideranças no brejo paraibano**.1993. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campina Grande, 1993.

PICCIN, Marcos Botton. **Agricultores- assentados e lógicas produtivas: construindo um quadro de leitura**. Seminário comemorativo dos 30 anos do CPDA, UFRJ, 2004.

PAULILO, M. I. S. **A Mulher e a Terra no Brejo Paraibano**. In: Fundação Carlos Chagas. (Org.). **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. p.163-190.

STROPASSOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, Ed. UFSC, 2006a.

_____. **Desenvolvimento rural para quem? Os desafios para a inclusão dos excluídos na ação extensionista**. Revista Grifos nº 20/21, junho/ dezembro de 2006b. p. 9-47.

SILVA, Josileide Bernardo da; DINIZ, Lincoln. **O binômio engenheiro-pobreza no brejo paraibano: uma análise sócio-espacial da relação campo- cidade na produção das periferias rururbanas do município de Areia, PB.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979.

SILVA, Luciana Henrique da. **A história contada: o surgimento do MST na Paraíba.** UFPB, 2007.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais.** Estud. Soc. agric, Rio de Janeiro, vol.16 nº 2, 2008. p.151-184.

SANTOS, Vivian Machado dos Santos. **Por dentro do FAT.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro. V.13, nº 26, 2006. p.3-14. Disponível em: WWW.bndes.gov.br acesso em 15 de junho de 2011.

SEDUP, Associação. **Relatório: Reconstituição da história.** Guarabira- PB, 2004.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluratividade.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº 51, 2003. p. 99-121.

SCHMITZ, Heribert. **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa.** São Paulo: Annablume, 2010.

TURNER, Victor et al. Social dramas and stories about them. MITCHEL, W.J.T. (Ed.). **On Narrative**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, EDUPF, 1999.

_____ **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

Weisheimer, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. 2004. 215 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2004.

Sites consultados:

www.ibge.gov.br

earth.google.com/intl/pt-BR/

Anexos

Anexo I. Roteiro de Entrevistas com as Entidades Representativas

Associação SEDUP (Serviço de Educação Popular)

- 1- Qual o papel do SEDUP enquanto ONG?
- 2-Em que consiste o trabalho que você desenvolve com os assentados?
- 3-Todos os trabalhadores participam efetivamente das reuniões, fóruns?
- 4-A luta pela desapropriação das terras foi iniciativa dos trabalhadores ou das instituições? Que instituições participaram desse movimento?
- 5-Durante o processo de reivindicação das terras da usina os trabalhadores acamparam em protesto aos seus direitos?
- 6-Há assistência técnica nos assentamentos? Em caso negativo porque não há?
- 7-Quais os principais problemas que inviabiliza a presença de técnicos nos assentamentos?
- 8-Como os trabalhadores aprenderam a gerenciar o trabalho no assentamento? Houve ajuda de técnicos?
- 9-Como foram as trajetórias dos trabalhadores para que se adaptassem a agricultura familiar?
- 10-Como se deu o processo de transição dos trabalhadores para se adaptarem aos assentamentos rurais?
- 11-Quais os principais desafios que os trabalhadores enfrentam para realizar a agricultura familiar?

12-Há trabalhadores que abandonaram o lote?

13- Os filhos dos agricultores tem direito a herança do lote de terra?

14-As mulheres participam de forma efetiva das reuniões, fóruns?

15-Em que medida o INCRA atende as reivindicações dos assentados?
Como órgão responsável ele cumpre com todas as reivindicações?

16- Os trabalhadores desejam que seus filhos sejam agricultores?

17-E os jovens desejam ser agricultores?

Sim. Por quê?

Não. Por quê?

18- Os trabalhadores tiveram apoio de entidades através de assessoria após ter ganho o lote de terra?

19- Os trabalhadores tiveram apoio de entidades através de assessoria sobre como gerir o lote, utilizar os recursos no assentamento?

20-Como os trabalhadores aprenderam a gerenciar o lote de terra? Quem prestou serviço de gerenciamento aos trabalhadores?

21-O que os trabalhadores desejam para os seus filhos? Eles estão fazendo alguma coisa para que os filhos permaneçam na terra?

22- Há casos de trabalhadores que recusaram financiamento, empréstimo?

Sim. Por quê?

23- Quais foram as estratégias dos trabalhadores para se adaptarem a transição de assalariado a assentado?

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões- PB

- 1- Qual o papel do sindicato junto aos trabalhadores?
- 2- Os trabalhadores fazem alguma reivindicação ao sindicato?
- 3- Quais as principais medidas que o sindicato toma para solucionar os problemas dos trabalhadores?
- 4- Os trabalhadores participam das reuniões? Reivindicam de forma efetiva seus direitos?
- 5- Após a falência da usina Santa Maria os trabalhadores tornaram-se mais participativos com relação aos seus direitos?
- 6- Durante o processo de reivindicação das terras da usina os trabalhadores acamparam em protesto aos seus direitos?
- 7- Os trabalhadores tiveram apoio de entidades através de assessoria sobre como gerir o lote, utilizar os recursos no assentamento?
- 8- Como os trabalhadores aprenderam a gerenciar o lote de terra? Quem prestou serviço de gerenciamento aos trabalhadores?
- 9- Há casos de trabalhadores que recusaram financiamento, empréstimo?
Sim () Por quê?
- 10- Quais foram as estratégias dos trabalhadores para se adaptarem a transição de assalariado a assentado?

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

1-Qual o papel da CPT

2-Os trabalhadores comparecem às reuniões? Participam de forma coletiva das reivindicações?

3-A senhora acha que as reivindicações quando são levadas ao INCRA são atendidas?

Não. Por quê?

Sim. Por quê?

4-Quais os principais desafios da agricultura familiar?

5-Quais as dificuldades que são enfrentadas no assentamento?

6-A luta pela desapropriação das terras foi iniciativa dos trabalhadores?

Não. Por quê?

Sim. Por quê?

7-Quais foram as trajetórias seguidas pelos trabalhadores para se adaptarem a agricultura familiar?

8-Há trabalhadores que abandonaram o lote?

Sim. Por quê?

9-Há trabalho coletivo no assentamento? Porque não há um esforço em instituir o trabalho coletivo, mutirão?

10-Porque o mutirão não continuou?

11-Quais as mudanças que aconteceram da condição de trabalhador da usina para pequeno produtor para os trabalhadores?

12-Durante o processo de reivindicação das terras da usina os trabalhadores acamparam em protesto aos seus direitos?

13-Quais foram as estratégias dos trabalhadores para se adaptarem a transição de assalariado a assentado.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

1-Qual o Papel da EMATER junto aos assentados?

2- Sobre a assistência técnica porque a EMATER não continuou desenvolvendo trabalho no assentamento?

3- Como foram as trajetórias dos trabalhadores para a adaptação a agricultura familiar?

4- Como se deu o trabalho da assistência técnica no momento de transição ao assentamento?

5-Quais são os principais desafios da agricultura familiar?

6-Qual a importância de ter assistência técnica nos assentamentos?

7- Os jovens desejam ser agricultores?

8- Os pais desejam que seus filhos sejam agricultores?

9- Há trabalhadores que abandonaram o lote?

10- Os agricultores só desenvolvem agricultura familiar ou tem outras formas de sustento?

11-Em que medida o INCRA atende as reivindicações dos trabalhadores?

12- Como os trabalhadores conseguem plantar numa área com tanta declividade?

13- Essas áreas que foram desapropriadas eram propícias a implantação de projetos de assentamentos?

14- O que mudou depois que a usina faliu?

Universidade Federal da Paraíba- Campus Areia

1- Qual o papel desempenhado pela UFPB junto aos trabalhadores rurais?

2-Como era o trabalho na usina, existia hierarquia?

3- Os trabalhadores tinham direito a férias, descanso?

4-Quando a usina faliu, como ficou o cenário?

5-Como eles encararam o tempo de indefinição com relação às terras?

6- Foram os trabalhadores ou entidades que tomaram iniciativa em lutar pela desapropriação das terras?

7- Os trabalhadores acamparam nesse processo?

8- Como se deu a adaptação à agricultura familiar?

9- Quais os desafios dos trabalhadores com relação à agricultura familiar?

10- As terras que foram desapropriadas eram propícias para a implantação de assentamentos?

11- Por que os agricultores plantam apenas banana? O que falta para haver uma dinamização na agricultura?

12- O INCRA atende as reivindicações? Em que medida o INCRA resolve os problemas?

13- Os pais desejam que os seus filhos sejam agricultores ou que sigam outra profissão?

14- O que mudou depois da usina falir?

Anexo II- Roteiro de Entrevistas com os Trabalhadores do Assentamento São Francisco

1-Como era o seu trabalho na usina? Gostaria que o Sr/Sr^a comentasse sobre isso.

2-Como era a jornada de trabalho na usina? O Sr./Sr^a. tinha descanso de quantas horas? Dá-me um exemplo de como era o dia do seu trabalho na usina.

3- Quanto aos direitos trabalhistas o Sr./Sr^a tinha direito a férias, aposentadoria, décimo terceiro salário?

4- Quando a Usina passou pela falência como o Sr/ Sr^a se sentiu? O que vocês fizeram para resolver a situação de desemprego?

5- A luta pela desapropriação das terras foi uma iniciativa de vocês?

Sim. Por quê?

Não. Por quê?

6- Que instituições apoiaram a luta pela propriedade da terra? De quem vocês tiveram apoio?

7- Como o Sr/Sr^a. encarou esses cinco anos de indefinição com relação ao destino da terra em que sempre morou?

8- Quanto tempo faz que o Sr./Sr^a. está no assentamento?

8. A O Sr/Sr^a. possui a posse da terra? Desde quando?

8. B Como foi a sua trajetória para se adaptar a agricultura familiar? Poderia descrever esse período de transição.

8. C Atualmente quais são os desafios que o Sr./Sr^a. enfrenta com relação à agricultura familiar?

9-O Sr./Sra. pretende ficar ou sair do assentamento?

10- Quais as dificuldades enfrentadas no assentamento? Como resolvê-las? O que está faltando?

11-O Sr/ Sr^a. tira o seu sustento da terra ou tem outras fontes de renda?

12-Qual a importância para o Sr/ Sr^a. ter um pedaço de terra para plantar? O Sr./Sr^a. preferia a situação anterior de assalariada da usina ou prefere ser agricultora?

13-Como o Sr./ Sr^a. gerencia a produção no assentamento?

14-Quais são os produtos que o Sr/ Sr^a. planta no assentamento?

15-Onde o Sr/Sr^a. comercializa seus produtos?

16-Quantos membros da família ajudam na produção? Explique quantos filhos ajudam?

17- Qual o futuro que o Sr./Sr^a. espera para seus filhos? Deseja que eles trabalhem no campo? Eles estudam?

18-O que os seus filhos querem? Desejam trabalhar no campo?

19-O que o Sr./Sr^a. acha do trabalho coletivo?

20-Participam das associações? Das redes de apoio?

21- Quanto às trajetórias, o que mudou antes e agora?

A- Formas de sustento

B- Família

C- E para o Sr./Sr^a.

22-O Sr/Sr^a. desenvolve trabalho assalariado fora do assentamento? Qual a sua função?

